

Carlos Henrique Sousa da Silva

A IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA EXECUÇÃO DO
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DA
13ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE MEIO AMBIENTE E TRÂNSITO

Belo Horizonte
2013

Carlos Henrique Sousa da Silva

A IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA EXECUÇÃO DO
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DA
13ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE MEIO AMBIENTE E TRÂNSITO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

Orientador: Armando Leonardo L. F. da Silva, Cel. PM.

Belo Horizonte
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais

Silva, Carlos Henrique Sousa da
S586i A importância da mobilização social na execução do Programa de Educação Ambiental na área da 13ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito / Carlos Henrique Sousa da Silva. Belo Horizonte, 2013.
120 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Segurança Pública) - Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e Fundação João Pinheiro.

Orientador: Armando Leonardo Linhares de Araújo Ferreira da Silva
Referências: f.128-142.

1. Educação ambiental. 2. Mobilização social. 3. Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento. I. Silva, Armando Leonardo Linhares de Araújo Ferreira da. II. Academia da Polícia Militar de Minas Gerais. III. Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. IV. Título.

CDU 37:504

Carlos Henrique Sousa da Silva

A importância da mobilização social na execução do Programa de Educação Ambiental na área da 13ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

Banca examinadora

Cel. PM Armando Leonardo L. F. da Silva – Orientador

Cel. PM Ricardo Matos Calixto – 13ª RPM

Professor Márcio Nascimento – FJP

Belo Horizonte, 22 de março de 2013.

Dedico este trabalho primeiramente aos meus pais e a minha irmã, pelo apoio em todos os momentos da minha vida. A minha esposa Gisely e aos meus filhos Carlos Felipe e Maria Laura pelos incentivos e compreensão da ausência necessária à realização do presente trabalho.

Agradecimentos,

Ao bondoso Deus e ao nosso irmão maior Jesus Cristo, que me deram forças para passar por mais esta provação, permitindo aos espíritos consoladores propagar a paz, a esperança e a fé.

Ao meu amigo 1º SGT PM Francisco de Paula Ferreira Neto, companheiro de muitas lutas, pela imprescindível contribuição em todas as fases do trabalho, desde a sua concepção, abdicando de horas de lazer junto a sua família para auxiliar-me, dando força e repassando segurança acerca do caminho a ser percorrido.

Ao Senhor Coronel PM Armando Leonardo L. F. da Silva, meu orientador, pessoa de grande compromisso para com a PMMG, por ter aceitado o convite de me guiar na produção desse trabalho e pela especial atenção, sabedoria e sobriedade na condução da pesquisa.

A Equipe Multidisciplinar do PROEMAM, em especial ao Senhor CEL PM QOR Claudio César Trevisani, 2º TEN PM QOS Cristina Almeida Dani e Professora Mara Lúcia Rodrigues Costa, pelas orientações que me auxiliaram nesta complexa jornada de valoroso aprendizado e pelas palavras de incentivo.

Ao Senhor Major PM José Antônio Andrade da Silva, Comandante da 13ª Cia PM Ind MAT, e todos os integrantes desta valorosa Unidade, em especial, os Chefes das Seções e respectivos auxiliares que me apoiaram na pesquisa e no repasse de dados necessários para realização deste trabalho e, aos Mediadores pelo auxílio na aplicação dos questionários. Meus sinceros agradecimentos.

Ao Senhor Januário e família pelo apoio de sempre.

Ao meu amigo SD PM Luciano de Almeida Lopes e sua esposa Marina Nazareth Passos Lopes, pela imprescindível ajuda com a Língua Portuguesa.

Por fim, aos colegas da 2ª Turma do CESP/2012, especialmente os amigos Capitães da PMMG Assunção, Jesué, Luiz Carlos e Pena pela oportunidade de mais uma vez conviver com pessoas responsáveis, competentes e capacitadas.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo traz como objetivo analisar o processo da mobilização social na execução do programa de educação ambiental na área da 13ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito, no período de 2010 à 2012. A pesquisa descreve como ocorreu o processo de mobilização social na concepção e na execução do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento (PROEMAM) e como as atividades socioeducativas deste programa são desenvolvidas pela 13ª Cia PM Ind MAT. Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva e analítica para a qual foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo por base autores contemporâneos que discorrem sobre educação ambiental e os processos de mobilização social. Também foi feita pesquisa documental que buscou contextualizar, de forma globalizada, a educação ambiental sob o enfoque das conferências mundiais sobre o meio ambiente, da legislação nacional e estadual e de normas internas que regulam as atividades preventivas do policiamento de meio ambiente, enfatizando a filosofia de policiamento comunitário da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se de questionários semiestruturados aplicados às diretoras, professoras atuantes nas escolas onde o programa foi desenvolvido, aos Policiais Militares que atuam como mediadores, aos membros da equipe multidisciplinar e em uma amostra de estudantes submetidos ao PROEMAM. Sobressai desta pesquisa, em razão das observações e análises realizadas do conteúdo e dos resultados obtidos, o perfil do público alvo envolvido diretamente na execução do programa, que expuseram suas percepções quanto à importância do processo de mobilização social desenvolvido pela 13ª Cia PM Ind MAT, em especial, na sua execução do PROEMAM para o alcance dos objetivos propostos. Conclui que as atividades do programa de educação ambiental desenvolvido pela 13ª Cia PM Ind MAT permite a aproximação da PMMG junto à comunidade e o início do processo do policiamento ambiental preventivo, convergindo, ao mesmo tempo, como elemento facilitador para que a Corporação contribua para o alcance da visão de futuro disposta no atual Plano Mineiro de Gestão Integrada.

Palavras-chave: Educação ambiental. Mobilização social. Desenvolvimento sustentável, Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento. 13ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the process of social mobilization in the implementation of environmental education in the area of the 13th Independent Company of Environment and Traffic, for the period 2010 to 2012. The research describes how experienced the process of social mobilization in the design and implementation of the Program in Educational Environment Movement (PROEMAM) and how the socioeducational activities of this program are developed by the 13th Ind Cia PM MAT. This is a survey of descriptive and analytic for which a literature search was performed, based on contemporary authors who talk about environmental education and the processes of social mobilization. It was also made documentary research that sought to contextualize so globalized, environmental education from the standpoint of world conferences on the environment, national and state legislation and internal rules that regulate the activity of preventive policing environment, emphasizing philosophy community policing Military Police of Minas Gerais. As an instrument of data collection was used semi-structured questionnaires applied to principals, teachers working in schools where the program was developed, the policemen who act as mediators, members of the multidisciplinary team and in a sample of students undergoing PROEMAM. Excels in this research, because the observations and analyzes of the content and results, the target group directly involved in implementing the program, which exposed their perceptions regarding the importance of the process of social mobilization developed by the 13th Cia PM Ind MAT, in special, in its execution PROEMAM to achieve the proposed objectives. It concludes that the activities of the environmental education program developed by the 13th Cia PM Ind MAT allows approximation of PMMG with the community and the beginning of the process of policing preventive environmental, converging at the same time, as a facilitator to enable the Corporation to contribute to the achievement vision of the future in today willing Mining Integrated Management Plan.

Keywords: Environmental Education. Social mobilization. Sustainable Development, Environment Educational Program in Motion. 13th Independent Company of Environment and Traffic.

LISTA DE SIGLAS

BPM - Batalhão de Polícia Militar

CIA PM IND MAT - Companhia da Polícia Militar Independente de Meio Ambiente e trânsito

CODAP - Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CG - Comando Geral

DOGESP - Documento Orientado para Gestão e Solução de Problemas

DPO - Diretriz de Planejamento de Operações

DS - Desenvolvimento Sustentável

EA - Educação Ambiental

GEACAR - Grupo Especializado ao Atendimento à Criança e Adolescente em situação de Risco

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IEF - Instituto Estadual de Floresta

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JCC - Jovens Construindo a Cidadania

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MEC - Ministério da Educação

NAIS - Núcleo de Assistência Integral à Saúde

NPA - Núcleo de Prevenção Ativa

ONU - Organização das Nações Unidas

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental

PMDI - Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental

PPMAmb - Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente

PROEMAM - Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento

PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas

PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

RPM - Região de Polícia Militar

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SIDS - Sistema Integrado de Defesa Social

SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UPGRH - Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos de Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|----------|---|----|
| Figura 1 | Diferenças entre eficiência e eficácia. | 53 |
| Figura 2 | Relações entre eficácia e eficiência. | 54 |
| Figura 3 | Mapa da flora nativa nas Regionais do Instituto Estadual de Florestas – Minas Gerais – 2006. | 76 |
| Figura 4 | Mapa das Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos de Minas Gerais – 2006. | 77 |
| Figura 5 | Mapa dos municípios pertencentes ao Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba – Minas Gerais – 2012. | 78 |
| Figura 6 | Organograma da 13ª Companhia PM Independente de Meio Ambiente e Trânsito - 2012. | 81 |
| Figura 7 | Divisão administrativa da 13ª Companhia PM Independente de Meio Ambiente e Trânsito - 2012. | 81 |
| Figura 8 | Representação Gráfica do anteprojeto do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento. | 88 |
| Quadro 1 | Desenvolvimento sustentável: componentes e objetivos de cada um dos cinco pilares do ecodesenvolvimento. | 21 |
| Quadro 2 | Conteúdo programático do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento. | 92 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Tabela 1 | Efetivo geral da 13ª Cia PM Ind MAT - Dezembro 2012 | 82 |
| Tabela 2 | Efetivo Administrativo da 13ª Cia PM Ind MAT - Dezembro 2012 | 82 |
| Tabela 3 | Auto de Infrações lavrados pela 13ª Cia PM Ind MAT – 2010 a 2012 | 83 |
| Tabela 4 | Apuração da área desmatada, por hectare (ha), na 13ª Cia PM Ind MAT - 2010 a 2012 | 84 |
| Tabela 5 | Espécies de animais apreendidos pela 13ª Cia PM Ind MAT – 2010 a 2012 | 84 |
| Tabela 6 | Produtos de pesca apreendidos nas fiscalizações realizadas pela 13ª Cia PM Ind MAT – 2010 a 2012 | 85 |
| Tabela 7 | Público alvo dos questionários enviados e recebidos na área da 13ª Cia PM Ind MAT – 2012 | 97 |
| Tabela 8 | Análise da eficiência da mobilização social para a participação da comunidade escolar no PROEMAM segundo mediadores, equipe multidisciplinar e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 100 |
| Tabela 9 | Identificação dos obstáculos no processo de mobilização escolar no PROEMAM segundo mediadores, equipe multidisciplinar e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 102 |
| Tabela 10 | Causas de desinteresse de participação da comunidade escolar no PROEMAM segundo mediadores, equipe multidisciplinar e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 103 |
| Tabela 11 | Conhecimento do desenvolvimento correto das atividades do PROEMAM segundo equipe multidisciplinar e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 104 |
| Tabela 12 | Conhecimento sobre objetivos do PROEMAM segundo diretoras / professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 105 |
| Tabela 13 | Avaliação do processo de mobilização social desenvolvida pelos mediadores nos educandários segundo diretoras/professoras das escolas atendidas pelo PROEMAM na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 106 |
| Tabela 14 | Local de moradia dos estudantes das escolas atendidas pelo PROEMAM na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 106 |
| Tabela 15 | Participação nas atividades do PROEMAM segundo estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 107 |
| Tabela 16 | Satisfação em participar das atividades do PROEMAM segundo estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 107 |
| Tabela 17 | Atividades do PROEMAM mais interessantes segundo estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 108 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| Tabela 18 | Importância do PROEMAM na escola segundo estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 108 |
| Tabela 19 | Interesse em continuar participando do PROEMAM segundo estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 109 |
| Tabela 20 | Contribuição para melhoria do ambiente escolar após execução do PROEMAM segundo mediadores, equipe multidisciplinar e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 110 |
| Tabela 21 | Realização de eventos e/ou atividades pelos educandários visando à preservação/proteção ambiental após aplicação do PROEMAM segundo mediadores e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 111 |
| Tabela 22 | Realização de ações ambientais pelos estudantes após aplicação do PROEMAM segundo mediadores e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 112 |
| Tabela 23 | Mudança de comportamento dos estudantes em relação aos aspectos ambientais pós PROEMAM, segundo mediadores e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 114 |
| Tabela 24 | Recebimento de demandas do “Clubinho Ambiental” para melhoria do ambiente escolar segundo mediadores e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 115 |
| Tabela 25 | Mudança de comportamento ambiental pós PROEMAM segundo os estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 116 |
| Tabela 26 | Influência da mudança de comportamento ambiental na melhoria da qualidade de vida segundo estudantes do PROEMAM das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT – 2012 | 117 |
| Tabela 27 | Divulgação do PROEMAM à família segundo estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 118 |
| Tabela 28 | Fontes de informações sobre o meio ambiente segundo estudantes do PROEMAM das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012 | 118 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 20 |
| 2.1 Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: convergências e diferenças | 20 |
| 2.2 Eventos importantes na evolução do conceito Educação Ambiental | 25 |
| 2.3 A Educação Ambiental no Brasil | 31 |
| 2.4 Visão crítica da Educação Ambiental | 36 |
| 2.5 Polícia Militar de Minas Gerais e a prevenção ambiental | 39 |
| 3 GESTÃO POLICIAL | 42 |
| 3.1 Segurança Pública | 42 |
| 3.2 Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado | 45 |
| 3.3 Plano Estratégico na Polícia Militar de Minas Gerais | 47 |
| 3.4 Administração pública gerencial | 50 |
| 4 MOBILIZAÇÃO SOCIAL E MEIO AMBIENTE | 59 |
| 4.1 Conceito de mobilização social | 60 |
| 4.2 A importância do processo de mobilização social na concepção e execução de um programa educacional | 59 |
| 4.3 Etapas do processo de mobilização social | 63 |
| 4.4 Mobilização social na prática de polícia comunitária em Minas Gerais | 66 |
| 4.5 Mobilização social e Educação Ambiental | 69 |
| 5 O PROGRAMA EDUCACIONAL MEIO AMBIENTE EM MOVIMENTO NA 13ª COMPANHIA PM INDEPENDENTE DE MEIO AMBIENTE E TRÂNSITO | 73 |
| 5.1 A 13ª Companhia PM Independente de Meio Ambiente e Trânsito | 73 |
| 5.2 Aspectos ambientais | 75 |
| 5.3 Estrutura | 80 |
| 5.4 Panorama da fiscalização e resultados ambientais | 83 |
| 5.5 A criação do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento | 86 |
| 6 METODOLOGIA | 96 |
| 7 ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PROGRAMA | 99 |
| 7.1 O processo de mobilização social como fator primordial para a eficácia do programa | 99 |
| 7.2 Contribuição do processo de mobilização social para o alcance dos objetivos do programa e sua convergência em relação aos propósitos da Corporação | 109 |

| | |
|------------------------------------|------------|
| 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 120 |
| REFERÊNCIAS..... | 128 |
| APÊNDICE:..... | 134 |

1 INTRODUÇÃO

O tema meio ambiente é, hodiernamente, bastante abordado, não só por estudiosos, como também pela sociedade em seus diversos níveis, considerando-se que os efeitos de sua degradação interferem na qualidade ambiental e influenciam no desenvolvimento socioeconômico em relação aos bens naturais disponíveis.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável que, segundo Mazzini (2003), pode ser entendido como o processo que promove uma gestão responsável dos bens ambientais, de forma a assegurar as necessidades das gerações futuras e, ao mesmo tempo atender as necessidades das gerações atuais.

O desenvolvimento sustentável pode ser alcançado a partir da aplicação prática do ecodesenvolvimento e da participação da população na identificação de suas necessidades, na reflexão de seus problemas, no planejamento, na organização e na execução das ações visando à otimização dos bens ambientais disponíveis para a minimização de seus problemas socioambientais.

Dessa forma, percebe-se que o processo de mobilização social pode promover as transformações do modo de agir e pensar do homem em relação ao seu meio ambiente.

Assim, o presente estudo possui como tema central a importância da mobilização social na execução do programa de educação ambiental, o que será observado na área de atuação da 13ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito (13ª Cia PM Ind MAT), no período de 2010 a 2012.

A 13ª Cia PM Ind MAT tem sua sede no município Barbacena e é responsável pela segurança pública do meio ambiente e do trânsito rodoviário de 61 municípios.

Para o desenvolvimento deste estudo e de acordo com Mazzini (2003), mobilização social o processo pelo qual a comunidade é despertada no sentido de buscar objetivos comuns, dentro de um contexto e sentido que são igualmente compartilhados. A mobilização ocorre quando a comunidade decide participar e agir buscando alcançar os resultados desejados por todos; requer dedicação contínua e amplo programa de comunicação social para que produza resultados no cotidiano das pessoas e da comunidade.

A Lei Federal nº 9 795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, e institui a Política Nacional de Educação Ambiental define, em seus artigos 1º e 2º, educação ambiental como processos onde indivíduo e coletividade estabelecem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, sendo, assim, um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo (BRASIL, 1999).

Já a Lei Federal nº 6 938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, conceitua meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as formas (BRASIL, 1981).

Embora o desenvolvimento sustentável seja um verdadeiro desafio para a humanidade no século XXI, é um caminho capaz de propiciar condições de preservar os recursos naturais e condições de vida saudável. Para que isto ocorra, a educação ambiental tem uma importância extraordinária na conscientização e alteração dos padrões de comportamento dos seres humanos em relação à natureza.

Dentro dessa perspectiva, o Governador do Estado de Minas Gerais, em 2007, publicou o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) – 2007 à 2023 – que consiste na gestão governamental mineira de “tornar Minas o melhor Estado para se viver”. Neste plano, o governo demonstra preocupação em conciliar a geração de riqueza e a obtenção de bem-estar social com a preservação da qualidade ambiental (MINAS GERAIS, 2007).

Da mesma forma, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), seguindo orientações do PMDI, em 2009, editou o Plano Estratégico 2009 – 2011, no qual enfatizou a elaboração de programas de educação ambiental e trânsito voltados para o público infante-juvenil na ação nº 8.3.3.4 (MINAS GERAIS, 2009).

A Instrução 3.03.01/2009 – CG, que regula a atuação da Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente (PPMAmb) da PMMG representa outra ferramenta de caráter preventivo, onde é reforçado a responsabilidade da Instituição com a educação ambiental (MINAS GERAIS, 2009).

Nesse sentido, a 13ª Cia PM Ind MAT, em 2009, iniciou o processo de criação e efetivação do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento (PROEMAM), dentro de uma

concepção sistematizada e continuada, respeitando toda a complexidade em torno dos conceitos inerentes ao tema, dispostos em documentos e leis, sendo, estes conceitos, no campo prático, aplicados de forma integrada, respeitando o princípio da vulnerabilidade socioambiental e do critério da exequibilidade, além dos aspectos interdisciplinar e multidisciplinar, característicos do tema, cujo objetivo é trabalhar a prevenção e auxiliar na resolução dos problemas ambientais locais.

Procurou-se também, observar a essência da Filosofia de Polícia Comunitária durante todo o processo de concepção e execução do programa de educação ambiental desenvolvido pela 13ª Cia PM Ind MAT. Tal assertiva teve por base a mobilização social como fator determinante e contínuo para se alcançar os objetivos pretendidos a curto, médio e longo prazo. A filosofia de Polícia Comunitária foi implantada na PMMG, a partir de 2002, com a Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº. 04/2002-CG.

Dentro do tema, pretende-se ainda analisar o processo de mobilização social desenvolvido pelo PROEMAM junto às escolas e verificar se o processo contribuiu para que o programa atingisse seus objetivos.

Diante do exposto, tem-se como objetivo geral do presente estudo, analisar o processo de mobilização social na execução do programa de educação ambiental, PROEMAM, da 13ª Cia PM Ind MAT e como objetivos específicos, (a) analisar se o processo de mobilização social junto às escolas foi fator primordial para a eficácia do programa. (b) verificar se o processo de mobilização social contribuiu para o alcance dos objetivos do programa e sua convergência em relação aos propósitos da Corporação.

O tema desta pesquisa é relevante, considerando que até o presente momento não foi realizado nenhum estudo com o objetivo de analisar e verificar a eficiência e a eficácia do processo de mobilização social quando da execução do programa de educação ambiental desenvolvido pela 13ª Cia PM Ind MAT. Por ser um tema complexo, considerando a extensão conceitual em torno da preservação da vida, da promoção da qualidade de vida das pessoas, e do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, a compreensão do meio ambiente pode ser considerada como uma matéria multidisciplinar e interdisciplinar. A transversalidade do tema meio ambiente perpassa todos os segmentos estruturantes de uma determinada sociedade, seja no campo econômico, político, social ou cultural.

O Estado de Minas Gerais vivencia uma reforma gerencial baseada no planejamento a longo e médio prazo, na otimização do orçamento, na gestão com sistematização de

métodos e técnicas de monitoramento e na avaliação de resultados. Nesse contexto, a PMMG tem buscado aplicar não só o princípio da eficiência, mas também o da eficácia com a reconfiguração das ações gerenciais na produção dos serviços operacionais e realização de políticas públicas de segurança (MINAS GERAIS, 2011).

A Instituição vem procurando estreitar seus contatos com os cidadãos, para melhorar a segurança pública, existindo, assim, a necessidade de realizar ações preventivas. Dessa forma, o bom funcionamento do PROEMAM pode auxiliar a Polícia Militar na sua missão de proteger o meio ambiente, permitindo o início do processo do policiamento ambiental preventivo junto à comunidade.

Atualmente, não basta, apenas, que a PMMG registre ocorrências de crimes ambientais e aplique sanções administrativas. É necessidade manter o foco em resultados com vistas à proteção ambiental a partir do trabalho preventivo, valendo-se da educação. É preciso que fique mais próxima das comunidades e mantenha a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Prevenção Ativa (NPA) e ainda desenvolva novas concepções educacionais em outras atividades de policiamento, inserindo-as no NPA. Através do PROEMAM cria-se um momento ideal para se promover a interação entre a comunidade e a Polícia Militar Ambiental, potencializando as ações preventivas, respeitando as distintas realidades socioambientais.

Polícia Militar não trabalha sozinha, sem a participação da comunidade na busca da erradicação ou redução de um problema social. A Instituição e a sociedade devem ampliar seus horizontes no que se refere à apresentação de sugestões que permitam a ampla discussão, para que se busque a resolução ou minimização dos problemas vivenciados por uma determinada comunidade, observando sempre o critério da exequibilidade, ou seja, o que é possível realmente fazer.

O problema norteador do estudo consiste em: a mobilização social é essencial para o alcance dos objetivos propostos pelo programa de educação ambiental da 13ª Cia PM Ind MAT.

Tem-se como hipótese básica que a eficiência e a eficácia no processo de mobilização social são essenciais para o alcance dos objetivos propostos pelo programa de educação ambiental da 13ª Cia PM Ind MAT.

Pela abrangência do assunto, a abordagem teórica será revestida de caráter interdisciplinar onde serão abordados aspectos da educação ambiental, da mobilização social e da administração pública gerencial que constituirão a teoria de base. Na revisão documental, serão abordados aspectos doutrinários internos das corporações, mormente os da PMMG.

Serão utilizadas obras recentes para embasamento do tema de pesquisa com base em Marcatto (2002), Mazzini (2003), Dias (2004), Henriques (2004; 2010), Durante e Zavataro (2007), Toro e Werneck (2007), Carvalho (2012), dentre outros. As fontes documentais referem-se às diretrizes e normatização.

Tem-se, por base, não tomar qualquer posição doutrinária como definitiva, procurando-se expor o tema de uma forma mais abrangente.

Considerando a necessidade de se sistematizar o assunto, este trabalho foi dividido em oito seções, sendo a seção **2**, destinada à educação ambiental; a seção **3**, a gestão policial; a seção **4**, à mobilização social e meio ambiente, referindo-se, assim, ao embasamento teórico do estudo. A seção **5** foi destinada à caracterização do objeto de estudo onde é apresentado o Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento e a 13ª Cia PM Ind MAT. Na seção **6**, é descrita a metodologia utilizada no desenvolvimento do estudo enquanto que na seção **7** são apresentados os dados levantados na pesquisa de campo e analisado a importância do processo de mobilização social no programa e, a seção **8** traz as considerações finais e sugestões. Após apresentam-se as referências utilizadas no estudo e os apêndices.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A presente seção é dedicada à educação ambiental (EA) onde serão tratados assuntos como ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e preservação ambiental.

2.1 Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: convergências e diferenças

Meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as formas, conforme previsto no Art. 3º, inciso I da Lei Federal nº 6 938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Trata-se de um tema bastante abordado na atualidade, não somente por estudiosos, mas também pela sociedade em diversos níveis, considerando que os efeitos de sua degradação, isto é, as alterações de suas características ocorridas de forma natural ou provocadas pelo homem interferem sobremaneira na qualidade ambiental, influenciando até mesmo, no desenvolvimento socioeconômico em relação aos bens naturais disponíveis.

A preocupação com a preservação e conservação da natureza, ou seja, com o manejo dos bens naturais pelo homem, atentando para a manutenção e utilização sustentável destes bens, vem ganhando importância nos dias atuais em função do modelo econômico vigente (capitalismo) em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, em sua forma prática. Esta relação abre os horizontes para o debate em torno dos sérios problemas de degradação ambiental, contribuindo para a busca de soluções ou minimizações dos impactos ambientais que tendem a comprometer a qualidade de vida e, conseqüentemente, o futuro do planeta.

Esta preocupação do ser humano com a conservação, preservação e utilização racional dos bens ambientais sugere a necessidade de se resgatar uma ligação entre o homem e sua realidade socioambiental, visando desconstruir, de forma paulatina, a deterioração do modo de agir e pensar da humanidade, impostas pelas transformações ocorridas ao longo dos processos dos modelos econômicos. É necessário procurar juntar forças para a realização de um bom trabalho que tenha condições de solucionar os problemas ambientais já instalados ou, pelo menos, minimizá-los, a partir da convergência de vontades, a curto, médio e longo prazo. Desta forma, torna-se imprescindível entender os conceitos dos princípios norteadores do desenvolvimento sustentável: eficiência econômica, justiça social

e proteção ambiental. A melhor maneira para entender estes princípios é estabelecer as relações e diferenças entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável.

O conceito de ecodesenvolvimento, segundo Layrargues (1997) foi originalmente concebido por Maurice Strong, em 1973, e posteriormente formulado e difundido principalmente por Ignacy Sachs, foi definido como modelo de desenvolvimento próprio para as áreas rurais do Terceiro Mundo, fundamentado na utilização crítica dos recursos locais, sem acabar com natureza.

A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, na Suécia, surge como um marco importante na discussão em âmbito mundial sobre degradação do meio ambiente, pois, resultou na criação do conceito de ecodesenvolvimento, que para Sachs¹ (1981, *apud* MONTIBELLER FILHO, 1993, p.3), “trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de se desenvolver”. Princípios básicos foram formulados por Sachs, tendo como pressuposto a existência de cinco dimensões do ecodesenvolvimento (QUADRO1):

QUADRO 1

Desenvolvimento sustentável:

componentes e objetivos de cada um dos cinco pilares do ecodesenvolvimento.

| DIMENSÃO | COMPONENTES PRINCIPAIS | OBJETIVO |
|---|--|---|
| Sustentabilidade social | Criação de postos de trabalho que permitam renda individual adequada a melhor condição de vida e a melhor qualificação profissional; produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. | Redução das desigualdades sociais |
| Sustentabilidade econômica | Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo); manejo eficiente dos recursos; absorção pela empresa dos custos ambientais; endogeneização: contar com suas próprias forças. | Aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa |
| Sustentabilidade ecológica | Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas; Prudência no uso de recursos não renováveis; prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis; Redução da intensidade energética e conservação de energia; Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos; Cuidados ambientais. | Qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para próximas gerações |
| Sustentabilidade espacial ou geográfica | Descentralização espacial (de atividade, de população); Desconcentração – democratização local e regional do poder; Relação cidade – campo equilibrada (benefícios centrípetos). | Evitar excesso de aglomerações |
| Sustentabilidade cultural | Soluções adaptadas a cada ecossistema; respeito à formação cultural comunitária. | Evitar conflitos culturais com potencial regressivo |

Fonte: Adaptado de: MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios**. Florianópolis: UFSC, 1993.

¹ Sachs, Ignacy. **Estratégias de transição para o Século XXI - Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel; Fundap, 1993.

Segundo Mazzini (2003, p. 143), ecodesenvolvimento pode ser definido como:

[...] uma forma de desenvolvimento econômico e social, de forma planejada, com o objetivo de otimizar o uso dos recursos disponíveis, dentro de restrições ambientais locais [...] [...] O ecodesenvolvimento prevê a organização e a educação das populações para que elas próprias repensem seus problemas, identifiquem as suas necessidades e os recursos disponíveis para alcançá-los a partir de um modelo para o desenvolvimento de cada ecossistema. O emprego do ecodesenvolvimento contribui para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado.

O ecodesenvolvimento não nega a importância dos intercâmbios do meio econômico, mas revela-se como uma reação ao predomínio das soluções universais protecionistas, baseadas na visão das grandes potências econômicas. Esse conceito tem como estratégia de desenvolvimento a prudência ecológica e a justiça social. A compreensão do ser humano em relação ao ecossistema onde ele está inserido e sua relação seria o ponto de partida para o processo de equilíbrio entre meio ambiente e as necessidades básicas dos indivíduos. Reforça o conceito de Mazzini (2003) ao colocar o ecodesenvolvimento como uma ferramenta que tende a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Já o conceito de desenvolvimento sustentável, apareceu em 1987, na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), no estudo denominado “Nosso futuro comum”, mais conhecido como Relatório de Brundtland. O conceito de desenvolvimento sustentável (DS) surge como sucessor do ecodesenvolvimento, encontrando grande aceitação no movimento ecológico e em outros setores no decorrer dos anos 1990, inclusive entre os empresários, que anos antes combatiam a proposta de ecodesenvolvimento. Naquela época, o objetivo deste novo conceito era promover a discussão e propor meios para conciliar desenvolvimento econômico e conservação ambiental, fazendo a seguinte definição:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46).

O conceito em questão pode ser entendido como o processo que promove uma gestão responsável dos bens ambientais, de forma a assegurar as necessidades das gerações futuras e, ao mesmo tempo atender, as necessidades das gerações atuais.

Para Mazzini (2003, p. 131 – 132), quanto à compatibilização no desenvolvimento sustentável busca-se:

[...] compatibilizar o crescimento econômico com a proteção ambiental, minimizando-se os impactos sobre a qualidade do ar, da água e do solo. Os princípios que regem as políticas de desenvolvimento sustentável são:

- reconhecimento de que os recursos naturais têm limites e devem ser poupados;
- atendimento das necessidades de emprego, alimentação, educação, moradia, saneamento e energia;
- restabelecimento do ritmo de desenvolvimento econômico;
- preservação da saúde e da qualidade de vida;
- aplicação da tecnologia, visando à preservação e ao controle ambiental;
- compatibilização dos critérios de desenvolvimento e proteção ambiental na tomada de decisão.

Observa-se que, embora os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável tenham sido concebidos em épocas distintas, ambos apresentam pontos semelhantes: respeito aos direitos das gerações futuras, no que se refere à garantia da disponibilidade de recursos naturais; aspecto ambiental observado ao mesmo tempo e da mesma forma que o critério econômico, quando do planejamento e tomada de decisão e, por último, a importância da inclusão das comunidades locais dentro do processo de tomada de decisão, de forma articulada, objetivando a convergência de vontades, para se atingir um propósito compartilhado por todos.

Por outro lado, existem também diferenças entre os dois conceitos. Layrargues (1997) aponta como divergências entre as duas propostas a noção de justiça social; a questão do papel da tecnologia e, por último, as diferenças estratégicas da política econômica.

Dentro do conceito de ecodesenvolvimento, a justiça social diz respeito ao nivelamento médio dentro dos padrões de consumo, ou seja, sugere o estabelecimento de um “teto de consumo material” para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Já o desenvolvimento sustentável propõe um crescimento econômico sem distinção, contudo, desde que sejam criadas tecnologias mais eficientes que produzam mais, com menos recursos e menos poluição. Entretanto, fica escondido o peso da responsabilidade da poluição da riqueza (LAYRARGUES, 1997, p.6).

No que se refere à questão da tecnologia, o ecodesenvolvimento acredita na valorização dos elementos endógenos, ou seja, de dentro dos países, o que por sua vez decorre a necessidade pela adoção de tecnologias internas que atentam às condições naturais e culturais, observando a fragmentação do espaço, ou seja, as demandas devem estar relacionadas às necessidades da população, respeitando os limites de cada ecossistema

onde estão inseridas. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável defende a necessidade de transferência de tecnologias dos países desenvolvidos para as nações subdesenvolvidas (LAYRARGUES, 1997, p.6).

No que tange às estratégias de política - econômica, o comportamento do Estado passa a ser o centro das atenções, dentro deste contexto. Enquanto o ecodesenvolvimento defende a ideia de um maior controle do Estado e participação dos movimentos sociais, o desenvolvimento sustentável assume posição antagônica, ou seja, defende o livre mercado, através do afastamento do Estado e ainda, alimenta o expansionismo do mercado mundial (LAYRARGUES, 1997, p.6).

Portanto, diante da sucinta análise acerca das convergências e diferenças das duas propostas (ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável), constata-se que é quase impossível que a economia dos países do sul atinja os mesmos níveis dos países do norte, considerando o sistema econômico vigente (capitalismo). Tal situação pode ser confirmada, considerando a disparidade de riqueza existente entre os países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

Outro fator de grande relevância é a inviabilidade pela manutenção do equilíbrio ambiental e, ao mesmo tempo, promoção de um mesmo padrão de desenvolvimento para todas as nações, considerando que os recursos naturais existentes são finitos, e não são uniformemente distribuídos pelo planeta.

Desta forma, o processo não está acabado e integralmente concluído, pois, sugere-se a continuidade do desenvolvimento ou construção de um novo conceito, já que o cenário atual refere-se a transição para um suposto modelo que permita a compatibilização dos aspectos econômicos e ambientais de forma realmente sustentável. Embora se acredite que esteja no caminho, muito ainda precisa ser debatido e planejado de forma exequível, conquistando não somente a adesão do meio acadêmico, mas também das nações com suas peculiaridades culturais, econômicas, sociais, políticas e ambientais, sobretudo, suas limitações dos meios tecnológicos.

Embora o desenvolvimento sustentável alinhado ao conceito de ecodesenvolvimento seja um verdadeiro desafio para a humanidade no século XXI, é um caminho para se iniciar um processo capaz de propiciar condições de proteger, conservar e preservar os recursos naturais, proporcionando qualidade de vida saudável.

Para que isto ocorra, a educação ambiental tem importância na conscientização e alteração dos padrões de comportamento dos seres humanos em relação ao meio ambiente. Nada mais justo que este processo se inicie dentro da escola, em um primeiro momento, e continue na comunidade onde cada escola está inserida. Contudo, é necessário o desenvolvimento de metodologias educacionais que permitam a junção dos diversos conceitos ambientais no campo prático, possibilitando, desta forma, desagregar-se da sensação de abstração ambiental gerada tão somente pelo discurso.

Diante da complexidade da concepção de um programa educacional ambiental, sistematizado e continuado, dotado de visão crítica e metodologia própria e, considerando ainda, a transversalidade da disciplina meio ambiente, a qual perpassa todos os segmentos estruturantes de uma determinada sociedade, seja no campo econômico, político, social ou cultural, torna-se imprescindível conhecer a evolução do conceito e das orientações voltadas para a educação ambiental inseridas nos principais eventos mundiais.

2.2 Eventos importantes na evolução do conceito Educação Ambiental

a) A Conferência de Estocolmo

A Conferência de Estocolmo, promovida pelas Nações Unidas (ONU) e realizada na Suécia em 1972, de acordo com Leitão (2004), constituiu um marco de referência para a educação ambiental, pois na Declaração do Ambiente, da qual constam 109 princípios, o 19º orienta, pela primeira vez, a necessidade de veicular a educação ambiental quer num contexto formal quer não formal.

Nesse mesmo sentido Dias (1999), enfatiza que a Conferência de Estocolmo pode ser considerada um marco histórico e político internacional para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental. Acrescenta que através dela se reconheceu o desenvolvimento da educação ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo. Salaria que a conferência de Estocolmo atribuiu grande importância estratégica na busca de reforços da melhoria da qualidade ambiental.

Nesse contexto, todos devem estar unidos em torno dos problemas ambientais, a educação deve se estender a todos, já que o meio ambiente é um problema coletivo e não individual.

A propósito, Leitão (2004) assinala que na Conferência de Estocolmo também foi criado o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) que desde então assumiu certo protagonismo na organização dos grandes eventos no campo da educação ambiental.

b) A Conferência de Belgrado

Na opinião de Leitão (2004), a Conferência de Belgrado realizada na Iugoslávia, em 1975, constituiu um marco de referência ao incorporar a realidade social no meio ambiente.

Acrescenta Dias (2004) que a Carta de Belgrado, redigida na Conferência Belgrado, surge à formulação dos princípios e orientações para o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), tais como a continuidade, multidisciplinaridade, integração das diferenças regionais e voltadas para os interesses nacionais.

Para a criação de um programa de educação ambiental, sistematizado e continuado, as orientações do PIEA devem ser observadas quando da formulação em torno de uma proposta pedagógica, não somente no campo conceitual, mas, principalmente no campo prático. Necessário a fragmentação do espaço geográfico para delimitar a atuação de um trabalho de educação, visando a proteção, conservação e prevenção ambiental, considerando não só os aspectos físicos geográficos, mas também os aspectos culturais, sociais e ambientais. Para que a fragmentação do espaço ocorra é necessária a adoção de critérios que viabilizem a aplicabilidade do princípio da vulnerabilidade socioambiental, entendido como conjunto de fatores e condições que mensurado de forma qualitativa e quantitativa, revela o nível socioambiental de uma determinada comunidade, implicando na qualidade de vida da sociedade (MINAS GERAIS; UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011).

Ressalta-se ainda, a relevância dos diferentes papéis assumidos pelas comunidades no que se refere à mediação e resolução dos conflitos ambientais onde estão inseridos. Dentro deste contexto, deve-se ainda observar as distintas realidades socioambientais, os princípios do desenvolvimento sustentável e sua complexidade no contexto socioeconômico e ambiental, a multi e interdisciplinaridade, essência propulsora de qualquer projeto de EA.

Entretanto, não basta uma exposição teórica entorno da junção dos conceitos ambientais. É necessário realizar também uma abordagem prática enfocando o “horizonte imaginário”²,

² “Um imaginário é uma fonte de hipóteses que provê as pessoas de critérios para orientar a atuação e para identificar alternativas de ações” (TORO; WERNECK, 2007, p. 38).

caracterizado pela convergência de vontades, entendido como a união de esforços de vários segmentos da sociedade com um único foco, visando à sustentabilidade e a qualidade de vida, por intermédio da participação da comunidade pela livre decisão, reforçando o caráter democrático do processo de mobilização social e os mecanismos delimitadores de execução, quais sejam, o princípio da vulnerabilidade socioambiental e do critério da exequibilidade, condicionante determinado pela relação custo/benefício das ações propostas, fundamentada na oferta de recursos financeiros, humanos e materiais, para o alcance dos objetivos a serem atingidos na escola e na comunidade, de forma efetiva.

A partir da Conferencia de Belgrado muitos eventos aconteceram dando prioridade à educação ambiental, afirma Dias (2004, p. 103). A carta de Belgrado previa mudanças no meio ambiente e que certamente afetaria muitas áreas, dentre elas o crescimento econômico e com conseqüências como a fome, pobreza, analfabetismo, poluição, exploração e dominação da humanidade:

A reforma dos processos e sistemas educacionais é central para a constatação da nova ética de desenvolvimento e ordem econômica mundial. Governantes e planejadores podem ordenar mudanças e novas abordagens de desenvolvimento que possam melhorar as condições do mundo, mas isso não se constituirá em soluções de curto prazo se a juventude não receber um novo tipo de educação. Isso vai requerer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre a escola e a comunidade, entre o sistema educacional e a sociedade. É dentro desse contexto que devem ser lançadas as fundações para um programa mundial de EA, que possa tornar possível o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, valores e atitudes, visando à melhoria da qualidade ambiental, e efetivamente, à elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

Dessa forma, o sistema acadêmico educacional vigente aquela época não era apropriado, pois não permitia a visão abrangente para os infortúnios que se previam, e que por isso deveria ser modificado dando aos jovens estudantes meios para conhecer as mudanças socioambientais que estavam ocorrendo, chamando a atenção deles sobre a responsabilidade ambiental, pois, as atitudes egoístas daquele momento, certamente deixariam as “gerações presentes e futuras” sem meios de sobrevivência, ou de defesa diante de tantos desmandos relacionados ao meio ambiente.

c) A primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental

Em outubro de 1977, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

(UNEP)³ organizou a Conferência Intergovernamental de Tbilisi e adotou a seguinte definição de educação ambiental:

A educação ambiental é uma vasta atividade de abordagem multidisciplinar no ensino, da comunicação em massa, da participação da comunidade ou outras atividades, visando o desenvolvimento da população mundial que tem conhecimento do ambiente e está preocupado com ele e com os seus problemas associados, e que tem o conhecimento, habilidades, atitudes, motivações e compromisso para trabalhar individual ou coletivamente, com vista à solução de problemas correntes e para a prevenção de novos problemas (UNESCO-UNEP, 1978 *apud* LEITÃO, 2003, p.51-52).

Assim, já se determinava trabalhar a educação ambiental atentando para o caráter multidisciplinar que, no contexto ambiental, configura-se como a inter-relação dos diversos órgãos ambientais, das diversas áreas do conhecimento, sociedade e comunidade escolar, objetivando a propagação de uma educação ambiental crítica, a qual deverá ser convertida em ações práticas e de forma continuada.

As recomendações da Declaração da Conferência Intergovernamental de Tbilisi constituíram como um suporte fundamental para a compreensão da EA. Emergiram, pela primeira vez, dois aspectos essenciais: a perspectiva interdisciplinar na análise dos problemas com a finalidade de racionalizar práticas e o contributo da EA na prevenção dos problemas ambientais (LEITÃO, 2004, p.28).

Especificamente, no contexto meio ambiente, a interdisciplinaridade, mola propulsora de qualquer projeto ou programa de EA, busca da inter-relação de todas as disciplinas, objetivando a compreensão voltada para os conceitos que envolvem a matéria, o que possibilita abrir um portal para conhecimentos mais amplos que auxiliam o encontro de possíveis soluções para os problemas socioambientais.

A Conferência Tbilisi reuniu especialistas de todo o mundo para apreciar e discutir propostas relacionadas à educação ambiental elaboradas na ONU, configurando como um marco histórico dentro deste processo de evolução da EA, definindo seus princípios, objetivos e características, formulando recomendações e estratégias pertinentes aos planos regional, nacional e internacional, na visão de Dias (2004). A conferência lançou um chamamento para os Estados membros para incluírem, em suas políticas de educação, medidas que visassem à incorporação dos conteúdos, diretrizes e atividades ambientais nos seus sistemas, bem como solicitou a colaboração, mediante intercâmbio de experiências,

³ UNESCO – UNEP (1978). The Tbilisi Declaration. **Connect: UNESCO-UNEP environmental education newsletter**. Paris. Vol.III, nº1, p. 1-8.

documentos e materiais, e ainda a colocação dos serviços de formação à disposição dos docentes e especialistas de outros países.

Dentre as recomendações sobre Educação Ambiental constantes na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros, Dias (2004) destaca as alíneas c e g da recomendação nº 1:

c) Um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente;

[...] g) Para a realização de tais funções, a educação ambiental deveria suscitar uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade; enfocar a análise de tais problemas, através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora, que permita uma compreensão adequada dos problemas ambientais (CONFERÊNCIA INERGOVERNAMENTAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – TBLISI, 1977 *apud* DIAS, 2004, p.107).

Essas recomendações da Declaração da Conferência de Tblisi afloram a visão crítica sobre educação ambiental, e também sugerem a construção do “horizonte ético”⁴ na educação ambiental. Para a resolução ou minimização de problemas de cunho ambiental e social, junto às diversas comunidades torna-se essencial saber o que fazer; como fazer e quando fazer.

Desta forma, ao buscar respostas para esses questionamentos básicos, verifica-se que será de fundamental importância o desenvolvimento de um intenso processo de mobilização social, visando à participação da comunidade para se chegar aos resultados pretendidos.

d) A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

Em junho de 1992, no Rio de Janeiro, a ONU promoveu a Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO – 92) a qual reafirmou a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, adotada em Estocolmo em 1972.

Nesta conferência, a EA é orientada para o desenvolvimento humano, através da conscientização e da preparação dos indivíduos, consolidando o conceito de

⁴ “Horizonte Ético é o que dá sentido a um processo de mobilização social”. É saber que o que eu faço e decido, em meu campo de atuação cotidiano, está sendo feito e decidido por outros, em seu próprio campo de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos (TORO; WERNECK, 2007, p. 15)

desenvolvimento sustentável que incorpora na sua definição a dimensão ética de equidade social, a dimensão ecológica voltada para a reprodutibilidade dos recursos e respectiva salvaguarda para as gerações do presente e do futuro (LEITÃO, 2004).

Acrescenta Dias (2004, p. 377) que a ECO-92 procurou direcionar os trabalhos na articulação de acordos internacionais que dizem respeito aos interesses coletivos e ao meio ambiente, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, proclamando no Princípio 21 a necessidade de mobilização dos jovens para garantir a uma parcela da humanidade o desenvolvimento sustentável e um melhor futuro.

Assim, na elaboração de uma proposta pedagógica voltada para um programa de educação ambiental destinado ao público infanto-juvenil, deve ser orientada a incentivar a participação criativa da comunidade, em especial dos jovens, buscando a transformação de valores e atitudes através da construção de novos hábitos e conhecimentos, buscando ainda criar uma ética sensibilizadora e conscientizadora para as relações integradas entre o ser humano, a sociedade e a natureza.

A ECO-92 chamou a atenção do mundo para as questões ambientais e teve como resultado a elaboração da Agenda 21, considerada como um plano de ação para o século XXI. Este documento solidifica a ideia que o desenvolvimento econômico deve ocorrer com equidade social e equilíbrio ecológico. Dentre os seus quarenta capítulos, o trigésimo sexto fomenta a educação, a capacitação e a conscientização.

Apesar da realização dos eventos citados e, principalmente, ter sediado uma importante Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Brasil levou anos para iniciar um debate em torno da educação ambiental. Nesse ínterim, a EA foi confundida muitas vezes com ecologia, que segundo Mazzini (2003) é a ciência que estuda a estrutura e a função da natureza, considerando que o homem dela faz parte, de acordo com a conceituação moderna.

A Lei Federal nº 9 795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, é um instrumento de especialização sobre os processos de educação ambiental no Brasil. O referido instrumento procurou alinhar-se às recomendações da Declaração da Conferência de Tblisi, principalmente no que tange a prática educativa integrada, contínua e permanente, bem como, procurou focar na mobilização das comunidades visando à participação nas

discussões e ações praticas das questões ambientais, tanto na educação formal quanto na informal.

2.3 A Educação Ambiental no Brasil

No cenário brasileiro, a evolução EA se inicia da década de 80, mais precisamente com o sancionamento da Lei nº 6 938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências. O referido instrumento legal no âmbito da EA traz características voltadas para os direitos humanos, considerando o disposto no seu Art. 2º:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...].

O Art. 2º da referida lei estabeleceu princípios norteadores para assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Em especial no seu inciso X afirma que a EA deve ocorrer em todos os níveis de ensino da comunidade, visando capacitá-la para a participação ativa na defesa do Meio Ambiente. Cabe salientar que a Lei nº 6 938/81 foi regulamentada somente no dia 6 de junho de 1990, através do Decreto nº 99 274, ou seja, após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998 (CFRB/88).

A CRFB/88, considerada uma constituição de vanguarda nas questões ambientais, contém um capítulo exclusivo que trata sobre o meio ambiente, inserindo a necessidade da promoção da educação ambiental, conforme disposto em seu Art. 225, inciso VI:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações [...] [...]VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente [...].

A Constituição Federal de 1988, bem como a Lei nº 6 938/81, no que tange aos objetivos da EA, contempla elementos contidos nas recomendações da Declaração da Conferência de Tblisi, em especial, a Recomendação nº 1, alínea “c”, a qual conclama a participação da coletividade, de forma responsável e eficaz para a prevenção e solução dos problemas ambientais, sobretudo a qualidade do meio ambiente.

Logo depois, através da Lei nº 7 335, de 22 de fevereiro de 1989, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a quem competia, além de formular, coordenar e executar a Política Nacional de Meio Ambiente, dentre outras finalidades, competia-lhe estimular a educação ambiental em suas diferentes formas, conforme afirma Dias (2004, p.88).

No final de 1989, a educação ambiental passou a ter a mais atenção do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o qual criou um grupo de trabalho para a educação ambiental, de acordo com Dias (2004). Este foi o ponto de partida para inúmeras iniciativas voltadas para a EA, principalmente, após a realização da ECO - 92.

Dentre os inúmeros assuntos amplamente discutidos na ECO - 92, a EA ganhou enfoque. Naquela ocasião, o MEC participou ativamente do processo de confecção da Carta Brasileira para Educação Ambiental, reconhecendo a EA como um instrumento estratégico para iniciar o trabalho em torno da sustentabilidade e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida no planeta. A carta apontava a inexistência de um instrumento legal voltado especificamente para a EA, retratando, desta forma, a falta de comprometimento do Poder Público na elaboração da legislação específica em relação às políticas de educação ambiental, em todos os níveis de ensino, de forma a atender às reais necessidades do país (BRASIL, 2005, p. 24).

Em 1994, como resultado da ECO – 92, foi instituído pela Presidência da República, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). O referido programa foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), responsáveis pelas ações voltadas respectivamente ao sistema de ensino e à gestão ambiental, embora também tenha envolvido em sua execução outras entidades públicas e privadas do país.

De acordo com o PRONEA, para se chegar à criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9 394, de 20 de dezembro de 1996, a qual caracteriza a transversalidade⁵ da disciplina meio ambiente, foram formulados três componentes básicos voltados para a capacitação de gestores e educadores; o desenvolvimento de ações educativas e, por último, o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, concebendo

⁵ Os Temas Transversais não se constituem em novas áreas, mas num conjunto de temas que aparecem transversalizados, permeando a concepção das diferentes áreas, seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas.

linhas de ações das quais se destacam: a educação ambiental por meio do ensino formal; a articulação e integração comunitária e a articulação intra e interinstitucional. Estas linhas de ações evidenciam a importância do desenvolvimento de um trabalho caracterizado pela interdisciplinar, multidisciplinar, baseado na mobilização social (BRASIL, 2005).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9 394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece em seu artigo 36, inciso I que:

A Educação Ambiental será considerada na concepção dos conteúdos curriculares de todos os níveis de ensino, sem constituir disciplina específica, implicando desenvolvimento de hábitos e atitudes sadios de conservação ambiental e respeito a natureza, a partir do cotidiano da vida da escola e da sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional determinou que a EA não deve se tornar uma disciplina isolada, mas sim ser trabalhada em todas as disciplinas constantes no currículo escolar de forma interdependente.

Em 1997, depois de dois anos de debates, o Conselho Nacional de Educação aprovou os Parâmetros Curriculares Nacionais⁶ (PCN), cujo objetivo é proporcionar às escolas subsídios na elaboração dos seus projetos educativos, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes e de abrangência nacional, entre eles o meio ambiente (BRASIL, 2005, p. 26).

O Brasil visando a transformação progressiva das atitudes e comportamentos socioambientais da sua população, no que tange a consciência de assunção de suas responsabilidades, procurou durante as discussões em torno dos processos da educação ambiental alinhar-se aos tratados internacionais na concepção da legislação específica sobre a Política Nacional para a Educação Ambiental, o que resultou na aprovação da Lei nº 9 795, de 27 de abril de 1999.

O Brasil é o único país da América Latina que possui uma Política Nacional específica para a educação ambiental, afirma (DIAS, 2004). Esta é uma grande conquista política, fruto de da luta diária de militantes de várias Organizações Não Governamentais (ONGs) e funcionários do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente nos corredores do Congresso Nacional, para convencer os parlamentares a aprovar a Lei nº 9 795/99.

⁶ Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras.

O referido instrumento estabeleceu o amparo legal à EA, procurando envolver todos os setores da sociedade como corresponsáveis e, incorporou oficialmente a EA nos sistemas de ensino.

A Lei nº 9 795, de 27 de abril de 1999, assim como a LDB, considerou o meio ambiente um tema transversal e por este motivo deve ser trabalhado na educação formal e não formal, conforme previsto em seus artigos 1º e 2º que atesta o seguinte:

Art. 1º - Entendem-se por educação ambiental os processos pelos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

A Lei nº 9 795/1999 é considerada como instrumento de especialização sobre os processos de Educação Ambiental que visa difundir os nossos direitos e deveres. O Art. 3º, incisos I, III, V e VI, destaca:

Art. 3º - Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I – Ao Poder Público, nos termos dos Art. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais (BRASIL, 1999).

A promoção de ações de educação ambiental, visando o trabalho de proteção, de conservação e de preservação do meio ambiente e da qualidade de vida é de responsabilidade de qualquer órgão ou instituição integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). A Polícia Militar de Minas Gerais é parte integrante do SISNAMA, bem como do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA), por isso, tem o poder e o dever de desenvolver instrumentos e metodologias para se promover educação ambiental de forma sistematizada e continuada, objetivando o trabalho preventivo.

Por outro lado, a Lei da Política Nacional para de Educação Ambiental evidencia toda uma complexidade em relação ao que fazer. Esta complexidade, conforme pode se verificar em seu Art. 8º, §3º, incisos I ao VI, traz para o debate temas referentes à necessidade de elaboração e desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à promoção da qualidade da EA de forma sistematizada e continuada.

Assim, necessária é a mobilização dos diversos órgãos e segmentos sociais envolvidos com as questões ambientais, buscando o compartilhamento do conhecimento, quando do planejamento de ações voltadas para suprir as demandas da Política Nacional de Educação Ambiental, principalmente no que se refere “a capacitação de recursos humanos”; “desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações”; “produção e divulgação de material educativo”; “acompanhamento e avaliação”, conforme disposto no Art.8º, incisos I ao IV (BRASIL, 1999).

Sobre a EA no ensino formal e não-formal, a Lei nº 9 795/99, dispõe nos artigos 10 e 13 o seguinte:

Art. 10 – A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

[...]

Art. 13 – Entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (BRASIL, 1999).

De fato, esses artigos reforçam, mais uma vez, a necessidade de elaboração de um programa sistematizado, com metodologias pedagógicas capazes de abraçar não somente a complexidade relacionada às distintas realidades socioambientais locais, mas também, atender as necessidades das demandas geradas pela educação formal e não-formal. Daí, a necessidade da formação de equipes de diferentes áreas do conhecimento e a necessidade de se obter diagnósticos visando adaptação de um conteúdo programático as distintas realidades socioambientais, bem como adoção de mecanismos que permitam a avaliação de todo o processo.

Assim sendo, diante do contexto apresentado sobre o tema educação ambiental, dado a sua complexidade, principalmente ao que se refere no “como fazer”, ou seja, como viabilizar a concepção e execução pratica de um programa, torna-se muito importante uma abordagem crítica sobre a EA voltada para a resolução ou minimização de problemas de ordem social e ambiental, que permita a participação das comunidades.

2.4 Visão crítica da Educação Ambiental

Os problemas que afetam o meio ambiente, apesar da complexidade, são do conhecimento de grande parte da sociedade, contudo, faz-se necessário que haja um estudo mais amplo, para que se trabalhe a conscientização de todos quanto à importância da proteção, conservação e preservação ambiental, bem como, seja possível encontrar soluções para estes problemas ou, pelo menos, se consiga minimizá-los. Desta forma, entende-se que nada mais justo é que se inicie este processo de conscientização através EA dentro das escolas e junto à comunidade a que pertencem.

Como uma prática apta a alertar sobre o fim e a má distribuição dos recursos naturais, a educação ambiental foi idealizada primeiramente por ecologistas e, posteriormente, foi convertendo em uma proposta educativa na visão de Carvalho (2012, p. 51-52)

A problemática ambiental é uma questão de interesse público, pois afeta a todos e interfere no futuro das sociedades. Desta forma, percebe-se a importância do processo de mobilização social para se promover um debate ecológico com o objetivo de propor transformações do modo de agir e pensar do homem em relação ao seu ambiente, envolvendo as comunidades nas ações socioambientais.

Nesse mesmo sentido, Medeiros et al (2011, p. 1) salienta que:

A sobrevivência humana sempre esteve ligada ao meio natural. Mas com o padrão desenvolvimentista de acumulação e concentração de capital, verifica-se uma apropriação da natureza de forma inadequada, onde se retira dela muito além do necessário ao sustento humano em nome do capitalismo que só visa o lucro, provocando desequilíbrio na relação do homem com o meio natural, onde o processo de degradação tem aumentado cada vez mais, comprometendo a qualidade de vida da sociedade. Desta maneira se faz necessário medidas urgentes em todo mundo quanto a uma conscientização das pessoas que a levem a gerar novos conceitos sobre a importância da preservação do meio ambiente no dia-dia, e a educação ambiental é uma ferramenta que contribuirá significativamente neste processo de conscientização.

A educação ambiental na visão de Dias (2004) é um processo contínuo no qual as pessoas de uma comunidade se conscientizam sobre o meio ambiente onde estão inseridos e conquistam novos conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a adotar comportamentos que visem solucionar problemas ambientais, presentes e futuros.

Desta forma, para conseguir fazer com que o meio ambiente seja reconhecido como um bem pertencente a todos, e que as pessoas, em especial os estudantes, possam adotar comportamentos socioambientais que contribuam para a sustentabilidade e uma melhor qualidade de vida, é necessário fazer da sala de aula um laboratório, onde a pesquisa deva ser feita constantemente, valendo-se das experiências de vida de cada um dentro do cenário cultural, social e econômico em que estão inseridos, possibilitando que os fatos sejam explanados e debatidos com muito mais profundidade do que se tem feito até o presente momento.

Para iniciar os estudos acerca da educação ambiental no Brasil, dentro de uma abordagem crítica, é necessário, em um primeiro momento, analisar a visão do Estado a partir da compreensão do conceito de EA contido na Lei nº 9 795/99, em seu Art. 1º:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Esse artigo traz na sua essência elementos dispostos nas Recomendações da Declaração da Conferência de Tblisi e na Constituição Federal de 1988. Faz ainda menção a outros princípios inseridos nos conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Observa-se que o referido artigo, assim como toda a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental traz princípios, linhas de atuação e objetivos, contudo, não deixa evidente como promover a educação ambiental na sua forma prática, daí a complexidade da sua implementação, considerando os seguintes questionamentos: como sensibilizar uma coletividade acerca dos problemas ambientais se não se conhece a sua realidade socioambiental? Como promover educação ambiental se não se possui um programa sistematizado que interligue todos os princípios e conceitos na sua execução prática e que corresponda as expectativas em torno dos objetivos pretendidos?

Esses questionamentos permitem uma reflexão sobre a complexidade da EA, considerando as escolhas a serem feitas e diretrizes a serem estabelecidas. Entretanto, ao se compreender que o tratamento das questões ambientais, sejam elas preventivas ou repressivas, caracterizam-se pela complexidade das ações, pelas mesmas razões a concepção de um modelo ideal de EA vai esbarrar também com esse cenário. O importante é ter a exata noção do que é necessário fazer, quem fazer, quando fazer e como fazer.

Carvalho (2012), superando uma visão ingênua de educação ambiental enfatiza:

Apesar de atualmente todos concordarem em ser preciso fazer algo a respeito da crise ambiental, há muitas divergências e disputas entre diferentes pontos de vista sobre o que fazer, sobre como gerir as questões ambientais, sobre que interesses devem prevalecer na complexa negociação entre os diversos grupos sociais [...] (CARVALHO, 2012, p. 152).

A utilização constante da expressão educação ambiental, na visão de Carvalho (2012), pode configurar-se como um termo “simplista”, quando utilizada em projetos ou programas criados por pessoas de boa vontade a ensinar a outras a serem respeitosas e cuidadosas para com a natureza. Denomina esta visão como “ingênua”, considerando sua vulgarização dentro das boas práticas e comportamentos ambientais. Procura destacar, dentro deste contexto crítico, a dificuldade em torno dos conflitos sociais que se formam a volta dos diversos meios de acesso e uso dos bens ambientais. Esses conflitos ficam evidentes nos interesses particulares e setoriais, deixando de lado desse processo os interesses coletivos embora, os bens ambientais estejam assegurados a toda coletividade, conforme disposto no Art. 225 da CFRB/88.

Visando superar a visão ingênua da educação ambiental, Carvalho (2012) faz quatro questionamentos básicos importantes que revelam toda a complexidade permeada pela EA, quais sejam: “que critérios definiriam as tais boas práticas? Do ponto de vista de quem são boas? Será que estamos interessados em formar comportamentos corretos ou atitudes ecológicas diante do mundo? Com base em que concepção de meio ambiente certas práticas sociais estariam sendo classificadas como ambientalmente adequadas ou inadequadas?”

No debate que envolve as dimensões conflituosas do mundo social, das orientações e tradições pedagógicas e das divisões dos campos dos saberes, a EA está longe de ser a síntese apaziguadora. Apenas uma visão ingênua tenta sugerir que a boa intenção de respeitar a natureza seria premissa suficiente para fundamentar nova orientação educativa apta a intervir na atual crise ecológica – que implica o questionamento e a disputa dos territórios do conhecimento – e social – relativo ao rumo das relações entre sociedade e natureza e suas consequências para nossos projetos e condições de existência no mundo (CARVALHO, 2012, p. 154).

Carvalho (2012) busca elementos para o entendimento de uma educação ambiental crítica a partir do resumo de uma política pedagógica que auxiliaria uma mudança de valores e atitudes, formando um sujeito ecológico capaz de identificar e problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas, tendo por base Paulo Freire, defensor da educação crítica no Brasil. Assim sendo, acaba por determinar uma especificidade da EA, qual seja compreender as relações entre sociedade e natureza e intervir nos problemas e conflitos ambientais. Ao criar esta especificidade a autora se reporta novamente a Paulo Freire

deixando entendida a necessidade pelo rompimento da visão da educação tradicional, baseada na difusão e no repasse de conhecimentos.

Na visão de Carvalho (2012) não basta apenas a educação formal, há necessidade de se promover a educação não formal, pois, considera-se que esta envolve ações nas comunidades, auxiliando na identificação de problemas e conflitos pertinentes nas relações dessas populações com seu entorno, levando em consideração as distintas realidades socioambientais, estejam elas na zona rural ou urbana.

Portanto, as escolas não podem ser o único alvo da EA, mas também o seu entorno, tornando-se necessária a confecção de um diagnóstico que auxilie conhecer os problemas sociais e ambientais e suas relações com o dia a dia da comunidade, objetivando a busca de resolução ou minimização dos problemas e, principalmente, que estas comunidades, devidamente mobilizadas, compreendam a importância da sua participação neste processo.

A pedagogia bem aplicada em sala de aula pode fazer com que os estudantes entendam que podem quebrar paradigmas e construir o seu próprio destino. A educação ambiental pode auxiliar estes estudantes a assumir uma responsabilidade plena ao se definir dentro do contexto socioambiental em que eles vivem, bem como conhecerem seus problemas e as possíveis soluções, estabelecendo um rol de prioridades, colocando-os como importantes atores sociais.

2.5 Polícia Militar de Minas Gerais e a prevenção ambiental

A Polícia Militar vem investindo e ampliando os recursos e ações voltadas à prevenção criminal, contudo, não dispõe de uma doutrina sistematizada voltada para a Educação Ambiental formal e não formal. A maioria das ações da Polícia Militar Ambiental são pautadas no atendimento de denúncias e fiscalizações voltadas à detecção de infrações, crimes ambientais para a adoção de medidas coercitivas.

Como início de um processo para se promover a educação ambiental formal e não-formal, a Polícia Militar de Minas Gerais, em 2009, publicou a Instrução nº 3.03.01/2009-CG, que regula a atuação da Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente (PPMamb), prescrevendo como missão desta patrulha a seguinte:

[...] desenvolver um trabalho exclusivamente para a prevenção, tendo na educação ambiental a principal ferramenta, direcionado para uma nova interação da polícia com a comunidade, Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas e órgãos públicos, a orientar as pessoas a usufruir dos recursos naturais de forma sustentável, propondo soluções aos problemas ambientais para melhorar a qualidade de vida (MINAS GERAIS, 2009).

Ao analisar a Instrução nº 3.03.01/2009-CG, verifica-se que se trata de um instrumento para o início de um processo para o policiamento ambiental preventivo, considerando as orientações as quais conduzem para a necessidade de formulação de programas de educação ambiental, formal e não-formal, de forma sistematizada e permanente. A instrução contribui ainda para a melhoria da imagem institucional da PMMG, quando se propõe assegurar os direitos e garantias individuais e a promoção da qualidade de vida, por meio da difusão de práticas sustentáveis, que por sua vez, contribuem com o equilíbrio ecológico (MINAS GERAIS, 2009).

Por outro lado, considerando os aspectos críticos da EA abordado neste trabalho, verifica-se que a Instrução nº 3.03.01/2009-CG traz na sua concepção o que fazer, porém, não dispõe de metodologias para tais finalidades, assim como não deixa evidente como promover a educação ambiental na sua forma prática, conforme objetivos contidos no item 1.1:

Implementar, através das patrulhas de prevenção ambiental, a Educação Ambiental formal e não formal, observando-se o seguinte:

- a) criar a cultura operacional de pensar globalmente e agir localmente, por intermédio de atualização e treinamento continuado;
- b) executar o policiamento preventivamente orientado sob demanda indicada através de estudo de base de dados, focando interação comunitária e sinergia entre os órgãos afins;
- c) desencadear ações e operações preventivas com ênfase em reuniões e encontros, agindo de forma integrada e sinérgica com os órgãos afins para potencializar, catalizar e ampliar a solução dos problemas;
- d) mobilizar os indivíduos e os grupos constituídos, para que adquiram uma consciência do meio ambiente global e para os problemas ambientais;
- e) fomentar para que os indivíduos e os grupos constituídos adquiram o sentido dos valores sociais, um sentido profundo de interesse para o meio ambiente e a vontade claramente sentida de contribuir com seus atos para a tomada de decisões nas resoluções dos problemas ambientais (MINAS GERAIS, 2009).

A Instrução nº 3.03.01/2009-CG representa um marco histórico dentro do policiamento ambiental preventivo na PMMG. A Patrulha de Prevenção à Degradação ao Meio Ambiente (PPMAmb) torna-se exequível, considerando que a sua atuação, prioritariamente, ocorrerá nas entidades de classe, associações, escolas, universidades, em reuniões com proprietários rurais e/ou empreendedores, para repasse de orientações e esclarecimentos, por meio de palestras e exposições temáticas, abordando temas voltados para os processos de licenciamento, autorização e outorga para as intervenções no meio ambiente a fim de evitar a eclosão do delito ambiental (MINAS GERAIS, 2009).

Dentro deste contexto, algumas Unidades de policiamento especializado ambiental da PMMG vêm trabalhando no desenvolvimento de programas voltados para a EA, seguindo as orientações contidas na Instrução nº 3.03.01/2009-CG.

Cabe ressaltar a preocupação do Comando da Corporação em consolidar um programa de educação ambiental que atenda os princípios e conceitos dentro do complexo tema Meio Ambiente, considerando que ao elaborar o Plano Estratégico 2009 – 2011 procurou alinhá-lo ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), e inseriu a ação nº 8.3.3.4 que estabelecia o desenvolvimento de um programa educacional de meio ambiente e trânsito voltado para o público infante-juvenil.

A concepção do Plano Estratégico 2009 -2011 da PMMG e seu alinhamento com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado são assuntos dedicados na Seção 3.

3 GESTÃO POLICIAL

A presente seção é dedicada à gestão policial e tratará de assuntos como segurança pública, Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e Plano estratégico da PMMG, eficiência, eficácia e efetividade na administração pública.

3.1 Segurança Pública

A segurança pública deve ser compreendida como uma peça fundamental para promover as mudanças necessárias à concretização da cidadania. A elevação dos índices de criminalidade em todo o país se revela uma das preocupações mais importantes no cenário do desenvolvimento social brasileiro, alertando o poder público quanto à necessidade de adoção de medidas e procedimentos para resolução ou minimização dos diversos problemas sociais contemporâneos, dentre eles, aqueles afetos à da segurança pública e defesa social, visando atender os anseios sociais.

Nesse contexto, é necessária a criação de conhecimento e seu compartilhamento, sobretudo, na adoção de políticas públicas que estimulem a convergência de vontades, visando o perfeito entendimento dos diversos conceitos e suas inter-relações para o planejamento e desenvolvimento das ações no campo prático. Para tanto, é essencial estabelecer uma contextualização em torno dos problemas sociais, a partir da fragmentação do espaço, da elaboração de diagnósticos, da mobilização social, do planejamento, da execução e avaliação.

A CRFB/88, no capítulo que trata da segurança pública, atribui às polícias a competência para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Trata-se de uma atividade exclusiva do Estado, conforme disposto no texto constitucional em seu art. 144:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I- polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III- polícia ferroviária federal; IV- polícias civis; V- polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

Com a promulgação da CRFB/88 às organizações policiais foram reorganizadas e adequadas dentro do Estado Democrático de Direito. O Estado, no cumprimento da sua responsabilidade de garantir a Segurança Pública, passou a compartilhar com a sociedade

algumas iniciativas. Contudo, verifica-se a necessidade de se promover um sistema policial eficiente, eficaz e efetivo. Tal sistema deve estar integrado e articulado com os demais órgãos de repressão ao crime.

Ao tratar dos diversos modelos policiais do mundo Silva *et al* (1998) afirma que no Brasil não existe um sistema policial estabelecido, isso porque as polícias funcionam interna e externamente desarticuladas. As organizações policiais estaduais estão mais preocupadas em acumular poder do que em ser efetivas no combate a violência e a criminalidade. Assim sendo, cumpre ressaltar que a falta de harmonia entre os órgãos policiais é um dos motivos para o baixo desempenho dessas organizações, quando da prestação de serviço para a sociedade.

No que tange aos objetivos e estratégias para a elaboração das políticas públicas de segurança há uma forte influencia dos governantes e da própria sociedade na condução de seus esforços na prestação de serviço, considerando sua contextualização histórica. No Brasil, por exemplo, a polícia foi criada no século XVIII, para atender a um modelo de sociedade extremamente autocrática, autoritária e dirigida por uma pequena classe dominante. A instituição da polícia, dentro deste contexto, tinha como foco a proteção dessa pequena classe dominante da grande classe de excluídos.

Durante o regime militar as polícias eram tidas como polícia de Estado, caracterizando-se pela repressão a qualquer manifestação contrária ao regime. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as policias ganharam características de polícia voltada para a sociedade. No início do século XXI passou para o modelo de segurança cidadã, tendo como principal objetivo o atendimento dos anseios da sociedade ordeira.

O conceito de segurança pública também sempre foi definido de acordo com o contexto político e social do país vivenciado ao longo de sua história. O conceito de Segurança Nacional foi adotado no Brasil durante o período da ditadura militar (1964-1985), período em que eram priorizadas a defesa do Estado e a ordem política e social, conforme destaca Freire (2009, p.103). Com a CRFB/88 publicada ao final dos anos 80 a segurança passa a ser dever do Estado e responsabilidade de todos.

A segurança nacional preocupa-se com as ameaças externas relacionadas com a soberania nacional e defesas do território, sendo de responsabilidade das forças armadas, enquanto que, a segurança pública responsabiliza-se pelo combate a violência e criminalidade no âmbito interno do país, passando a ser de responsabilidade prioritária dos Estados e

municípios, que gozam de autonomia para a implementação de políticas de segurança na visão de Freire (2009).

Atualmente o modelo de segurança pública não atende as necessidades da agenda de desenvolvimento social e sustentável da sociedade brasileira. A complexidade das causas da insegurança na sociedade, a variedade das suas manifestações e a inexistência de critérios objetivos fazem da violência e da criminalidade uma das grandes incógnitas políticas. Já não se considera que a questão possa ser tratada apenas como produto da exclusão social, da mesma maneira, já não se pensa que ela possa ser cuidada apenas com a força e as armas da repressão policial. A adoção de medidas efetivas na área de segurança pública deve incluir contenção de despesas, racionalização dos gastos e melhor gestão do recurso público, conforme prevê a teoria do modelo da administração gerencial.

Nesse mesmo sentido, Durante e Zavataro (2007, p. 80) salientam que as organizações policiais, assim como os demais serviços públicos em geral, devem trabalhar em busca de maior eficácia, eficiência e efetividade nas suas ações, adotando sistemas gerenciais que possam aumentar a produtividade, diminuir o gasto público e o desperdício, com foque na qualidade de serviço.

Do mesmo modo que existe a preocupação em estabelecer um modelo de segurança pública eficaz, eficiente e efetivo para trabalhar a prevenção contra a violência e a criminalidade, é necessário também, a partir do mesmo modelo de sistema de gestão, trabalhar a prevenção contra os crimes e infrações ambientais, considerando que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos, conforme disposto no artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como, na Lei nº 9 605/98⁷, justificando a necessidade pela inclusão do tema dentro das questões relacionadas à segurança pública.

A implementação de políticas públicas voltadas para a segurança deve ser tratada de forma sistematizada e continuada, com estratégias de segurança focadas na prevenção em detrimento à repressão, “[...] com mecanismos que permitam planejamento, monitoramento, avaliação de resultados provenientes das ações desenvolvidas, gasto eficiente dos recursos financeiros [...]”, conforme salienta Saporì (2007, p.109).

⁷ Lei nº 9 605/98 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências,

Necessário se faz mobilizar e permitir a participação das pessoas diretamente interessadas na solução dos problemas ligados ao aumento da violência e da criminalidade no cenário onde estão inseridas. Cada representante da comunidade local deve auxiliar na tomada de decisão identificando a maneira contribuir na busca de soluções ou minimizações de problemas de segurança local, dentro de uma ordem de prioridades por eles elencadas, obedecendo ao critério da exeqüibilidade. Cabe aos órgãos de segurança a coordenação das ações.

3.2 Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

O Governo Federal tem procurado articular políticas públicas na área de segurança, tentando reestruturar o sistema, como um todo. Entretanto, a complexidade do fenômeno do crime, de caráter multifacetado e dinâmico, exigem abordagens integradas e multisetoriais, que envolvam a sociedade como partícipe, na busca de soluções eficazes e sustentáveis.

O Governo do Estado de Minas Gerais, compreendendo a complexidade em torno de elaboração de políticas públicas voltadas para os diversos segmentos sociais e da própria administração pública, elaborou em 2003, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) através do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e, enriquecido e aprovado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, sob a forma da Lei Estadual nº 17 007, de 28 de agosto de 2007. O PMDI estabelece as macros diretrizes a serem seguidas por todas as pastas estaduais, no primeiro momento até 2023, tendo como visão de futuro “Tornar Minas o Melhor Estado para se Viver”.

Considerado como novo instrumento de planejamento, o PMDI efetivou-se na atual gestão governamental com foco nos resultados, alinhada à avaliação de desempenho institucional, qualidade, inovação e transparência na administração pública, trazendo com o gerenciamento estratégico avanços no desenvolvimento de arranjos institucionais, como o Choque de Gestão⁸ e o Acordo de Resultados,⁹ fazendo da tecnologia de planejamento uma ferramenta de gestão que buscou romper com a improvisação (MINAS GERAIS, 2007).

⁸ Denomina-se “Choque de Gestão: Pessoas, Qualidade e Inovação na Gestão Pública” um dos principais Projetos Estruturadores que integram o Programa de Gestão Estratégica dos Recursos e Ações do Estado. (RENATA VILHENA et al. 2005).

⁹ O “Acordo de Resultados” tem por objetivo buscar o alinhamento das instituições com a estratégia do Governo, através de um sistema que articula a contratação de resultados, a avaliação institucional de equipes e a remuneração variável. (MINAS GERAIS, 2011).

Trata-se de estratégias de desenvolvimento sustentável do Estado em longo prazo. O documento traçou metas para a construção do futuro, numa perspectiva de 20 anos. A postura do Governo demonstrou que o momento era de valorizar o capital intelectual de acordo com o seu desempenho. As partes mais valiosas desse trabalho tornaram-se essencialmente tarefas humanas: sentir, julgar, criar, desenvolver relacionamentos, ou seja, entender as teorias, os conceitos e traduzi-las para a sua forma prática, a partir da integração multidisciplinar, com ampla consulta e participação de especialistas e dirigentes de governo nas diversas áreas.

A evolução do Choque de Gestão deu lugar em 2007 ao Estado para Resultados, que visou consolidar e aprimorar o processo de transformação gerencial e melhorar a aplicação de recursos por meio da priorização de metas e de projetos estruturadores orientados para resultados e, em 2011, incorporou-se a Gestão para a Cidadania que tem como principal desafio a participação da sociedade civil organizada na priorização e acompanhamento da implementação da estratégia governamental mineira, estando ancorada nos princípios de transparência, prioridades claras, engajamento da sociedade civil e participação com qualidade.

Este modelo foi consolidado, sobretudo, com a elaboração de planejamentos revisados periodicamente como PMDI, que, na projeção 2007-2023 na área de resultado da Defesa Social, delineou como um dos seus objetivos estratégicos integrar e melhorar a qualidade da ação policial.

Na atualidade, o PMDI 2011-2030 substituiu a orientação por áreas de resultado pela ideia de redes em desenvolvimento de forma que os diversos órgãos do Estado possam atuar transversalmente, estabelecendo laços com diferentes setores da sociedade, no sentido de responder às demandas, resolver problemas e propor estratégias customizadas de desenvolvimento, tendo como metas na Rede de Defesa e Segurança a alta sensação de segurança, a redução da violência e da criminalidade reconhecendo, assim, que a garantia de segurança é tarefa multidimensional que envolve a atuação da sociedade, entidades e de vários órgãos, ou seja, não apenas aqueles relacionados diretamente à segurança (MINAS GERAIS, 2011).

Alinhado ao PMDI está o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), documento elaborado quadrienalmente e que traça o planejamento em médio prazo, destaca a importância do acompanhamento entre o planejamento e o orçamento, ou seja, ao se

discutir e planejar como atender os anseios da sociedade é necessário levar em consideração a disponibilidade de recursos.

Anualmente, em desdobramento ao PMDI e ao PPAG, é discutida e votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo objetivo é orientar a elaboração do orçamento para o ano seguinte. Por último, o detalhamento das previsões financeiras do PPAG para cada exercício é detalhado através da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Ao se propor “Tornar Minas o Melhor Estado para se Viver”, o Estado acaba por estabelecer o seu “horizonte imaginário”¹⁰, viabilizando todo um processo de mobilização social interna de diversos segmentos da administração pública e especialista de diversas áreas do conhecimento com o objetivo de se buscar a formulação do seu “horizonte ético”¹¹, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado. O intrínseco plano de desenvolvimento apresenta o caráter multi e interdisciplinar e, por conseguinte, flexível à participação da sociedade mineira. Portanto, trata-se de um processo aberto de gestão pública. A participação pode se manifestar em momentos distintos considerando o aspecto espacial, temporal, bem como as demandas locais e/ou regionais, segundo as áreas de interesse e necessidade.

O PMDI, na condição de “horizonte ético” tornou-se o elemento essencial das organizações do Estado. Cada instituição, dentro de suas respectivas áreas de atuação, deve desenvolver ações estratégicas para o cumprimento de suas metas. Ao iniciar o desenvolvimento dos planejamentos estratégicos, as organizações não podem se desvencilhar dos aspectos subentendidos, quando da formulação do PMDI, os quais caracterizam a convergência de vontades.

3.3 Plano Estratégico na Polícia Militar de Minas Gerais

Diante da crescente demanda por serviços públicos policiais, verificáveis não somente em razão do sentimento das pessoas, mas também pelos indicadores policiais, as organizações policiais de vários Estados do Brasil passaram a trabalhar com a gestão estratégica apoiada na excelência em gestão pública por resultados. O desafio de trabalhar a gestão estratégica na área de segurança pública reside em se obter os resultados operacionais desejados.

¹⁰ ‘Horizonte Imaginário’ - “O imaginário validamente proposto é, ao mesmo tempo, uma fonte de hipóteses que provê as pessoas de critérios para orientar a atuação e para identificar alternativas de ações” (TORO; WERNECK, 2007, p. 37).

¹¹‘Horizonte Ético’ - “É tudo aquilo que dá sentido a um processo de mobilização social; é saber que o que eu faço e decido, em meu campo de atuação cotidiano, está sendo feito e decidido por outros, em seu próprio campo de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos” (TORO; WERNECK, 2007, p. 15).

Para vencer este desafio é imprescindível o envolvimento de vários atores: o Estado, destinando recursos orçamentários; a polícia, atualizando os conhecimentos gerenciais dos seus agentes, redefinindo o perfil dos gestores e reeducando-os para o planejamento estratégico; os órgãos ligados direta ou indiretamente à segurança pública dos diversos níveis de governo agindo de forma integrada e, finalmente, a sociedade, devidamente mobilizada, compartilhando e assumindo posições críticas, estimulando à educação e à cidadania.

Dentro destas perspectivas e, aliada às estratégias e planos governamentais, a PMMG tem buscado a evolução gradual e contínua na prevenção e repressão aos delitos através da melhoria da qualidade dos seus serviços. A partir do final dos anos 1990, agregou as concepções de geoprocessamento, de policiamento comunitário, de prevenção criminal e utilização de indicadores na avaliação do desempenho operacional de batalhões e companhias. Em 2005 incrementou a ferramenta denominada Controle Científico da Polícia, que objetivou acrescentar cientificidade às análises da qualidade do serviço prestado à população e possibilitou o monitoramento da atividade operacional.

A Polícia Militar de Minas Gerais, objetivando alcançar o aumento da capacidade de resposta às mudanças do ambiente, procura trabalhar com a “[...] minimização do impacto das turbulências, conhecimento aprimorado das condições e recursos da organização, facilitando, desse modo, o [...] fortalecimento da competência gerencial”, aumentando, desta forma, a eficiência e melhoria do desempenho organizacional (MINAS GERAIS, 2003, p.10).

Em conjunto com a Fundação João Pinheiro, a PMMG elaborou o Plano Estratégico 2004-2007, definindo como:

[...] ferramenta de trabalho para assegurar a diminuição dos potenciais óbices decorrentes do fato de a PMMG ser uma organização complexa, tanto física – por sua presença e interação com o ambiente externo, em todos os municípios mineiros -, como culturalmente, por sua bissecularidade. (MINAS GERAIS, 2003, p. 7)

O Plano Estratégico 2004 – 2007 definiu a identidade organizacional da corporação, ditando o seu negócio, sua missão, visão e valores institucionais. Como ferramenta da Gestão Pública foi elaborado com o objetivo de melhorar a qualidade da execução das ações e operações de policiamento ostensivo em todo o Estado de Minas Gerais. Com isso, a capacidade de presença do policial militar junto à comunidade é mais evidente e próxima. Esta participação da comunidade é importante para o crescimento da instituição policial, uma vez que o aprimoramento profissional de cada policial militar está vinculado aos níveis

de satisfação, sensação de segurança, qualidade de vida e à diminuição do crime e da desordem demonstrados na dicotomia polícia e comunidade.

Quando da reforma do PMDI em 2007, foram inseridas e apresentadas as “Áreas de Resultados”, definidas como áreas focais “[...] onde serão concentrados os melhores esforços e recursos, visando às transformações e melhorias desejadas na realidade vigente” (MINAS GERAIS, 2007, p. 27).

Abstrai-se que as Áreas de Resultados organizam a estratégia nos campos de atuação estatal, e se desdobram em objetivos e ações próprias, delineando os resultados finalísticos a serem alcançados.

Dentre as Áreas de Resultados apresentadas, não poderia ser diferente, a importância da área de defesa social para a Polícia Militar de Minas Gerais, considerando que a instituição compõe o Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS), juntamente com a Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militares e a Secretaria de Estado de Defesa Social, sendo um dos órgãos responsável pela segurança pública.

Outra Área de Resultado apresentada no PMDI de interesse para a PMMG é a área da “Qualidade Ambiental”, considerando que, dentro do contexto de proteção ao meio ambiente, a instituição é parte integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) e, principalmente, o disposto no Art. 142, inciso I, da Constituição do Estado de Minas Gerais, de 1989, a saber:

Art. 142 – A **Polícia Militar** e o Corpo de Bombeiros Militar, forças públicas estaduais, são órgãos permanentes, organizados com base na hierarquia e na disciplina militares e comandados, preferencialmente, por oficial da ativa do último posto, competindo:

I – à Polícia Militar, a polícia ostensiva de prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais e as atividades relacionadas com a preservação e restauração da ordem pública, além da garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicos, especialmente das áreas fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural (MINAS GERAIS, 1989).

Após a reforma do PMDI em 2007, ocasião em que o governo inseriu a Área de Resultado denominada “Qualidade Ambiental”, a Polícia Militar procurando alinhar-se a essa reformulação, elaborou o Plano Estratégico 2009-2011. Este incluiu na sua Área de Resultado denominada Gestão Operacional, a estratégia nº 8.3.3, propondo “[...] oferecer serviços de segurança pública de proteção ao segmento infanto-juvenil [...]” (MINAS GERAIS, 2008). Dentre as cinco ações para o desenvolvimento desta estratégia, a ação nº

8.3.3.4 estabelecia o desenvolvimento de um programa educacional de meio ambiente e trânsito para o público infanto-juvenil.

Desta forma, verifica-se que a PMMG passou a investir em programas de caráter pedagógico, voltados para o público infanto-juvenil, objetivando assegurar o pleno direito à cidadania, os direitos constitucionais e universais da sociedade dentro do universo de segurança pública. Procurou ampliar os recursos de ações voltadas à prevenção criminal, priorizando, entre outros, projetos que produziam resultados práticos e grandes benefícios sociais, como o PROERD, o Grupo Especializado ao Atendimento à Criança e Adolescente em situação de Risco (GEACAR) e o programa Jovens Construindo a Cidadania (JCC).

Dentro da nova gestão policial é importante observar o momento da ocorrência de um processo de criação de conhecimento. De acordo com Choo (2003) é quando se identifica uma lacuna no conhecimento existente na organização.

Na PMMG, esta afirmação é comprovada, quando ao elaborar o Plano Estratégico 2009 – 2011, na ação nº 8.3.3.4 apontou a necessidade de criação de mecanismo de prevenção ambiental, através da criação de um programa de educação, reconhecendo a existência da lacuna. Entretanto, a Corporação ainda não dispõe de uma doutrina padronizada voltada para o público infanto-juvenil na área de educação ambiental.

Na elaboração do Plano Estratégico do quadriênio 2012-2015 a prevenção à criminalidade, violência e desordem constitui um dos objetivos estratégicos da PMMG para proporcionar o aumento da sensação de segurança (MINAS GERAIS, 2012, p. 27).

O Sistema de Gestão Estratégica da PMMG (MINAS GERAIS, 2012, p. 129) estabelece que a ideia de sensação de segurança está vinculada ao processo de avaliação da satisfação dos cidadãos. Esta sensação está ligada à percepção que a coletividade tem em relação ao ambiente onde estão inseridas, ou seja, sensação de tranquilidade.

3.4 Administração pública gerencial

Castro (2006) apresenta um breve histórico da evolução do modelo burocrático de administração para o modelo gerencial. À partir da análise do autor é possível observar quatro pontos básicos para o entendimento da evolução da administração pública no Brasil.

O modelo burocrático, na visão de Castro (2006) é caracterizado por procedimentos rígidos na organização, pela hierarquia rigorosa, pela distinção total entre o público e o privado e atenção voltada para a atividade meio. Este modelo não era mais conveniente para a administração pública, quando do surgimento da nova ordem mundial, ou seja, da globalização e das inovações tecnológicas, o que contribuiu para o enfraquecimento do controle dos Estados no que se refere a fluidez das relações financeiros e comerciais. Tais circunstâncias exigiam a adoção de um novo modelo de gestão pública baseado na adoção de mecanismos para a excelência na administração e com o foco no cidadão. As circunstâncias em questão contribuíram para o surgimento do modelo gerencial de administração pública.

Na opinião de castro (2006), enquanto que outros países avançavam para o modelo gerencial de administração pública, de acordo com a nova ordem mundial, o Brasil, com o advento da sua Constituição Federal, em 1988, avançava na garantia dos direitos sociais e individuais, entretanto, mantinha o alinhamento ao modelo burocrático, representando um retrocesso da administração pública. Este retrocesso estava representado pela manutenção de privilégios corporativistas, patrimonialismo injustificado e serviço público ineficiente.

De acordo ainda com Castro (2006), para dar fim a este retrocesso administrativo mantido pela CF/88 vislumbrou-se a necessidade pela reforma do Estado, bem como, a reforma administrativa. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso apresentou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, o qual contemplava o modelo gerencial de administração pública, contudo, o Governo não conseguiu implementar o novo modelo por falta de apoio político, além da pressão dos servidores.

Em 1998 ocorre o marco legal da reforma administrativa no Brasil com a Emenda Constitucional nº 19, a qual inseriu o princípio da eficiência entre os princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no artigo 37, caput.

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...] (Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

A eficiência apresenta como princípio dois aspectos: o primeiro diz respeito ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; o segundo ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a administração pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.

a) Diferença conceitual de eficiência, eficácia e efetividade

Uma organização que exerce suas atividades de forma eficiente utiliza e dispõe de meios necessários para realizar a produção e sabe utilizar esses meios de forma correta. Por isso, faz-se necessário, que os colaboradores das empresas procurem trabalhar de forma eficiente, desempenhando suas atividades da melhor maneira possível.

Normalmente é comum as pessoas confundirem eficiência com a eficácia. Neste sentido é importante distinguir estes conceitos. A eficiência não se confunde com eficácia, pois, enquanto a primeira se preocupa com os meios, métodos e procedimentos dentro de um planejamento para se chegar a um determinado resultado, a eficácia se preocupa com os fins.

Do ponto de vista de Vasconcelos (2009), eficiência é o que se impõe a todo agente realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

Neste mesmo sentido Chiavenato (1998, p. 713-714) afirma que a eficiência é uma medida normativa da utilização dos recursos disponíveis:

[...] a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos), afim de que os recursos (pessoas, máquinas, matérias primas) sejam aplicados da forma mais racional possível. A eficiência não se preocupa com os fins, mas simplesmente com os meios. O alcance dos objetivos visados não entra na esfera de competência da eficiência [...].

A eficiência deve ser uma preocupação do gestor ou administrador em relação de como as coisas são feitas, bem como os meios que elas deverão ser executadas. Desta forma, o gestor deve preocupar-se com a melhor utilização dos recursos disponíveis, ou seja, usá-los de maneira racional dentro de propósitos bem definidos e planejados.

Na visão de Vasconcelos (2009) a eficácia tem relação com os meios e instrumentos empregados pelos agentes no exercício de suas ocupações na administração; o sentido aqui é tipicamente instrumental.

Em Chiavenato (1998, p. 713-714) vamos encontrar a seguinte afirmativa:

Eficácia é uma medida normativa do alcance de resultados; [...] a eficácia de uma organização se refere a sua capacidade de satisfazer uma necessidade da sociedade por meio do suprimento de seus produtos (sejam bens ou serviços) [...];
 [...] a eficácia se preocupa em para que as coisas são feitas, quais os resultados que elas trazem e quais os objetivos que elas alcançam.

Assim, há uma convergência no que tange as diferenças entre eficiência e eficácia e que se correlacionam dentro de um planejamento. Esta diferença se acentua dentro do aspecto temporal, considerando que a eficiência deve ser o primeiro fator observado dentro do que foi planejado e a eficácia o desfecho.

Na Figura 1 Chiavenato (1998) apresenta algumas diferenças entre eficiência e eficácia.

| Eficiência | Eficácia |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Ênfase nos meios. • Fazer corretamente as coisas. • Resolver problemas. • Salvar recursos. • Cumprir tarefas e obrigações. • Treinar os subordinados. • Manter as máquinas. • Presença nos tempos. • Rezar. | <ul style="list-style-type: none"> • Ênfase nos resultados. • Fazer as coisas corretas. • Atingir objetivos. • Otimizar a utilização de recursos. • Obter resultados. • Proporcionar eficácia aos subordinados. • Máquinas disponíveis. • Prática dos valores religiosos. • Ganhar o céu. |

FIGURA 1 - Diferenças entre eficiência e eficácia:

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**: abordagens descritivas e explicativas. Ed. - São Paulo: Makron Books, 1998, v.2

Na visão de Chiavenato (1998), o ideal é que a eficiência e a eficácia caminhem simultaneamente, porém, nem sempre isto ocorre, já que, uma organização pode ser eficiente, porém, não atingir os resultados esperados, por outro lado, apesar das operações serem ineficientes os objetivos podem ser alcançados de forma eficaz. Na Figura 2 estabelece, na visão de Chiavenato (1998), as relações entre eficácia e eficiência.

| | | EFICIÊNCIA (otimização da utilização dos recursos disponíveis) | |
|--|---------|---|---|
| | | Baixa | Elevada |
| EFICÁCIA (alcance dos objetivos empresariais) | Baixa | <ul style="list-style-type: none"> • Baixo retorno de investimento, pois os recursos são precariamente utilizados (desperdício de materiais, de equipamentos, de mão de obra e de tempo, com elevados custos operacionais). • Dificuldade no alcance dos objetivos empresariais (redundando em perda de mercado, baixo volume de vendas, reclamações dos consumidores, prejuízos elevados). | <ul style="list-style-type: none"> • Elevado retorno do investimento, pois os recursos são utilizados intensivo e racionalmente, sem o menor desperdício (graças a métodos e procedimentos bem planejados e organizados), redundando em baixos custos operacionais. • Apesar disto, há dificuldades no alcance dos objetivos empresariais. Apesar de as coisas serem bem feitas dentro da organização, o sucesso empresarial é precário. |
| | Elevada | <ul style="list-style-type: none"> • A atividade operacional é deficiente e os recursos são precariamente utilizados. Os métodos e procedimentos conduzem a um desempenho inadequado e insatisfatório. • Apesar disso, os objetivos empresariais são alcançados, embora o desempenho e os resultados pudessem ser melhores. A empresa obtém vantagens no seu ambiente (através da manutenção ou ampliação do mercado do volume de vendas pretendido, da satisfação do consumidor, da lucratividade pretendida). | <ul style="list-style-type: none"> • A atividade é bem executada e o desempenho individual e departamental é bom, pois, métodos e procedimentos são racionais. As coisas são bem feitas, executadas da melhor maneira, com o menor custo e ao menor tempo e esforço. • A atividade produz resultados vantajosos para a empresa, pois ela é estratégica ou tática para a obtenção dos objetivos que a empresa se propõe a alcançar. As coisas são feitas para alcançar resultados visados pela empresa e lhe asseguram sobrevivência, estabilidade ou crescimento. |

FIGURA 2 - Relações entre eficácia e eficiência

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**: abordagens descritivas e explicativas. Ed. - São Paulo: Makron Books, 1998, v.2

A eficiência é a busca do melhor resultado com menor dispêndio de recursos públicos, estes oriundos da arrecadação de tributos da própria sociedade, tornando a atividade pública menos dispendiosa, coibindo o desperdício do dinheiro público. Não se pode negar que a eficiência pública é uma exigência da nova tendência mundial em atender os interesses coletivos de forma célere e com resultados efetivos.

Busca-se um Estado que planeje, desenvolva e execute suas funções de forma eficaz e com mais efetividade, fazendo uso de novas técnicas e hábitos que visem resultados perenes e satisfatórios.

Para que o princípio da eficiência seja efetivo é necessário um comprometimento por parte da gerência e de seus agentes. A atividade administrativa deve ser conduzida por dirigentes preocupados e comprometidos com a efetividade na prestação de serviços públicos cada vez mais eficazes.

Dentro deste contexto, Drucker *et al* (1996) enfatiza:

Não podemos ter um grupo propondo a visão, os valores e a direção e um outro realizando sua implementação. Embora tenha de partir do topo da organização, todos devem estar aptos a contribuir com ideias e, pelo menos, a acreditar na visão e na direção. E, uma vez que as pessoas saibam para onde estão indo, os altos gerentes não podem divorciá-las do processo de implementação. Elas precisam ser inseridas no processo e arregaçar as mangas, atuando como facilitadoras 'torcedoras' e 'defensoras' do alinhamento dos sistemas, estratégias e comportamentos à visão da empresa. Em outras palavras, precisam ser eficazes e eficientes na futura liderança. (DRUCKER *et al*, 1996, p.100-101)

O papel do núcleo dirigente é relevante para tornar a atividade estatal mais próxima das necessidades sociais, aproximando a demanda da sociedade com a oferta de produtos e serviços adequados.

O princípio da eficiência deve ser respeitado, pois não se permite o emprego da máquina pública para atender os interesses pessoais dos administradores, nem o seu uso esbanjador, o desperdício e os gastos sem justificativa. Todo recurso, em obediência ao princípio, deve ser aplicado de forma legal, moral e eficiente, sob pena de responsabilização dos que transgredirem o postulado.

Na PMMG eficiência diz respeito na forma de fazer as atividades, usando de forma correta os recursos, buscando alcançar os objetivos. Neste sentido, conforme conceitua a Diretriz n.º 3.02.01, de 24 de agosto de 2009¹²; eficiência “[...] diz respeito a como fazer e está relacionada às ações a serem realizadas. Está relacionada ao uso racional dos recursos para se atingir os resultados [...]” (MINAS GERAIS, 2009, p. 12).

A PMMG, em obediência ao princípio da eficiência, deve buscar o melhor resultado com o menor dispêndio. Por isso, os serviços devem ser mais baratos, mas também, mais acessíveis aos usuários, coibindo o desperdício. A economia de recursos não deve significar restrição aos usuários.

A PMMG deve se pautar nos princípios legais que impõem a execução dos serviços públicos conforme as normas e condições preestabelecidas, sem interrupções ou paralisações injustificadas, com resultados satisfatórios que atendam às necessidades permanentes da coletividade. Impõe-se a estes agentes prestadores de serviços a adoção das cautelas e providências necessárias diante das circunstâncias, para evitar danos a quem quer que seja, pois a segurança dos cidadãos é fundamental. Eles devem ser executados com tecnologia atualizada, instalações e equipamentos modernos e outros

¹² Documento normativo expedido pelo Comandante-Geral da PMMG que regula procedimentos e orientações para a execução com qualidade das operações na Polícia Militar de Minas Gerais.

referenciais de eficiência, cuja inobservância poderá legitimar a aplicação das sanções administrativas.

A PMMG, em atendimento ao princípio da eficiência e da continuidade dos serviços públicos deve atuar de forma legal, utilizando dos seus mecanismos de fiscalização e controle, para garantir a qualidade e a efetividade de suas atividades.

É importante notar que os serviços relacionados à segurança são essenciais à sociedade, e, principalmente, atendem às camadas mais pobres; por isso; em se tratando de serviços relacionados à essa atividade deve o setor público planejar, executar e avaliar medidas adequadas que atendam a maior parcela da população com qualidade e resultados permanentes.

Neste sentido, a gerência policial deve obedecer ao princípio da eficiência, pois no exercício da atividade de controle interno e externo serão avaliados não só a legalidade do gasto, mas também os resultados obtidos, ou seja, a despesa ou investimento foi empregado de forma mais eficiente tendo em vista os objetivos almejados. É a velha máxima do mundo capitalista, produzir mais e gastar menos.

De acordo com Castro (2006), atualmente foi introduzido o conceito de efetividade na literatura especializada. Este conceito está relacionado à administração pública. Trata-se de um princípio mais profundo que a eficácia e a eficiência. Este novo conceito, na área pública, está diretamente relacionado aos benefícios gerados à população visada.

Nesse mesmo sentido Torres (2004, *apud* Castro, 2006) afirma que:

Efetividade é o mais complexo dos três conceitos, em que a preocupação central é averiguar a real necessidade e oportunidade de determinadas ações estatais, deixando claro que setores são beneficiados e em detrimento de que outros atores sociais. Essa averiguação da necessidade e oportunidade deve ser a mais democrática, transparente e responsável possível, buscando sintonizar e sensibilizar a população para a implementação das políticas públicas. Este conceito não se relaciona estritamente com a idéia de eficiência, que tem uma conotação econômica muito forte, aja vista que nada mais impróprio para a administração pública do que fazer com eficiência o que simplesmente não precisa ser feito (TORRES, 2004 *apud* CASTRO, 2006, p.5).

A Diretriz n.º 3.02.01, de 24 de agosto de 2009, no item 3.11, efetividade é definida como:

[...] à qualidade do que atinge os seus objetivos estratégicos, institucionais, de formação de imagem, dentre outros. Sendo assim, efetividade é realizar a coisa certa para transformar a situação existente. É a capacidade de produzir um efeito. No caso da Polícia Militar, é a percepção da sociedade sobre a atividade policial e está relacionada ao atendimento feito pelo

policial às pessoas, ou seja, a atenção dada ao cidadão, nas diversas intervenções preventivas e repressivas desencadeadas (MINAS GERAIS, 2009, p. 13).

Desta forma, às organizações públicas, principalmente os gestores, dentro da moderna teoria gerencial da administração, devem se utilizar de mecanismos adequados para concretizar seus objetivos, tais como: capacitação de agentes públicos; melhoria nos processos administrativos; transparência; racionalização; valorização com base no mérito; produtividade e controle de mecanismos capazes de responder aos anseios da população no que tange à prestação de serviços públicos com qualidade. Para tanto é necessário criar o ambiente adequado, incluindo os princípios da eficiência, eficácia e efetividade na administração pública.

Dentro deste contexto, ações voltadas para a educação ambiental são imaginadas e não construídas. Estas ações dão a ideia ou a sensação de um estágio de desordem, pulverizadas em meio ao discurso e à hipocrisia. Quando os problemas são diagnosticados e a comunidade é devidamente mobilizada e envolvida no conhecimento da realidade a qual se encontra inserida, ocorre o movimento reordenado das forças, impulsionadas pela visão crítica, em um sentido comum pela busca dos objetivos cuidadosamente planejados e compartilhados por todos os atores dos diversos segmentos sociais, bem como, das diversas áreas do conhecimento em busca de um propósito comum.

Na concepção do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento (PROEMAM) desenvolvido pela 13ª Cia PM Ind MAT é possível verificar o alinhamento ao PMDI, ao Plano Estratégico 2009 – 2011 da PMMG, as fontes doutrinárias norteadoras na área de educação ambiental, bem como aquelas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, para que a mobilização social auxiliasse a 13ª Cia PM Ind MAT a alcançar os objetivos propostos pelo PROEMAM e iniciasse um processo de prevenção ambiental visando a proteção ambiental, fez-se necessário que as atividades desempenhadas pelas pessoas envolvidas no programa e mediadores fossem corretas, de acordo com as normas e orientações estabelecidas nos cadernos doutrinários do Programa.

Desta forma, a busca pela resolução e/ou minimização de problemas socioambientais dentro do ambiente escolar, com perspectiva de se alcançar àqueles relacionados às comunidades onde o programa encontra-se inserido adquire legitimidade e credibilidade.

A mobilização social com seus conceitos, importância, etapas, entre outros, será apresentada na seção **4**.

4 MOBILIZAÇÃO SOCIAL E MEIO AMBIENTE

Esta seção é dedicada à mobilização social e apresenta conceitos básicos sobre mobilização, sua importância e etapas, seu uso na prática de polícia comunitária e na educação ambiental.

4.1 Conceito de mobilização social

Ao recorrer a dicionários, tem-se que o vocábulo mobilização significa “[...] ato ou efeito de mobilizar, convocação e estimulação da população ou de determinados grupos sociais, para que participem de alguma atividade cívica e/ou política”. Social significa “[...] concernente a uma comunidade, a uma sociedade humana, ao relacionamento entre indivíduos” “[...] conveniente à sociedade ou próprio dela” Houaiss (2001).

De acordo com Mazzini (2003) mobilização social é o processo pelo qual a comunidade é despertada no sentido de buscar objetivos comuns, dentro de um contexto e sentido que são igualmente compartilhados. A mobilização ocorre, quando a comunidade decide participar e agir buscando alcançar os resultados desejados por todos; requer dedicação contínua e amplo programa de comunicação social para que produza resultados no cotidiano das pessoas e da comunidade.

O termo mobilização social possui vários entendimentos. Toro e Werneck (2007, p.13) afirmam que a mobilização social começa quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade resolvem agir, diariamente, na busca de objetivos comuns, visando alcançar resultados definidos e desejados por todos.

No entendimento de Mafra (2006, p.34) “[...] a mobilização social não significa apenas a reunião de indivíduos em torno de uma ação específica. Essa junção deve pressupor, acima de tudo, um acordo mais amplo e definição de objetivos”.

Nesse sentido, a mobilização social significa fazer as pessoas participarem em determinada ação ou em algo, é o somatório de vontades de uma comunidade, que visa buscar soluções para um problema que aflige a todos, tendo um objetivo bem definido. Desta forma, mobilizar está além de uma simples manifestação pública, de uma passeata ou de uma concentração de pessoas.

Mobilizar é convidar pessoas que vivenciam um mesmo problema num meio social, para mostrar, compartilhar e distribuí-lo, e assim, sintam-se co-responsável na busca de solução, conforme enfatiza Henriques (2004):

A mobilização social é a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público. Isso não implica a retirada da função do Estado de garantir a integração, a regulação e o bom funcionamento da sociedade. Mas implica que a própria sociedade crie meios de solucionar os problemas com os quais o Estado por si só não seja capaz de lidar (HENRIQUES, 2004, p. 36).

Salienta Toro e Werneck (2007) que mobilizar é chamar pessoas para trabalhar na busca de propósitos comuns e, ainda, as interpretações e o sentido destes propósitos devem também ser compartilhados.

Assim como no policiamento ostensivo, na atividade especializada de policiamento ambiental, a polícia militar busca a aproximação junto à sociedade, por meio de ações, projetos e programas sociais deixando claro, que sua missão não é somente prender criminosos e aplicar multas ambientais, mas também, prevenir e buscar soluções para os problemas socioambientais.

No entanto, faz-se necessário identificar outros atores responsáveis pelo problema, colocar-se mais próximo desses e atuar com o foco mais preciso nas ações, visando o fortalecimento das propostas, o compartilhamento do conhecimento e o desenvolvimento das ações cuidadosamente planejadas.

A mobilização social não se difere da complexidade que envolve a educação ambiental. Há de se ressaltar a amplitude conceitual que envolve mobilização social e meio ambiente, bem como, a complexidade de trabalhar as suas inter-relações no campo prático, quando da concepção e execução de um programa de educação ambiental que tenha como meio de desenvolvimento o processo de mobilização social, permitindo a busca da eficiência e da eficácia.

4.2 A importância do processo de mobilização social na concepção e execução de um programa educacional

Na elaboração de um projeto pertinente à construção de um programa de educação ambiental é necessária a apresentação de uma proposta pedagógica aos representantes de

diversas instituições públicas, a iniciativa privada, as organizações não-governamentais e a comunidade, de forma a propiciar a discussão, apreciação, sugestões, críticas e a participação em todo o processo de sua concepção, bem como, de sua execução, conforme recomenda a Lei nº 9.795/99, em seu Art. 1º. O desencadeamento deste processo colabora para a consolidação de um programa educacional ambiental sistematizado e permanente, abstraindo a visão “simplista” e “ingênua” sobre educação ambiental.

A complexidade do tema meio ambiente é fator determinante para que o gestor, em qualquer organização que queira iniciar um processo de educação ambiental, ao identificar a existência de uma lacuna no conhecimento em sua organização e, ao mesmo tempo, perceba que o momento é propício para iniciar um processo de criação de conhecimento para suprir a lacuna identificada.

Neste sentido, considerando a nova gestão policial, o gerente policial deve conhecer os princípios e conceitos que norteiam o tema meio ambiente e educação ambiental, bem como suas inter-relações com os princípios, valores e estratégias norteadoras da corporação, que geralmente estão em ressonância com os planos do Governo, no caso de Minas Gerais, o PMDI (MINAS GERAIS, 2009).

Desta forma, a eficiência deve ser uma preocupação do gestor em relação de como o processo será desenvolvido. Portanto, na concepção de uma ideologia voltada para a educação ambiental, a primeira preocupação do gestor deve ser a criação de uma equipe interna composta por integrantes com conhecimento na área ambiental, com capacidade de entender a complexidade das questões que envolvem o tema meio ambiente e de sugerir soluções exequíveis, permitindo a tomada de decisão quanto ao planejamento a ser confeccionado. Ao entender este processo inicial torna-se imprescindível o início do processo de mobilização social, tanto no ambiente interno quanto no externo.

De acordo com Toro e Werneck (2007), o que dá sentido a um processo de mobilização social é o “horizonte ético”. No caso específico da educação ambiental, este horizonte se caracteriza pela construção, de forma participativa, de um programa de educação ambiental. Dentro deste processo de construção é necessária uma fundamentação teórica, uma metodologia apropriada para a educação ambiental crítica, princípios e critérios bem definidos, objetivos e mecanismos de avaliação de resultados.

Para se iniciar um processo de mobilização social é preciso que as pessoas ou instituições, dentro do universo de atores, tenham seus papéis bem definidos. Cabe ao “Produtor

Social”¹³a responsabilidade pela mobilização social, quando da apresentação de uma proposta contida no “horizonte imaginário”, que por sua vez tem a finalidade de expor de forma convincente os objetivos a serem alcançados. Cabe ainda ao “Produtor Social” a condução das negociações que resultarão na legitimidade política e social da proposta então apresentada. Esse “Produtor Social” deve ter a vontade de transformar a realidade, de expor e compartilhar os propósitos de mudança com outras pessoas ou instituições, que vão contribuir na sua compreensão, difusão, bem como para o seu alcance (TORO; WERNECK, 2007, p.41-42).

Toro e Werneck (2007, p. 79) afirmam ser de fundamental importância que o “Produtor Social” seja visto não como proprietário, mas como o responsável pelo início de um movimento, principalmente na fase de desenvolvimento do processo de mobilização social, a qual passa por dois momentos distintos:

O primeiro é o despertar do desejo e da consciência da necessidade de uma atitude de mudança, o segundo é o da transformação desse desejo e dessa consciência em disposição para a ação na própria ação. Esses dois momentos podem estar acontecendo simultaneamente, entre públicos diferentes. Enquanto um ‘esta despertando’, o outro já está agindo e serve de referência e estímulo para quem está começando.

Desta forma, fica evidente a importância do “Produtor Social”, quando do desenvolvimento do processo de mobilização social, pois, o objetivo da sua articulação é o fornecimento de um repertório de possibilidades de ações e decisões destinadas àqueles que estão sendo mobilizados. A partir do momento em que as pessoas ou instituições entendam a necessidade de mudanças e passam a colaborar para o alcance dos objetivos propostos elas assumem a condição de “Reeditores”¹⁴ do processo.

Os “Reeditores” serão os intermediários entre o “Produtor Social” e a comunidade mobilizada por isso eles serão os detentores das informações a serem repassadas, e ainda, deverão ser identificados no grupo com os quais eles se relacionam. Portanto, na opinião de Toro e Werneck (2007), é interessante que o “Produtor Social”, antes do início do processo de mobilização social externa, relacione o rol de possíveis “Reeditores”, bem como conheça profundamente suas áreas de atuação que tenham relação direta com a proposta a ser trabalhada.

¹³Pessoa ou instituição que tem a capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra” (TORO; WERNECK, 2007, p. 41).

¹⁴ Pessoa que tem público próprio, que é reconhecida socialmente, tem a capacidade de negar, transformar, introduzir e criar sentidos frente ao seu público, contribuindo para modificar suas formas de pensar, sentir e atuar (TORO; WERNECK, 2007, p. 45).

Salientam Toro e Werneck (2007, p.46-47) que para se chegar ao êxito da mobilização participativa é importante que “Produtor Social” observe a qualidade do material a ser editado, o qual deve ser caracterizado em formas, objetos, símbolos e signos adequados ao campo de atuação do “Reeditor”, de forma que este possa interpretar e usá-los de acordo com seu entendimento, considerando que ele possui uma cultura própria e conhece profundamente o seu campo de ação. O “Editor” é o responsável por estruturar este tipo de comunicação, de forma que ela seja absorvida e compreendida pelos “Reeditores”, assegurando o permanente fluxo de informações entre eles. O êxito da mobilização participativa dependerá de como esta mensagem é repassada aos “Reeditores” pelo “Editor”.

Assim, o processo de mobilização social permite que os “Produtores Sociais”, “Editores” e “Reeditores” pontuem junto aos diversos segmentos sociais os aspectos relevantes, quando da apresentação de uma proposta pedagógica na área de Educação Ambiental, o que permite a legitimação, bem como a padronização de um processo sistêmico voltado para a execução da atividade de educação de meio ambiente. A participação, em um processo de mobilização social é ao mesmo tempo um objetivo a ser alcançado e um meio para realizar outros objetivos.

4.3 Etapas do processo de Mobilização Social

Um processo de mobilização passa por dois momentos distintos, o primeiro momento caracterizado pelo despertar do desejo e o segundo pela transformação desse desejo em disposição para a ação.

a) Primeira etapa – O despertar.

Para o sucesso do processo de mobilização é preciso entender que os argumentos usados mudam com o seu decurso; “[...] tudo é vivo e dinâmico” (TORO; WERNECK, 2007)

O processo de mobilização social, ainda que executado por fases, é determinante para o êxito de qualquer proposta pedagógica voltada para educação ambiental crítica, replicável no tempo e no espaço, considerando seu aspecto científico.

Assim, Toro e Werneck (2007, p. 79-80) apontam ser necessário que na primeira fase do processo de mobilização social se observe o cumprimento de algumas orientações, como

dar informações para que as pessoas tomem conhecimento da situação que precisa ser trabalhada; transformar todos os dados e experiências em informação pública; apontar dificuldades e sinalizar esperança, expressando na criação de um “horizonte imaginário” a ser alcançado; acreditar que as pessoas estão dispostas a participar de um processo de mudança, na perspectiva de alcance de um benefício para elas e seus familiares e amigos.

Nesse sentido, a construção de um programa de educação ambiental bem estruturado deve-se iniciar pelo compartilhamento de uma ideologia a qual despertará o desejo de um pequeno grupo de pessoas e instituições. No primeiro momento, deverá buscar a compreensão em torno da complexidade, dos princípios e conceitos que a fundamentam a proposta ideológica. No segundo momento, que este pequeno grupo consiga perceber que a esta ideologia pode-se transformar em ferramenta para se promover a prevenção ambiental, via educação. Ao mesmo tempo, este mesmo grupo de pessoas e instituições deve envolver outros segmentos sociais no alcance do objetivo principal e fazer com que eles acreditem ser possível viabilizar benefícios, projeções de um meio ambiente saudável e uma melhor qualidade de vida para todos.

b) Segunda etapa – Transformação do desejo em disposição para a ação.

Passar da fase do despertar e da consciência de necessidade de mudança para a vontade de agir é entendido por Toro e Werneck (2007) como:

- [...] Passar de uma perspectiva individual para uma perspectiva coletiva. O “despertar” é individual, uma experiência única de cada indivíduo. A ação é coletiva, segundo a escolha comum de todos esses indivíduos que se dispõem a atuar. Isso é importante, principalmente, porque, juntas, as pessoas se sentem poderosas o suficiente para alcançarem o imaginário proposto. Esse sentimento existe quando:
 - Elas estão seguras de sua autonomia para agir.
 - Elas sabem que outras pessoas estão, ao mesmo tempo, em outros lugares, de formas diferentes, desenvolvendo ações com o mesmo objetivo e sentido.
 - Elas enxergam o que podem fazer para contribuir no seu cotidiano, no seu ambiente de vida, com as pessoas que conhecem e se identificam. É preciso que elas se vejam, que consigam explicitar e projetar ações e resultados com os quais elas possam se comprometer (TORO; WERNECK, 2007, p.80-81).

Portanto, passada a etapa do desejo, há a necessidade da construção do “horizonte imaginário”, ou seja, a edição de uma síntese dos grandes objetivos que se pretende alcançar, de forma agradável e válida. Nesta síntese o “Editor” deve usar argumentações que permita a criação de hipóteses e forneça subsídios que levem ao estabelecimento de critérios no sentido de orientar a execução e, ao mesmo tempo, ofereça opções de ações.

Neste momento, o processo de mobilização social acontece no meio interno, ou seja, ocorre a formação de uma equipe, a realização de diagnóstico, o entendimento dos princípios e conceitos, o estabelecimento da relação de possíveis “Reeditores Sociais” e a edição do “horizonte imaginário”. Essas ações permitem iniciar o processo de mobilização social propriamente dito no campo externo, junto aos “Reeditores”, apresentando-lhes o “horizonte imaginário”. O objetivo é conseguir a legitimidade e a credibilidade da proposta apresentada, bem como, a participação dos mobilizados, contando com a contribuição de suas experiências profissionais e pessoais, dentro do processo estabelecido pelo “horizonte ético”.

Afirmam Toro e Werneck (2007) que as pessoas e instituições mobilizadas devem ter o máximo de informações sobre a finalidade que deu origem ao processo de mobilização e os objetivos a serem alcançados. Essas pessoas e instituições não podem ser forçadas a participar, considerando que um dos aspectos mais importantes no processo de mobilização social é a convergência de vontades. Neste processo nada deve ser imposto, tudo deve ser compartilhado. As pessoas devem se sentir seguras e saber que participam da busca de um objetivo maior e que não estão sozinhas, que se comprometeram a trabalhar por algo com o qual se identificaram.

Assim sendo, na construção e execução de um programa voltado para a educação ambiental é importante o estabelecimento de diálogos com as secretárias de educação, com as diretoras, professoras, funcionários, pais, lideranças comunitárias, iniciativa privada, veículos de comunicação local, estudantes e poder público em geral, visando o fortalecimento da mobilização social. O objetivo de todo esse processo é a obtenção de um programa educacional com metodologias voltadas para o como fazer, no campo prático, com a adoção de ações educativas de forma sistematizada e continuada. Desta forma, embora seja um evento direcionado à educação ambiental, faz-se necessário que todos saibam o que está acontecendo e os motivos pelos quais acontece, valorizando sobremaneira o programa a ser executado.

A mobilização social no policiamento especializado ambiental para o início do processo de prevenção, via educação ambiental, é uma postura nova dentro da PMMG. Entretanto a Corporação já utiliza o termo mobilização social na filosofia de policiamento comunitário.

4.4 Mobilização social na prática de polícia comunitária em Minas Gerais

Atualmente o termo mobilização social tem sido muito utilizado e, costumeiramente, é empregado como um fator de vital importância para a prática de polícia comunitária, na opinião de Henriques (2010).

Para Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p. 4-5) policiamento comunitário é:

[...] uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

Nesta mesma linha, para Henriques (2010, p. 47) a polícia comunitária;

[...] concebe uma mudança de paradigma em relação aos modelos de policiamento vigentes ao longo do século XX, buscando aproximar as agências policiais dos cidadãos a quem deve servir, tendo por base a cooperação desses cidadãos, de forma organizada, para prevenir crimes e diminuir as possibilidades de situações de violência.

A prática de polícia comunitária como mecanismo de aproximação das organizações policiais junto às comunidades é valorizada. A mobilização social é um meio de buscar o engajamento dos cidadãos visando o esforço comum para diagnosticar, priorizar e buscar soluções para os problemas relacionados à ordem pública. Um dos objetivos é contribuir para a melhoria da qualidade de vida local.

Diante disso, é necessária a organização policial adote novos modelos de policiamento pautado, sobretudo, no desenvolvimento de atividades preventivas, bem como busque conhecer a realidade social e delimite suas áreas de atuação. De acordo com Henriques (2010) esta premissa facilitará a compreensão do dinamismo da comunidade, fator facilitador na construção dos valores democráticos e de cidadania. Não se trata somente do relacionamento entre poder público e cidadãos, mas sobre tudo, da interação e da aproximação entre a polícia e o seu público.

Na opinião de Henriques (2010, p. 80-83) ao abrir canais de interlocução com a população de uma localidade, se vê diante de três questões importantes:

- Conhecer a forma como a população local se organiza e se mobiliza em relação às questões de seu interesse. [...] pois a interação comunitária depende da detecção desses grupos e do seu reconhecimento como legítimos na interlocução com o poder público.

- Assumir sua responsabilidade de facilitadora de um processo mobilizador. [...] Isso pressupõe não apenas fazer ampla divulgação das oportunidades de interlocução, mas inclui também:
 - a) Dar publicidade às principais questões com as quais se defronta naquela localidade, estimulando o debate cívico;
 - b) Gerar um ambiente propício para a conversão, para a escuta dos públicos e para a discussão sobre os seus problemas;
 - c) Prestar informações sobre as suas ações;
 - d) Compartilhar sentimentos, conhecimentos e responsabilidades acerca da causa comum da segurança facilitadora.
- a) Atuar como mediadora numa mobilização interinstitucional e intersetorial.

A prática de polícia comunitária requer o desenvolvimento do processo de mobilização social, visando ajudar as diversas comunidades a solucionar ou, pelo menos, minimizar os muitos problemas de segurança pública que os afligem. Na atividade de policiamento especializado ambiental não é diferente, principalmente quando almeja a concepção e execução de atividades preventivas, via educação ambiental, considerando a complexidade do tema.

Dentro desta perspectiva, a Polícia Militar de Minas Gerais iniciou o processo de policiamento comunitário em 1993, através da Diretriz de Planejamento de Operações nº. 3.008 – CG - DPO n. 3.008/93 – a qual definiu o policiamento comunitário, como um meio de reflexão relativo à proteção e amparo a comunidade ordeira. A diretriz tinha por base a participação popular como medida efetiva para a promoção de soluções dos problemas sociais, considerando o potencial da comunidade na identificação, análise, proposta e execução das ações. Naquela oportunidade, foi divulgado o slogan “Polícia Militar - Comunidade, solidárias na segurança”. Este novo modelo de policiamento tinha como enfoque a valorização dos problemas manifestados pela comunidade, como meio de planejamento e atuação e não baseado somente nos dados estatísticas (MINAS GERAIS, 1993).

A DPO n. 3.008/93 vigorou até 2002 e foi revogada pela Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº. 04/2002-CG (DPSSP nº. 04/2002-CG), que trata da Filosofia de Polícia Comunitária na Polícia Militar de Minas Gerais. Através deste documento normativo constatou-se a preocupação da PMMG em estabelecer os princípios básicos para o planejamento e consolidação da Polícia Comunitária no Estado de Minas Gerais. A DPSSP nº. 04/2002-CG orientou também quanto às ações voltadas para o controle e avaliação do seu processo de desenvolvimento. Aquela época, a Corporação estabeleceu como paradigma institucional a filosofia de Polícia Comunitária, considerando os novos conceitos e a realidade política e social vigente, ou seja, a busca pela institucionalização de uma democracia participativa na segurança pública (MINAS GERAIS, 2002, p. 4).

Em março de 2011, a PMMG publicou a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.06/2011 – CG, que regula a aplicação da Filosofia De Polícia Comunitária, revogando a DPSSP nº. 04/2002. Este documento procurou alinhar-se ao novo conceito da administração pública gerencial para alcançar os objetivos institucionais, por meio de decisões, ações e operações orientadas para o resultado, tendo como lema servir e proteger os cidadãos e a sociedade, e ainda, garantir a segurança dos bens públicos e privados, prevenir e coibir os ilícitos penais e as infrações administrativas (MINAS GERAIS, 2011, p. 10).

Em se tratando de praticas de polícia comunitária, a PMMG tem como principais linhas de ação a ênfase nas pessoas, a liderança participativa, a inovação na solução de problemas, o foco na sociedade e no cidadão, a polícia orientada para a solução de problemas e a melhoria contínua da qualidade de vida das comunidades (MINAS GERAIS, 2011, p.10).

De acordo com a DPSSP nº. 3.01.06/2011 – CG, a filosofia da Polícia Comunitária tem se firmado como um método essencial para melhorar a qualidade da gestão operacional da PMMG. Para tanto, utiliza-se, principalmente, das técnicas de mobilização social para se alcançar conscientização comunitária e sua participação no exame dos fatores intervenientes nos problemas de segurança pública, bem como as possibilidades de soluções destes problemas (MINAS GERAIS, 2011, p.10).

Dessa forma, a PMMG busca inovar e estabelecer mudanças fundamentais na sua estrutura e administração através do Policiamento Comunitário, o que pode auxiliar a ser reconhecida como uma polícia moderna, proativa, confiável, idônea, ética e respeitadora dos Direitos Humanos e dos ideais democráticos (MINAS GERAIS, 2011, p.10).

Do mesmo modo que as Unidades responsáveis pelo policiamento ostensivo buscam sedimentar a filosofia de policiamento comunitário, as Unidades responsáveis pelo policiamento especializado de meio ambiente também procura alicerçar, junto ao seu público alvo, esta mesma filosofia como forma de atuação, estabelecendo diretrizes voltadas para a prevenção de crimes e infrações ambientais, padronizando ações e procedimentos de educação ambiental.

A Polícia Militar de Minas Gerais tem buscado trabalhar a prevenção do crime valendo-se de ações comunitárias, ou seja, agregando a força policial ao atendimento das necessidades comunitárias, envolvendo os moradores na intervenção, com o objetivo de não só trazer

segurança, mas também melhorar as condições e qualidade de vida de todos, nos vários campos de atuação.

Nos últimos anos, a PMMG tem feito investimentos na parte logística e de recursos humanos buscando dar um novo enfoque nas questões ambientais e visando propiciar respostas efetivas e eficazes em prol do cumprimento de sua missão constitucional, bem como cumprir as cláusulas firmadas em convênios com os órgãos federais, estaduais e municipais.

Historicamente às atividades de policiamento ambiental limitavam-se na repressão às infrações e crimes ambientais e na adoção de medidas coercitivas. Embora a filosofia de polícia comunitária no Estado de Minas Gerais tenha se iniciado no em 1993, abrindo caminhos para a prática da mobilização social focada na participação da comunidade, somente em 2009, com a publicação da Instrução nº 3.03.01/2009-CG, que regula a atuação da Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente, projetou para as Unidades especializadas, de forma geral, possibilidades diversas para a elaboração de planejamento de ações ambientais preventivas, dentre elas a criação de programas educacionais, sendo este o aspecto mais complexo na referida instrução (MINAS GERAIS, 2009).

É necessário quebrar paradigmas de que somente a repressão é a solução para os problemas ambientais e que a simples divulgação de prisões, apreensões e de dados estatísticos geram segurança, mudam comportamentos, constroem valores e também conscientiza a comunidade. Atualmente a atividade educativa é a base inicial para que ocorra a sensibilização para a mudança de comportamento e atitudes. Entretanto, é necessário levar em consideração a complexidade da inter-relação dos conceitos e dos princípios ambientais, da própria filosofia de Polícia Comunitária, assentada no processo de mobilização social. O entendimento destas relações pode viabilizar um ambiente favorável à criação de instrumentos eficientes para o desenvolvimento de programas de educação ambiental, de forma sistematizada, contribuindo, desta forma, para a instituição de valores comunitários sólidos à curto, médio e longo prazo.

4.5 Mobilização social e Educação Ambiental

O processo de mobilização social é um meio que a PMMG pode utilizar para desenvolver, construir e executar programas de educação ambiental. Sinaliza ainda a abertura de um espaço de aproximação junto à comunidade e ao poder público em geral, visando contribuir

para a busca de soluções ou minimizações dos problemas socioambientais, oportunidade para a quebra de paradigmas internos e externos e, ao mesmo tempo, o conhecimento da complexidade de trabalhar a prevenção ambiental.

Nesse mesmo contexto, na visão de Marcatto (2002, p. 10):

Recuperar e preservar o meio ambiente não pode e não deve ser uma tarefa exclusiva dos organismos de Estado, mesmo porque, a realidade tem mostrado que somente, leis, normas, regulamentos e fiscalização punitiva por parte do Estado não são suficientes para deter o avanço do processo de degradação do ambiente em curso. As possíveis respostas para as questões que envolvem a compatibilização entre desenvolvimento e conservação / preservação passam necessariamente pela participação da sociedade civil, pelo coletivo (MARCATTO, 2002, p.10).

Portanto, a participação da sociedade nas discussões e decisões referentes à preservação, prevenção e conservação do meio ambiente é possível após a realização de um processo de mobilização social, caracterizada pela busca de objetivos comuns, tanto do ponto de vista do Poder Público quanto da sociedade. Contudo, necessário que o Poder Público possa suprir, observando o critério da exequibilidade, ainda que minimamente, as necessidades básicas de uma determinada comunidade, conforme o rol de prioridades por ela estabelecida, alinhado a realização de um diagnóstico prévio.

Cumprе salientar que a interação entre Poder Público e sociedade, resultante do processo de mobilização social, com foco na preservação ambiental, via educação ambiental, configura o exercício da cidadania, conforme afirma Moreira (2010, p. 6):

O processo de formação da cidadania voltado para o desenvolvimento pedagógico, somente acontecerá coletivamente. Este é o resultado de uma cultura que deve nortear uma gestão democrática, direcionando o compromisso de todos os envolvidos com uma proposta de escola voltada para a formação da cidadania.

O processo de mobilização social na educação ambiental permite o compartilhamento do conhecimento em diversas áreas, considerando o aspecto multidisciplinar e interdisciplinar, elementos que constituem a base da educação ambiental, dado a sua transversalidade e complexidade. Um programa de educação que traz em sua origem a visão crítica, com uma metodologia que corresponda a esta proposição, permite o conhecimento dos direitos e deveres para o exercício da cidadania e da democracia, bem como a constituição dos valores e habilidades no tratamento dos problemas socioambientais, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida.

A concepção e execução de um programa de educação ambiental, dentro da visão crítica, justificam a necessidade pelo desenvolvimento do processo de mobilização social,

direcionando esforços não só nas escolas, mas também em seu entorno, objetivando a busca de elementos que retratem os problemas ambientais e sua relação com o cotidiano de determinada realidade local.

Os objetivos da educação ambiental crítica, na visão de Carvalho (2012, p. 158-159) é: estimular a compreensão dos problemas socioambientais em suas várias dimensões; auxiliar na mudança dos atuais padrões de uso e distribuição dos recursos naturais, visando a sustentabilidade; idealizar uma atitude ecológica que possibilite a identificação dos problemas e conflitos que prejudicam o meio ambiente; envolver os educadores na solução ou minimização dos problemas e conflitos detectados, através de processos de ensino/aprendizagem formais ou não-formais que possibilitem a formação do conhecimentos e de uma cidadania ambiental; agir no dia a dia da escolar e fora desta, despertando novas situações de aprendizagem e desafios para compartilhar na resolução de problemas; arquitetar processos de aprendizagem relevantes, reunindo a experiência e as soluções já existentes com as questões e, por fim, colocar o educador como mediador de relações sócio educativas dentro da escola e da comunidade, propiciando novos processos de aprendizagens sociais, individuais e institucionais.

É possível trabalhar a melhoria da qualidade de vida de determinada comunidade, respeitando o meio ambiente e promovendo o desenvolvimento sustentável de forma simultânea, desde que possibilite a participação dos integrantes de determinada comunidade, segundo a realidade socioambiental a qual se encontra inserida. Nesse processo construtivo a referencia será a convergência de vontades ditada pelo correto emprego do processo de mobilização social.

Assim, considerando a missão constitucional da PMMG, no que se refere à preservação ambiental, a Corporação deve se colocar no papel de “Produtora Social”, norteando a busca de subsídios para o debate que envolve educação ambiental formal e não-forma, disseminando as boas práticas, determinando a sistematização e, sobretudo, defendendo a continuidade do processo educativo crítico.

Nesse sentido, em 2009, a 13ª Cia PM Ind MAT iniciou um processo de mobilização social visando à concepção e execução de um programa de educação ambiental denominado Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento (PROEMAM). A designação PROEMAM não se configura como um simples programa educacional de meio ambiente. A expressão “em movimento” abrange toda a complexidade que envolve a temática ambiental. A expressão sugere à união de forças, o trabalho colaborativo, a convergência de vontades,

a fragmentação do espaço, a sustentabilidade, a busca pela resolução ou minimização de problemas dentro de uma determinada realidade socioambiental de forma multidisciplinar e interdisciplinar.

A caracterização da 13ª Cia PM Ind MAT e a descrição de como ocorreu o processo de mobilização social na concepção e execução do PROEMAM, entre outros, será apresentado na seção **5**.

5 O PROGRAMA EDUCACIONAL MEIO AMBIENTE EM MOVIMENTO NA 13ª COMPANHIA PM INDEPENDENTE DE MEIO AMBIENTE E TRÂNSITO

Esta seção é dedicada ao objeto de estudo e trata da 13ª Cia PM Ind MAT e do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento.

5.1 A 13ª Companhia PM Independente de Meio Ambiente e Trânsito¹⁵

Em 2006 o Comando da Polícia Militar de Minas Gerais, através da Resolução nº. 3 881, de 06 de setembro de 2006, promoveu alterações na sua estrutura organizacional, em especial no Policiamento de Meio Ambiente e de Trânsito Rodoviário, criando as Companhias da Polícia Militar Independente de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário (Cia PM Ind MAT) em cada Região da Polícia Militar (RPM). Entre as Unidades de policiamento especializado está a 13ª Companhia PM Independente de Meio Ambiente e Trânsito, com sede em Barbacena.

A atuação operacional da 13ª Companhia PM Independente de Meio Ambiente e Trânsito compreende como principais atividades:

- a) educação de Meio Ambiente e Trânsito Rodoviário por meio de palestras e exposições de materiais, equipamentos e, recentemente o projeto educação ambiental;
- b) proteção dos recursos hídricos por meio de patrulhas a pé e embarcações (dia da água, da árvore, dentre outros).
- c) *blitz* repressiva ao longo das rodovias visando coibir o tráfico de drogas, promover a segurança dos usuários, garantir o cumprimento das regras estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, apreender armas, animais silvestres, combater o transporte clandestino de produtos e subprodutos florestais, entre outras infrações pertinentes à legislação de Trânsito e Meio Ambiente.
- d) fiscalização referente ao transporte, armazenamento, desmatamento e queimadas irregulares.
- e) *blitz* em campanhas preventivas: contra a prostituição infantil; conscientização pertinente à segurança no trânsito; durante a vigência da piracema, entre outras de utilidade pública.

¹⁵ Os dados referentes a 13ª Cia PM Ind MAT, contidos nesta seção foram repassados pela Seção de Inteligência e Seção de Planejamento da 13ª Cia PM Ind MAT e extraídos do site oficial da Unidade: MINAS GERAIS. Polícia Militar. 13ª Região da Polícia Militar. 13ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito. Histórico. Barbacena, 2013. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/13ciamat/principal.action>>. Acesso em 7 jan. 2013.

- f) fiscalização das atividades de mineração visando o cumprimento das normas legais pertinentes à atividade mineradora;
- g) poluição: atuação na verificação da existência das licenças ambientais e coleta de material para encaminhamento aos órgãos competentes.

A Unidade tem sob sua responsabilidade 61 municípios com uma malha viária de aproximadamente 1 437,16 km que interliga as regiões da Zona da Mata, Campos das Vertentes e Zona Metalúrgica do Vale do Paraopepa. São 166 Km de rodovias federais delegadas e 1 286,70 km de rodovias estaduais.

A malha viária sob responsabilidade da Unidade sofre um intenso tráfego de carga pesada em virtude das indústrias presentes na região como a Holcim, em Barroso; Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio (CBCC), em Santos Dumont; a Cimenteira Tupi, em Carandaí; a Gerdau Açominas, em Ouro Branco; a Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil (VSB) em Jeceaba; a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Nacional Minério S.A. (NAMISA) e a Ferrous, estas três últimas em Congonhas. A previsão é que este tráfego de veículos aumente, considerando que as maiorias destas empresas estão em fase de expansão.

A área pela qual a 13ª Cia PM Ind MAT é responsável possui belos circuitos turísticos. Destaca-se o circuito da Estrada Real, com grande extensão sob responsabilidade da Unidade, tanto do “caminho velho” quanto do “caminho novo”. Estão presentes neste circuito vários patrimônios naturais, históricos e culturais reconhecidos em nível nacional, estadual e municipal, como por exemplo, os casarões dos arraiais, vilas e fazendas do período colonial remanescente nas trilhas dos Inconfidentes, as capelas e igrejas caracterizadas em sua maioria pelo barroco mineiro, museus e arquivos com milhares de peças, fotos e documentos das cidades históricas, como por exemplo, São João Del Rei e Tiradentes.

Em virtude do turismo na Estrada Real ocorre um grande fluxo de veículos de passeio pela BR 265(Barbacena- São João Del Rei - Tiradentes), pela MGT 383 (BR 040 – São João Del Rei); pela MG129 (Ouro Branco – Ouro Preto). Há ainda um intenso tráfego de veículos dos municípios pequenos para os municípios pólos (Barbacena, Conselheiro Lafaiete e São João Del Rei).

O turismo na região também é fomentado pela riqueza dos seus recursos naturais. Na área do 3º Pel MAT / 13ª Cia PM Ind MAT está presente a Área de Proteção Ambiental da Serra de São José que possui uma extensa área que abrange os municípios de Tiradentes, Santa

Cruz de Minas, São João Del Rei, Cel Xavier Chaves e Prados. Nesta Área de Proteção Ambiental, considerada refúgio da fauna silvestre, encontra-se o Parque das Libélulas.

Outra Unidade de Conservação presente na região é o Parque Estadual de Ibitipoca. Localizado na Zona da Mata, no município de Santa Rita do Ibitipoca, ocupa o alto da Serra do Ibitipoca, que é uma extensão da Serra da Mantiqueira. O 2º Pel PM MAmb / 13ª Cia PM Ind MAT é a fração responsável pelo policiamento onde se localiza o parque.

Em 2009, o Estado criou o Parque Estadual da Serra do Ouro Branco, com terras que abrange os municípios de Ouro Branco, onde a responsabilidade do policiamento ambiental pertence ao 4º Pel PM MAT / 13ª Cia PM Ind MAT. O parque foi criado com o objetivo de proteger a rica flora endêmica da serra e as nascentes dos rios que abastecem a cidade de Ouro Branco.

5.2 Aspectos Ambientais¹⁶

Os municípios da 13ª Cia PM Ind MAT estão dentro dos limites das Regionais Sul, Zona da Mata e Centro Sul do IEF, de acordo Scolforo e Carvalho (2006). Nestas regionais há presença dominante de Floresta Atlântica e a maior parte da vegetação nativa refere-se à floresta estacional semidecidual e vegetação de campo (FIG. 3), além das áreas de floresta plantada (eucalipto).

Salienta Scolforo e Carvalho (2006) que as remanescência de Mata Atlântica possuem como característica a riqueza na biodiversidade, com a presença de diversas espécies animais e vegetais. Este fato aumenta a responsabilidade dos órgãos ambientais no que se refere à preservação e conservação dos recursos naturais frente aos impactos causados pelas atividades antrópicas na região.

¹⁶ Dados retirados de: SCOLFORO, José Roberto; CARVALHO, Luis Marcelo Tavares. **Mapeamento e inventário da flora nativa e dos reflorestamentos de Minas Gerais**. Lavras: UFLA, 2006. 288 p.: Il.

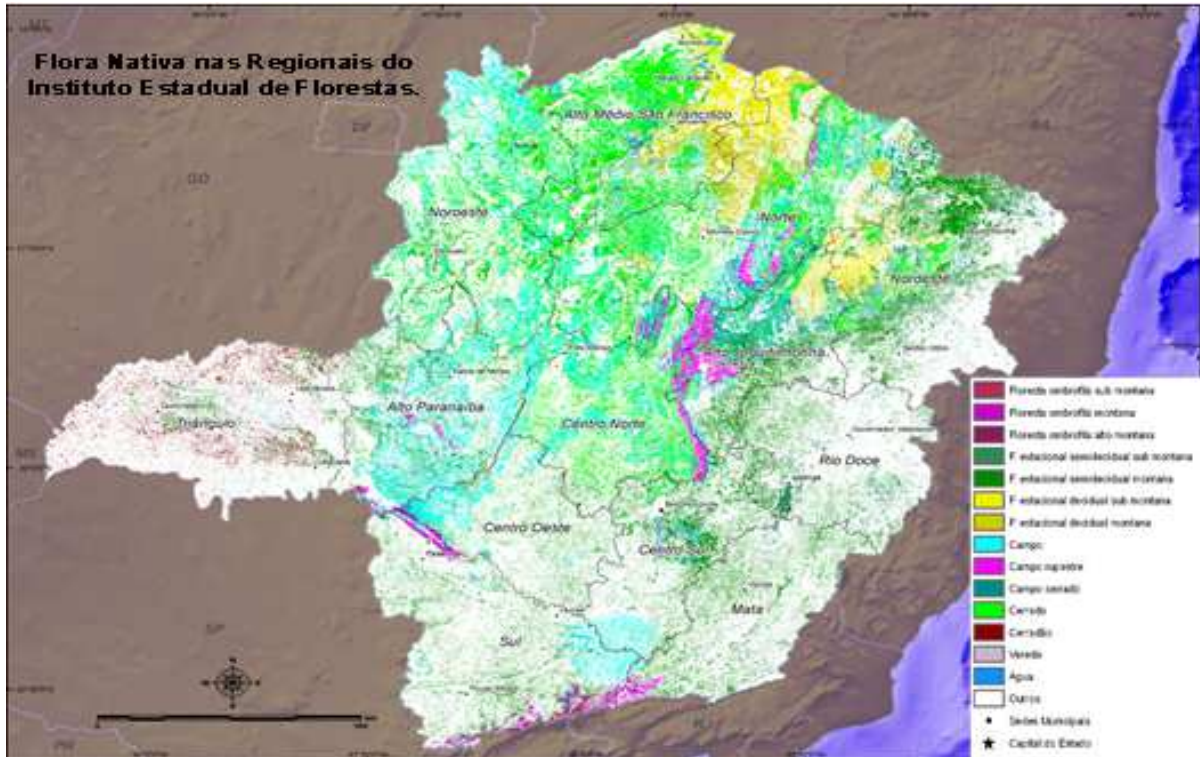


FIGURA 3 - Mapa da flora nativa nas Regionais do Instituto Estadual de Florestas – Minas Gerais – 2006.

Fonte: SCOLFORO, José Roberto; CARVALHO, Luis Marcelo Tavares. **Mapeamento e inventário da flora nativa e dos reflorestamentos de Minas Gerais**. Lavras: UFLA, 2006. 288 p.: Il.

Consoante com o Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais¹⁷, elaborado pelo Instituto Mineiro de gestão das Águas (IGAM) e a TC/BR - Tecnologia e Consultoria Brasileira S/A, a área da 13ª Cia PM Ind MAT é rica em recursos hídricos. A água, recurso natural essencial para a vida, assume um papel de destaque no cenário atual de desenvolvimento em virtude da oferta limitada. Os recursos hídricos, geralmente, são os mais comprometidos pelos impactos negativos promovidos pelas atividades antrópicas. A expansão dos grandes empreendimentos na área de atuação da Unidade pode contribuir para o assoreamento de cursos d'água, o aumento do lançamento inadequado de afluentes domésticos e industriais, o aumento dos resíduos sólidos, a contaminação do solo e a poluição do ar.

Os municípios de Barbacena e São João Del Rei estão situados na Mesorregião dos Campos das Vertentes (FIG. 4). Estão inseridos na bacia do Rio Grande, sendo o Rio das Mortes o principal entre os rios que banham estas cidades. Já o município de Conselheiro Lafaiete, está situada na Serra da Mantiqueira, na Mesorregião Metropolitana de Belo

¹⁷ INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br/planos-de-recursos-hidricos>>. Acesso em 8 jan. 2013.

Horizonte, localizada entre as zonas Metalúrgica e Campo das Vertentes, o município é divisor de duas grandes bacias hidrográficas do Rio Doce e do Rio São Francisco. De acordo Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS AGUAS, 2006) Conselheiro Lafaiete é um dos municípios de destaque da Bacia do Rio Doce, considerando seu potencial hidro energético a explorar. A principal fonte de abastecimento de água da cidade é o Rio Paraopeba, um dos principais afluentes do rio São Francisco.

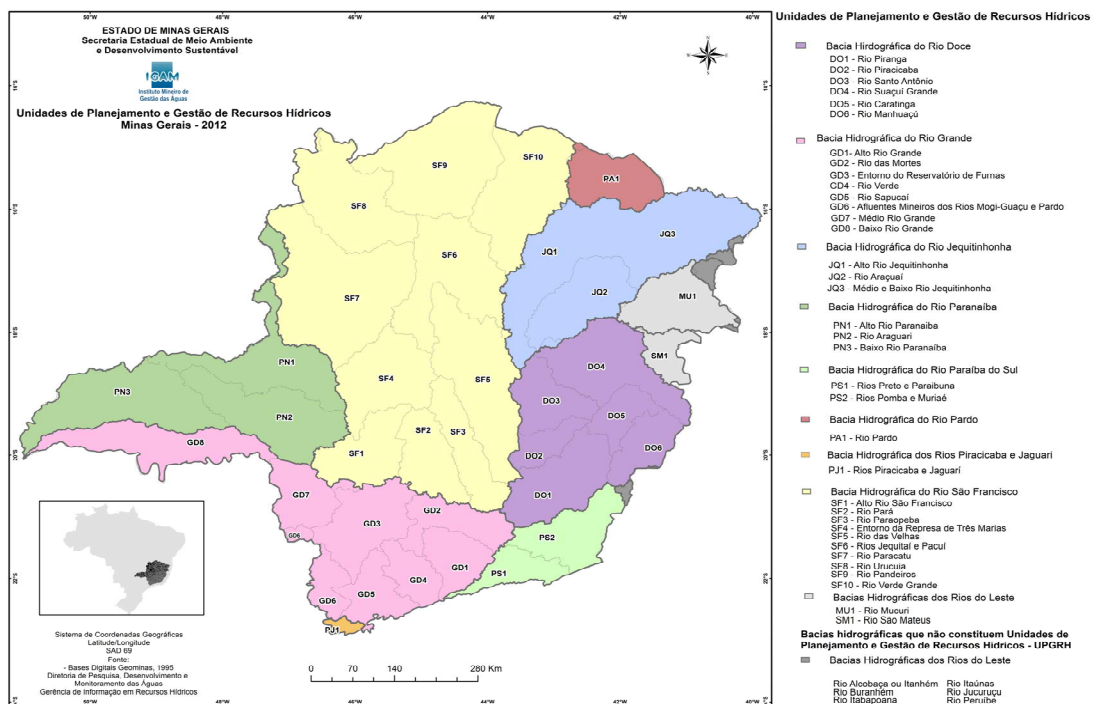


FIGURA 4 - Mapa das Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos de Minas Gerais - 2006

Fonte: INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS AGUAS. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2006

Alguns municípios são cortados por rios que estão inseridos pela bacia do rio Paraíba do Sul, dentre eles: Aracitaba (rio Formoso), Bias Fortes (Rio Vermelho), Desterro do Melo (rio Xopotó) Ewbank da Câmara (rio Paraibuna), Oliveira Fortes (rio formoso), Paiva (ribeirão Santa Rosa e ribeirão taquara), Santa Barbara do Tugúrio (rio Pomba), Santa Rita de Ibitipoca (rio do Óculo) e Santos Dumont (rio Pinho e rio Taquaraçu).

A Unidade possui quatro grandes represas presentes na área de atuação da Unidade: Camargos, Itutinga, Chapéu D' uvas e Ponte Preta. Nestas represas constantemente são realizadas operações aquáticas com o objetivo de coibir a pesca predatória e irregular.

a) O CODAP e o desenvolvimento da região do Alto Paraopeba¹⁸

No dia 04 de dezembro de 2006 foi constituído oficialmente o CODAP - Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba – o qual está fundamentado na Lei Federal nº 11 107/2005¹⁹. O objetivo do CODAP, dentre outros, é a promoção da gestão associada de serviços sem duplicar despesas para os municípios associados. Inicialmente, o CODAP foi formado pelos municípios de Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Jeceaba, Ouro Branco e São Brás do Suaçuí. Em abril de 2009, as cidades de Belo Vale e Entre Rios de Minas se incorporaram ao referido consórcio público. Todos os municípios estão incluídos na área de atuação do 4º Pel MAT / 13ª Cia PM Ind MAT (FIG. 5).

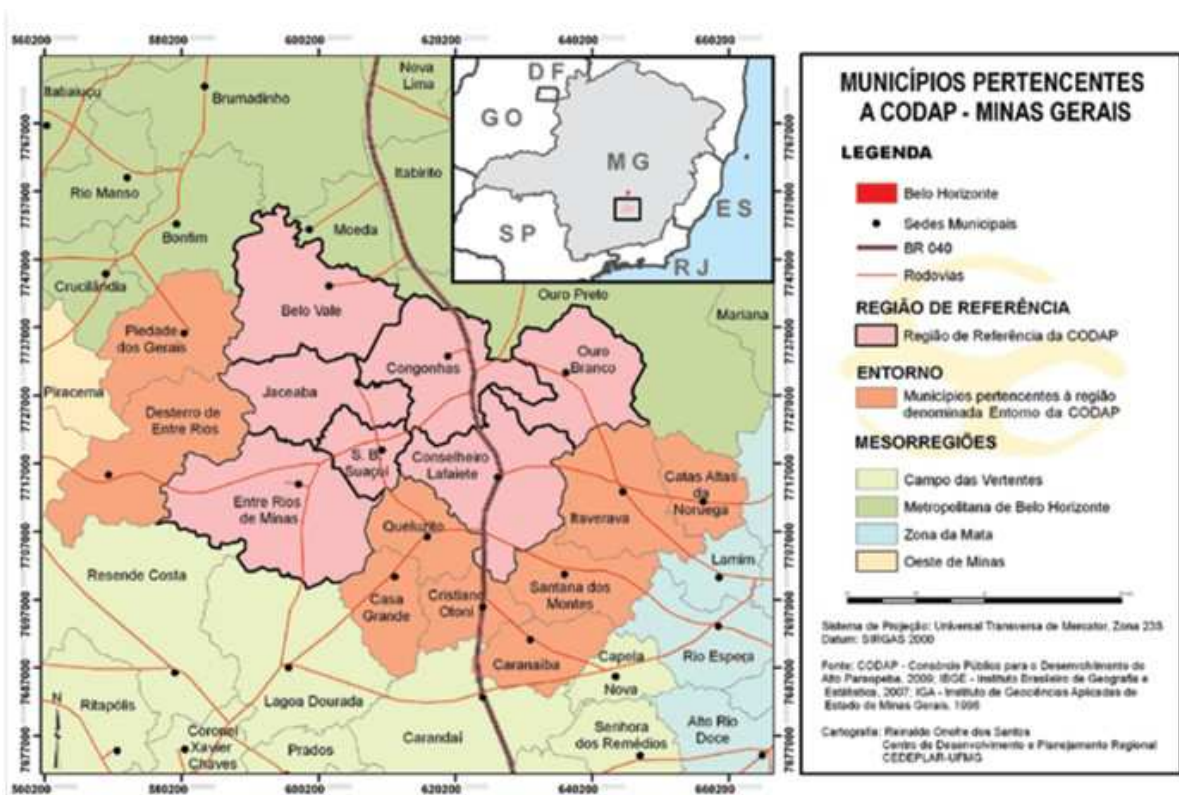


FIGURA 5 - Mapa dos municípios pertencentes ao Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba – Minas Gerais – 2012.

Fonte: site oficial do CODAP: http://www.altoparaopeba.mg.gov.br/mat_vis.aspx?cd=6505

A região receberá investimentos da iniciativa privada na ordem de R\$ 25 bilhões e, boa parte desses recursos financeiros se originará de empresas de mineração e siderurgia instaladas na região, dentre elas: GERDAU, Vallourec e Sumitomo Tubos do Brasil (VSB),

¹⁸ Fonte: REVISTA CODAP. Conselheiro Lafaiete, Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba, Jan. / Jul. 2012

¹⁹ Lei Federal nº 11 107/2005 - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

Ferrous Resources do Brasil, Vale S.A., Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e LGA Mineração.

O Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios associados, no período de 2000 a 2008, cresceu 302%, passando de R\$ 1.116.933 mil para R\$ 4.490.378 mil, comprovando a uma evolução econômica no Alto Paraopeba. O que justifica este impulsionamento da expansão da região é a alta de 386% das atividades industriais. A perspectiva da variação do PIB dos municípios do Alto-Paraopeba, para o período 2010–2025, em virtude dos grandes empreendimentos, se assemelha ao do Estado de Minas Gerais, com previsão de crescimento de 45% (base 2008) até 2025.

Desta forma, pressupõe-se que esses investimentos financeiros contribuirão não só para o crescimento econômico como também para o desenvolvimento da região, refletindo na possibilidade de alguns aspectos positivos:

- a) aumento da geração de emprego/renda;
- b) aumento na arrecadação municipal;
- c) aumento do prestígio e da influência regional;
- d) possibilidade de melhoria da qualidade de vida;
- e) novos investimentos públicos e privados;
- f) fortalecimento da infraestrutura dos municípios;

Por outro lado, há de se considerar a possibilidade de impactos socioambientais, decorrentes das atividades industriais, principalmente no aspecto ambiental, que poderá sofrer interferências na sua qualidade, bem como na sua sustentabilidade, como por exemplo:

- a) alto fluxo migratório de trabalhadores e de população de baixa renda, proporcionando o crescimento desordenado e desproporcional da população;
- b) sobrecarga sobre os serviços públicos devido à falta de infra-estrutura urbana, de saúde e educacional;
- c) aumento do trânsito e do tráfego e decorrente da saturação das vias públicas;
- d) ocupações irregulares de imóveis, desrespeitando as normas de uso e ocupação do solo; possibilitando o surgimento de assentamentos precários;
- e) déficit habitacional com aluguéis inflacionados e aumento da demanda por construção de moradias;
- f) desapropriações com possíveis impactos na segurança pública;

- g) considerável aumento da demanda de vagas nas escolas;
- h) danos ao meio-ambiente e patrimônio histórico e cultural local;
- i) riscos ambientais como concentração de poeira em zonas urbanas e comprometimento de recursos hídricos;
- j) deterioração da identidade cultural das comunidades locais;
- k) aumento da circulação de riquezas podendo contribuir para o aumento da criminalidade;
- l) aumento do custo de prestação de serviços;
- m) migração da população rural para as regiões urbanas;
- n) indisponibilidade de opções de lazer e cultura para a população;
- o) fortalecimento dos movimentos e entidades sindicais.

A elaboração de planejamentos com a participação de diversos segmentos sociais pode auxiliar a minimizar estes possíveis impactos negativos, principalmente das comunidades mais próximas, por meio de um processo de mobilização social, precedido de um diagnóstico local, visando buscar o engajamento de todos os atores sociais, para que possam discutir prioridades e tomar decisões que garantam a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico.

Da mesma forma, é oportuno o desenvolvimento de ações ambientais preventivas, dentre elas, ações de educação ambiental formal e não formal. Neste sentido, em 2011 ocorreu a expansão do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento, desenvolvido pela 13ª Cia PM Ind MAT.

O primeiro município atendido pelo programa na região do Alto Paraopeba foi Congonhas, mais precisamente a Escola Municipal Senhor Odorico Martinho da Silva, a qual está localizada na zona rural do município, dentro da zona de mineração. A escolha deste estabelecimento de ensino foi baseada em diagnóstico prévio que o apontou a área como sendo de vulnerabilidade socioambiental.

5.3 Estrutura

A 13ª Cia PM Ind MAT é responsável pela coordenação, controle e emprego operacional de quatro pelotões de policiamento especializado: 1º Pelotão PM Rodoviário e 2º Pelotão PM de Meio Ambiente com sedes em Barbacena; 3º Pelotão PM Meio Ambiente e Trânsito em São João Del Rei; 4º Pelotão PM Meio Ambiente e Trânsito em Conselheiro Lafaiete. Possui

ainda três Grupamentos Policiais de Meio Ambiente localizados nos municípios de Alto Rio Doce, Andrelândia e Piranga, conforme organograma da 13ª Cia PM Ind MAT (FIG. 6).

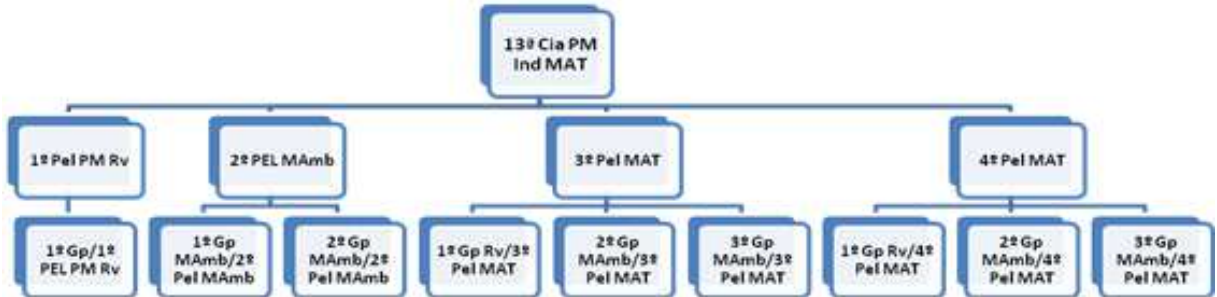


FIGURA 6 - Organograma da 13ª Companhia PM Independente de Meio Ambiente e Trânsito - 2012.

Fonte: Seção de Planejamento e Operações da 13ª Cia PM Ind MAT.

Atualmente a 13ª Cia PM Ind MAT apresenta a divisão administrativa da sua área de atuação conforme se verifica na FIG. 7. Observa-se que a articulação de seus Pelotões coincide com as respectivas áreas das Unidades da 13ª Região da Polícia Militar (9º, 31º e 38º BPM), favorecendo as ações de integração operacional, coordenação e controle à nível de guarnição PM. A área de atuação da 13ª Cia PM Ind MAT é de aproximadamente 18 703 km² e uma população estimada de 853 606 pessoas, segundo dados do IBGE (censo 2010).

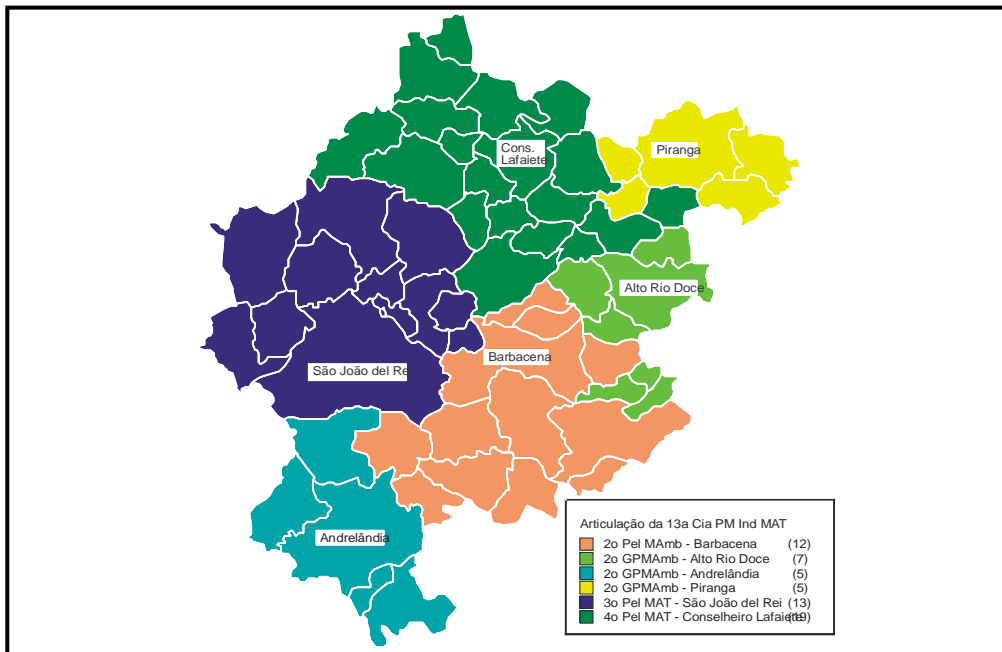


FIGURA 7 - Divisão administrativa da 13ª Companhia PM Independente de Meio Ambiente e Trânsito - 2012.

Fonte: Seção de Planejamento e Operações da 13ª Cia PM Ind MAT.

Em dezembro de 2012, o efetivo existente na 13ª Cia PM Ind MAT era de 134 policiais militares para um efetivo previsto de 168, ou seja, claro de 34 de policiais militares, conforme (TAB. 1).

TABELA 1
Efetivo geral da 13ª Cia PM Ind MAT - Dezembro 2012

| Posto/graduação | Previsto | Existente | Situação | |
|-----------------------|------------|------------|-----------|-----------|
| | | | Claro | Excesso |
| Major | 1 | 2 | - | 1 |
| Capitão | 1 | - | 1 | - |
| Tenente | 8 | 5 | 3 | - |
| Subtenente / Sargento | 37 | 54 | - | 17 |
| Cabo /Soldado | 121 | 73 | 48 | - |
| TOTAL | 168 | 134 | 52 | 18 |

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 13ª CIA PM IND MAT

Nota: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento

A 13ª Cia PM Ind MAT dispõe de um efetivo administrativo que constantemente é empregado em apoio às frações subordinadas nas operações programadas ou de acordo com a demanda operacional. Os policiais militares que atuam na administração da Unidade são considerados força de manobra do Comandante. São 20 policiais militares que atuam na administração, havendo um claro de 05, conforme (TAB. 2).

TABELA 2
Efetivo Administrativo da 13ª Cia PM Ind MAT - Dezembro 2012

| Posto/graduação | Previsto | Existente | Situação | |
|----------------------|-----------|-----------|----------|----------|
| | | | Claro | Excesso |
| Major | 1 | 2 | - | 1 |
| Capitão | 1 | - | 1 | - |
| Tenenete | 3 | 1 | 2 | - |
| Subtenente /Sargento | 11 | 10 | 1 | - |
| Cabo / Soldado | 8 | 7 | 1 | - |
| Total | 24 | 20 | 5 | 1 |

Fonte: Seção de Recursos Humanos da 13ª CIA PM IND MAT

Nota: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento

Meio ambiente ser um tema complexo, considerando a amplitude conceitual entorno da preservação da vida, da promoção da qualidade de vida das pessoas do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, do rol legislativo de cada área de atuação, o que determina, naturalmente, a compreensão do meio ambiente como matéria interdisciplinar e multidisciplinar.

Esse entendimento exige esforços estratégicos de envolvimento dos órgãos governamentais e não governamentais, em seus diversos níveis, estabelecimentos de ensino em diversas áreas do conhecimento e, sobretudo, a participação efetiva das comunidades locais no engajamento contra as adversidades na promoção da paz social.

5.4 Panorama da fiscalização e resultados ambientais

De acordo com dados estatísticos repassados pela Seção de Planejamento e Operações da 13ª Cia PM Ind MAT, poluição e degradação ambiental, desmatamento, intervenção em áreas de preservação permanente, extração de mineral sem licença dos órgãos ambientais competentes, uso indevido de documentos ambientais no acobertamento de carvão ilegal provenientes de outras regiões do Estado e do país, pesca ilegal e a captura ilegal de pássaros da fauna silvestre para o comércio são os principais crimes e infrações praticadas na região.

Estas informações podem ser comprovadas pela quantidade de Auto de Infrações aplicados pela 13ª Cia PM Ind MAT (TAB. 3), no período de 2010 a 2012, considerando que são infrações de competência de fiscalização do Instituto Estadual de Floresta (IEF). Constatase que o número de Auto de Infrações lavrados referente às atividades é de 77% do total de Autos de Infrações lavrados.

TABELA 3
Auto de Infrações lavrados pela 13ª Cia PM Ind MAT – 2010 a 2012

| Órgão Ambiental | Ano | | | Valores | |
|---------------------------------------|------|------|------|---------|-----|
| | 2010 | 2011 | 2012 | Abs. | % |
| Instituto Estadual de Floresta | 278 | 678 | 619 | 1 017 | 77 |
| Instituto Mineiro de Gestão das Águas | - | 60 | 58 | 118 | 9 |
| Fundação Estadual do Meio Ambiente | 7 | 89 | 89 | 185 | 14 |
| Total | | | | 1 320 | 100 |

Fonte: Seção de Planejamento e Operações da 13ª Cia PM Ind MAT.

Nota: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento
Percentuais arredondados

No período de 2010 a 2012 ocorreu o desmatamento de aproximadamente 1 395,82 hectares (TAB. 4). Considerando a área desmatada em um curto período de tempo, uma das preocupações da Unidade, dentro da sua área de atuação, é a repressão a este tipo de crimes, em especial no setor do 3º Pel PM de Meio Ambiente e Trânsito, e ainda, desenvolvimento de ações preventivas, visando minimização dos impactos promovidos pela

atividade antrópicas, o que determina a elaboração de diagnósticos com dados socioambientais e, conseqüentemente, a fragmentação do espaço para atuação preventiva.

TABELA 4

Apuração da área desmatada, por hectare (ha), na 13ª Cia PM Ind MAT - 2010 a 2012

| Fração | Ano | | | Valores | |
|---------------------------------|-------|--------|--------|----------|------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | Abs. | % |
| 2º Pel Meio Ambiente | 72,50 | 53,00 | 21,04 | 146,54 | 10,5 |
| 3º Pel Meio Ambiente e Trânsito | 37,62 | 958,26 | 101,00 | 1 096,88 | 78,6 |
| 4º Pel Meio Ambiente e Trânsito | 36,00 | 50,40 | 66,00 | 152,4 | 10,9 |
| Total | | | | 1 395,82 | 100 |

Fonte: Seção de Planejamento e Operações da 13ª Cia PM Ind MAT.

Nota: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento
Percentuais arredondados

A maior quantidade de animais apreendidos na Unidade, no período de 2010 à 2012, são pássaros da fauna silvestre. As ações de apreensões destes pássaros são resultantes do cumprimento de mandados de busca e apreensão, de atendimento de denúncias ou de iniciativa das guarnições ambientais (TAB. 5)

Duas situações alimentam esta estatística: a primeira diz respeito ao comércio ilegal de passeriformes e a segunda ao aspecto cultural da região de criação em cativeiro destes pássaros, sem a devida autorização, em alguns casos por desconhecimento outros pela assunção do risco.

TABELA 5

Espécies de animais apreendidos pela 13ª Cia PM Ind MAT – 2010 a 2012

| Espécies | Ano | | | Valores | |
|-----------|------|------|------|---------|------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | Abs. | % |
| Mamíferos | 5 | 1 | - | 6 | 0,5 |
| Pássaros | 453 | 427 | 417 | 1 297 | 90,7 |
| Repteis | 11 | 10 | 8 | 29 | 2 |
| Outros | 22 | 20 | 55 | 97 | 6,8 |
| Total | | | | 1 429 | 100 |

Fonte: Seção de Planejamento e Operações da 13ª Cia PM Ind MAT.

Nota: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento
Percentuais arredondados

Nas fiscalizações ambientais realizadas pela UEOp no período de 2010 à 2012, no combate a pesca predatória, observa-se queda, de forma geral, no número apreensões de materiais.

As represas de Camargo, Itutinga, Chapéu D'uvas e Ponte Preta e o rio Grande são os locais que demandam maior fiscalização, segundo informações da Seção de Inteligência. Ainda que em escala menor, entende-se que os dados indicam a necessidade se promover ações preventivas, possibilitando a redução dos dados ora apresentados.

TABELA 6

Produtos de pesca apreendidos nas fiscalizações realizadas pela 13ª Cia PM Ind MAT –
2010 a 2012

| Produtos apreendidos | 2010 | 2011 | 2012 | TOTAL |
|-------------------------|-------|--------|--------|----------|
| Embarcações | - | - | - | - |
| Redes (m) linear | 3871 | 2340 | 2384 | 8 595 |
| Redes (quantidade) | 184 | 162 | 162 | 508 |
| Tarrafas | 15 | 13 | 10 | 38 |
| Covos | 1 | 6 | 4 | 11 |
| Anzóis | - | 20 | 93 | 103 |
| Espinheis | 13 | - | 1 | 14 |
| Caniços Simples (varas) | 24 | 70 | 62 | 156 |
| Carretilhas / Molinetes | 59 | 21 | 27 | 263 |
| Fisgas | 5 | 6 | - | 11 |
| Pindas | 1 | 1 | 7 | 9 |
| Garatéias | - | - | 1 | 1 |
| Motores | - | - | 2 | 2 |
| Pescado (kg) | 44,45 | 249,50 | 923,53 | 1 217,48 |

Fonte: Seção de Planejamento e Operações da 13ª Cia PM Ind MAT.

Nota: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento Percentuais arredondados

A área de atuação da 13ª Cia PM Ind MAT é muito extensa, com aspectos sociais, econômicos e ambientais diversificados. Essa característica pressupõe um entendimento também complexo em relação à adoção de medidas que visem minimizar ou solucionar problemas de ordem social e ambiental geradas pelo próprio homem em detrimento do meio natural, comprometendo o equilíbrio ecológico e, conseqüentemente, a qualidade de vida das comunidades.

Dentro deste contexto, ao analisar o panorama socioambiental e econômico da área da 13ª Cia PM Ind MAT, em especial, os dados estatísticos ambientais, depreende-se que, apesar dos dados, de modo geral, não apresentarem uma constante em relação aos números de apreensões, de auto de infrações e desmates, pressupõe que a repressão por si só não consegue resolver os problemas ambientais na região. É necessário trabalhar a diminuição dos índices de crimes e infrações ambientais, buscando a aproximação junto às

comunidades, principalmente aquelas situadas em áreas consideradas de vulnerabilidade socioambiental.

Desta forma, visando à adoção de medidas preventivas contra os delitos e infrações ambientais, bem como a contribuição para a promoção da qualidade de vida de forma sustentável, a 13ª Cia PM Ind MAT iniciou a concepção e execução de um programa de educação ambiental em 2009, considerando toda a sistematização tendo por base o que fazer para se chegar ao como fazer.

5.5 A criação do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento²⁰

O tema meio ambiente, conceitualmente, é complexo e extenso. Desta forma, determina a compreensão do meio ambiente como matéria multidisciplinar e interdisciplinar, caracterizando a sua transversalidade e, conseqüentemente, a necessidade da busca, através educação ambiental, de um meio para se compreender os problemas socioambientais e trabalhar a minimização dos impactos promovidos pelas atividades antrópicas.

a) Justificativas para a criação e execução do PROEMAM

A 13ª Cia PM Ind MAT em 2009 percebeu a necessidade de criação de uma ferramenta que possibilitasse o desenvolvimento de um processo para o início do policiamento ambiental preventivo, considerando a falta de um programa de educação ambiental aplicado de forma continuada e sistematizada, com objetivos claros, conceitos e princípios bem definidos. Levou-se ainda em consideração a possibilidade da educação ambiental contribuir para a compreensão dos problemas impostos pelo meio ambiente à sociedade, conforme disposto na recomendação nº. 1 da Declaração da Conferência Intergovernamental de Tblisi sobre Educação Ambiental (UNESCO-UNEP, 1978).

Outro fato que justificou a criação e execução do programa de educação ambiental refere-se à visão do gestor, Comandante da Unidade àquela época, em seguir as orientações do Plano Estratégico 2009-2011, da PMMG, em especial, a ação nº 8.3.3.4, a qual estabelecia o desenvolvimento de um Programa Educacional de Meio Ambiente e Trânsito para o público infanto-juvenil (MINAS GERAIS, 2009). O Plano Estratégico 2009 - 2011 estava

²⁰ As informações referentes ao PROEMAM foram extraídas da seguintes referência bibliográfica: MINAS GERAIS; UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011.

alinhado ao PMDI reeditado em 2007, mais precisamente, na Área Resultado denominada “Qualidade Ambiental”.

Outro fato foi o entendimento do gestor da Unidade quanto a necessidade de desenvolver práticas de policiamento comunitário, levando a filosofia de Policia Comunitária para a área ambiental. O gestor entendeu que sem a participação da comunidade seria difícil a implantação de um programa, bem como o exercício do policiamento ambiental preventivo, considerando a transversalidade do tema ambiental, concluindo que o caminho mais viável seria através do processo de mobilização social.

Dentro dessas perspectivas, a 13ª Cia PM Ind MAT, visando à prevenção contra os crimes ambientais e, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida da sociedade, a partir do meio ambiente ecologicamente equilibrado, idealizou o PROEMAM, programa este voltado para crianças que estejam cursando o 5º ano do ensino fundamental, em virtude de experiências com estudantes desta faixa etária em outros programas educacionais, como por exemplo, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), programa de prevenção e combate às drogas e violência. Esta ferramenta educacional tinha ainda como objetivo auxiliar a Unidade na sua missão de proteger o meio ambiente, permitindo o início do processo do policiamento ambiental preventivo junto à comunidade, levando para o campo prático toda a complexidade que envolve o tema meio ambiente.

b) O processo de mobilização social no PROEMAM

Para analisar o processo de mobilização social na execução do programa de educação ambiental da 13ª Cia PM Ind MAT é necessário analisar o mesmo processo na concepção do referido programa.

Em agosto de 2009, iniciou-se o processo de mobilização social pela 13ª Cia PM Ind MAT com a apresentação a várias pessoas e entidades do “horizonte imaginário”, ou seja, o anteprojeto contendo toda a esquematização conceitual e sugestões para o início do debate voltado para o processo de construção do PROEMAM, conforme representação gráfica (FIG. 8).

É possível identificar as bases de sustentação do projeto (interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e sustentabilidade), os pilares (convergência de vontade e fragmentação do espaço), as fontes doutrinárias da concepção do projeto e, finalmente, a síntese do processo, ou seja, o como fazer.

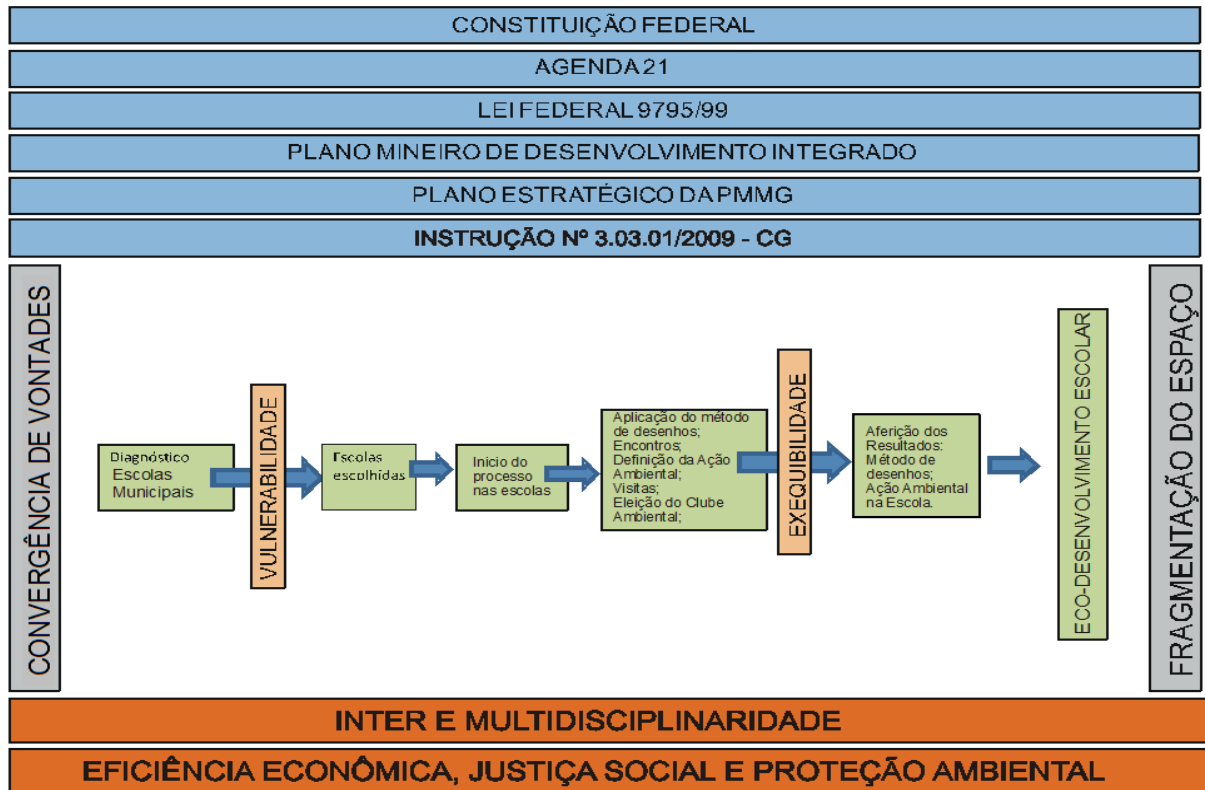


FIGURA 8: Representação Gráfica do anteprojeto do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento

Fonte: (MINAS GERAIS; UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011).

A representação gráfica procurou alinhar-se aos conceitos e orientações da educação ambiental crítica e o processo de mobilização social a partir da compreensão do que fazer, estabelecendo as bases e os pilares de sustentação das doutrinas, e ainda, o delineamento para o início do processo do como fazer, respeitando assim, uma etapa importante do processo de mobilização social, que é a qualidade do material editado pelo “Produtor Social”, conforme orienta Toro e Werneck (2007).

Ao analisar o processo de mobilização social realizado pela 13ª Cia PM Ind MAT, percebe-se que ele ocorreu em três fases distintas. A apresentação do “horizonte imaginário” corresponde ao resultado de uma das etapas do processo de mobilização interna na 1ª fase, cuidadosamente planejada pelo gestor da Unidade à época. A criação desse “horizonte imaginário” respeitou todo o processo de mobilização social estabelecido por Toro e Werneck (2007).

Inicialmente o gestor, após compartilhar da ideologia voltada para a criação do programa de educação ambiental como ferramenta para o desenvolvimento do policiamento ambiental preventivo, criou uma equipe interna da Unidade com pessoas capacitadas em entender a

complexidade das questões ambientais e capazes de apresentar soluções exequíveis na concepção do anteprojeto. Esta equipe procurou viabilizar a junção dos conceitos ambientais com a visão crítica da educação ambiental, com os documentos doutrinários referentes a educação ambiental e com os propósitos da Corporação na área ambiental, os quais se alinhavam ao PMDI.

Após o alcance do primeiro resultado, ou seja, a definição do “horizonte imaginário” estabelecendo o como fazer, caracterizado na representação gráfica como a necessidade de elaboração do diagnóstico nas escolas municipal e respectivo entornos, o que permitiria a escolha dos educandários para o projeto piloto, utilizando-se do filtro da vulnerabilidade socioambiental; início do processo nas escolas (caracterizado pela aplicação do método de avaliação por desenhos, encontros, definição da ação ambiental, visitas e eleição do clubinho ambiental, respeitando o critério da exequibilidade) avaliação dos resultados com o objetivo de se chegar ao ecodesenvolvimento dentro do ambiente escolar.

Prosseguindo com o processo de mobilização social, ainda no meio interno, a equipe buscou definir a relação dos possíveis “Reeditores”, ou seja, as pessoas e instituições que de uma forma direta ou indireta estavam envolvidas com as questões ambientais, procurando legitimar e dar credibilidade à proposta contida no “horizonte imaginário”, seguindo orientações de Toro e Werneck (2012) e ainda, pessoas que pudessem contribuir com seus conhecimentos e experiências na construção do programa.

A eficiência do planejamento das ações de mobilização social na primeira fase contribuiu para o alcance dos resultados pré-definidos, possibilitando o início do mesmo processo com o público externo, caracterizando o início da segunda fase do processo de mobilização social. Esta fase iniciou-se com a realização de diversas reuniões e visitas aos “Reeditores” pré-relacionados, o que possibilitou a elaboração do III Seminário ambiental com o tema: “Educação Ambiental, um passo além do discurso”, com eixos temáticos ligados ao “horizonte imaginário”, cumprindo, desta forma, o compartilhamento dos ideais para a concepção do programa.

Com a execução do III Seminário Ambiental todos os atores envolvidos puderam confirmar na prática o nível de complexidade que envolve a educação ambiental, na sua forma prática. Após a convergência de que realmente era preciso elaborar um programa de educação ambiental, de forma sistematizada e continuada, com uma visão crítica sobre o meio ambiente, surgiram novas demandas de cunho psicopedagógico, essenciais para complementação do como fazer, ou seja, definição de metodologias pedagógicas e

avaliativas e a confecção do material didático, elementos importantes para a formulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) essência do “horizonte ético” definido por Toro e Werneck (2007).

Para suprir as demandas psicopedagógicas citadas, formou-se a primeira Equipe Multidisciplinar, composta por policiais militares ambientais, pedagogas e uma profissional do setor de psicologia da 13ª RPM. Os membros desta equipe, mobilizados, dentro dos respectivos campos de atuações, apresentaram sugestões que, após amplas discussões, resultaram no Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento (PROEMAM).

Entre os resultados desta fase ocorreu a definição das metodologias pedagógicas e avaliativas, a confecção do material didático, a definição do conteúdo programático, totalizando doze o número de encontros, a definição do termo mediador em ressonância com a metodologia adotada, bem como a capacitação do mediador.

Dentro deste contexto, cabe ressaltar que a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Campus Barbacena, mobilizada desde o início do processo, contribuiu na concepção da metodologia pedagógica baseada na filosofia para as Crianças – “Educação para o pensar”²¹. Esta metodologia pedagógica está alinhada com os objetivos da educação ambiental crítica proposta por Carvalho (2012), ou seja, permite a mediação dos conflitos socioambientais junto aos estudantes, de acordo com as distintas realidades locais onde estão inseridos. Da mesma forma, a metodologia adotada auxilia na concretização dos objetivos do programa, quais sejam:

Objetivo Geral

Estimular os estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental a serem competentes e hábeis¹ para a adoção de comportamentos socioambientais que visem contribuir para a sustentabilidade e qualidade de vida, conhecendo e reconhecendo o meio ambiente em que se encontra inserido.

Objetivos Específicos

Fomentar o processo de mobilização social visando ao estabelecimento de uma rede social local para a minimização ou solução dos problemas ambientais detectados no ambiente escolar;

Promover a compreensão entre os ambientes existentes nas diversas comunidades e suas inter-relações, focando a utilização responsável dos recursos naturais e artificiais;

Estabelecer, como critério, a exequibilidade a partir da fragmentação do espaço e o princípio da vulnerabilidade socioambiental para a seleção das escolas e implantação do projeto. (MINAS GERAIS; UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011).

²¹ Filosofia divulgada nos trabalhos do filósofo e educador norte-americano Matthew Lipman e de sua colaboradora Ann Margaret Sharp (MINAS GERAIS; UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011).

Os encontros e ações dentro das salas de aulas, sob mediação dos policiais militares ambientais, de acordo com a metodologia adotada, determina que os estudantes sejam colocados em círculo para que possam se vê e dialogar. No decorrer dos encontros os estudantes são estimulados a reflexão através de textos, visitas externas, vídeos e outros materiais didáticos, propiciando a formulação de questões ambientais. Desta forma, cria-se um ambiente favorável para o início do diálogo investigativo, partindo das questões formuladas pelos estudantes, dentro do tempo disponível para o encontro, sem a necessidade de chegar a uma conclusão aceita por todos.

Outra contribuição da UEMG está no campo do processo avaliativo. Os indicadores de avaliação são obtidos através dos desenhos sobre o meio ambiente realizados no primeiro e último encontro entre o mediador e os estudantes e, estão relacionados à existência de elementos naturais e artificiais. Comparando-se os dois desenhos de um mesmo estudante e aplicando à metodologia adotada pelo PROEMAM, é possível verificar se houve ou não mudança na percepção ambiental por parte das crianças. Desta forma, entende-se que quanto maior a variação da percepção do grupo de estudantes, mais efetivo torna-se o programa.

Ainda na segunda fase do processo de mobilização social, foi necessária a confecção do material didático e a apresentação deste para a equipe multidisciplinar e também para outros “Reeditores” da Secretaria Municipal de Educação de Barbacena e do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COTEC/UFMG). A legitimidade e a credibilidade do material didático apresentado ocorreram em virtude da coerência das histórias e das ilustrações com a metodologia e a visão crítica da educação crítica contida no projeto político pedagógico. Neste material são retratadas as inúmeras possibilidades temáticas ambientais que viabilizam ao mediador estimular a visão crítica das crianças quanto aos direitos e deveres, individualismo e coletividade, desigualdade social, qualidade de vida, interdependência dos elementos da natureza e suas relações com o homem, dentre outras.

Finalizando a segunda fase do processo de mobilização social, ocorreu novamente a mobilização interna com o objetivo de escolher um policial militar para atuar na função de mediador no programa. Para o projeto piloto foram mobilizados dois policiais militares ambientais que, voluntariamente, se dispuseram a compreender todo o processo de ensino e aprendizagem do programa. O treinamento dos policiais militares mobilizados foi pautado no conteúdo programático previsto para cada encontro do programa. Para tanto, utilizou-se do material didático e a observação do comportamento do mediador, segundo a metodologia

da “educação para o pensar”, visando o trabalho de educação ambiental crítica e a aproximação da polícia militar ambiental com a comunidade escolar, bem como com seu entorno, propiciando o início do processo do policiamento ambiental comunitário e preventivo, conforme previsto na Instrução nº 3.03.01/2009-CG e DPSSP nº. 3.01.06/2011 – CG (MINAS GERAIS, 2009).

O programa prevê 12 encontros de 50 minutos com cada turma de estudantes (QUADRO 2). Para a avaliação de todo o processo cada encontro foi filmado e editado, permitindo que a equipe multidisciplinar, após assistir as gravações, pudesse avaliar, opinar, criticar e orientar, contribuindo para o aperfeiçoamento da metodologia pedagógica adotada.

QUADRO 2

Conteúdo programático do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento

| ENCONTROS | PROEMAM - FASES DO PROGRAMA - |
|-----------|--|
| 1º Dia | Apresentação do Mediador e da Proposta de Trabalho Avaliação Inicial, com aplicação de desenhos |
| 2º Dia | Leitura da Estória "O despertar do pequeno Zeca" Aplicação da Metodologia "Educação para o Pensar" |
| 3º Dia | Trabalhando a estória "O despertar do pequeno Zeca" Aplicação da Metodologia "Educação para o Pensar" |
| 4º Dia | Trabalhando as realidades socioambientais distintas Aplicação da Metodologia "Educação para o Pensar" |
| 5º Dia | Leitura da Estória "Pescando com o Vovô Geremias" Aplicação da Metodologia "Educação para o Pensar" |
| 6º Dia | Leitura da Estória "A necessidade de Juca e o Meio Ambiente" Aplicação da Metodologia "Educação para o Pensar" |
| 7º Dia | Revisão e trabalhos extraclasse (conhecendo e reconhecendo o ambiente escolar) Escolha do "Problema Ambiental" na Escola |
| 8º Dia | Apresentação das regras do "Clubinho Ambiental" e da campanha das chapas Escolha do local a ser visitado, vinculado ao "Problema Ambiental" |
| 9º Dia | Visita ao local sugerido |
| 10º Dia | Aplicação da Metodologia "Educação para o Pensar" sobre a visita Lançamento das chapas e início da campanha |
| 11º Dia | Avaliação Final, com aplicação de desenhos Eleição e Posse do "Clubinho Ambiental" |
| 12º Dia | Seminário Infantil (facultativo) |

FORMATURA – PROEMAM

Fonte: MINAS GERAIS; UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2011.

Para a escolha dos policiais militares ambientais que atuariam como mediadores nos anos seguintes, devido a ampliação dos municípios e escolas atendidas pelo PROEMAM, a 13ª Cia PM Ind MAT continuou o processo de mobilização junto ao público interno, em especial com os policiais militares ambientais possuidores de algumas competências e habilidades necessárias para a condução do processo.

A terceira e última fase do processo de mobilização social iniciou com a execução do programa nas escolas, a partir do segundo semestre de 2010. Os mediadores, neste momento, passam a exercer, por meio de delegação do gestor da Unidade, o papel de “Produtores Sociais”. O processo é iniciado após o estabelecimento do rol de “Reeditores” pelos próprios mediadores, quais sejam: secretarias municipais de educação, diretoras, professoras e demais funcionários das escolas, pais e estudantes, além daqueles reeditores pré-definidos pela Unidade.

Assim como no início do processo de mobilização social para a concepção do programa, os mediadores, bem como na execução, devem apresentar os materiais editados aos “Reeditores”, entre eles o projeto político pedagógico, o material didático e o protocolo de intenções. Neste contexto, o “horizonte imaginário” assume a característica dos princípios e conceitos norteadores da sistematização e continuidade do programa, já incorporados no projeto político pedagógico.

Dessa forma, para alcançar a eficácia do processo de mobilização social na execução do PROEMAM, os “Reeditores” devem aceitar a participar, convergindo às ações na busca dos objetivos propostos pelo programa. Nesta etapa do processo de mobilização busca-se o estreitamento das relações com os chefes do Poder Executivo Municipal por meio das Secretarias Municipais de Educação, procurando demonstrar as perspectivas futuras e emergentes para a preservação e conservação dos recursos naturais disponíveis nos municípios.

A segunda etapa desta fase do processo de mobilização ocorre dentro do educandário. Primeiramente junto às diretoras e supervisoras e, em seguida, com as professoras e funcionários. Após execução do mesmo procedimento realizado na primeira etapa e, ocorrendo à convergência e a participação destes “Reeditores” no desenvolvimento do programa, os mediadores realizam o mesmo procedimento com os pais dos estudantes, cuja adesão ocorre com a assinatura da autorização para que seus filhos possam participar do programa. Somente após o cumprimento destas etapas ocorre a assinatura do protocolo de intenções entre o comandante da 13ª Cia PM Ind MAT e as diretoras das escolas.

Não havendo a convergência de vontades, ou seja, a voluntariedade em participar do processo, por qualquer dos “Reeditores”, o programa não ocorre, considerando que esta convergência de vontades representa um dos pilares de sustentação do programa, para se alcançar os objetivos planejados junto aos estudantes.

O processo de mobilização bem executado, pode possibilitar o envolvimento e apoio das diretoras, professoras e funcionários da escola, reforçando os laços de afetividade, de solidariedade, de participação e de comprometimento com o programa, igualmente pode ocorrer quando da mobilização dos pais dos estudantes, possibilitando não somente a participação dos seus filhos, como também cria a perspectiva de realização de trabalhos ambientais preventivos na comunidade.

O passo seguinte do processo da mobilização social nesta ultima fase ocorre dentro da sala de aula com os estudantes. Neste momento, os mediadores ressaltam os valores morais e sociais para que as crianças percebam a importância da aplicação destes conceitos no dia a dia e a necessidade de mudanças de comportamentos socioambientais, onde eles serão os principais agentes multiplicadores e “Reeditores” nas respectivas comunidades.

Os estudantes após a formatura assumem a condição de “Produtores Sociais” no ambiente escolar, através do “Clubinho Ambiental”, que será o responsável pelo planejamento e execução de ações voltadas para solução ou minimização dos problemas ambientais vivenciados e reconhecidos por eles dentro da escola. O “Clubinho Ambiental” constitui o elo de para os encontros futuros e tem por objetivo a conservação de um grupo de estudantes instigados a discutir os problemas socioambientais da escola.

Por fim, durante a execução do programa nas escolas, os mediadores devem ter a mobilização social como fator determinante e constante para que os objetivos sejam alcançados, considerando que para o sucesso do processo de mobilização é preciso entender que os argumentos usados mudam com o seu decurso; “[...] tudo é vivo e dinâmico” (TORO; WERNECK, 2007).

O projeto piloto foi aplicado no segundo semestre de 2010 a 80 estudantes do ensino fundamental, de duas escolas da rede pública municipal de Barbacena/MG, uma localizada na zona urbana (Escola Municipal Sebastião Francisco do Vale) e outra na zona rural (Escola Municipal Coronel José Máximo).

Em novembro de 2010, finalizadas todas as atividades do projeto piloto do PROEMAM a equipe multidisciplinar se reuniu para avaliar os resultados parciais de todo o trabalho realizado. Foram registradas em ata as observações positivas e negativas, bem como, questionamentos e considerações decorrentes.

Na avaliação da Equipe Multidisciplinar, que utilizou de valores éticos e conhecimento teórico de todo o processo de execução e avaliação do programa, ficou a certeza de que os objetivos propostos pelo programa foram alcançados pelas crianças que participaram do projeto piloto. Assim, foi dada continuidade ao programa nos anos seguintes, aumentando o número de municípios e escolas atendidas, prova de que o processo de mobilização social foi executado conforme planejado.

Em 2011, o programa foi expandido e aplicado em outros municípios além de Barbacena: Antônio Carlos, Congonhas, Ibertioga e São João Del Rei. Foram formados 333 estudantes de 10 estabelecimentos de ensinos, localizados na zona rural e urbana.

Em 2012, o PROEMAM foi desenvolvido em 26 escolas públicas municipais. Além dos municípios contemplados nos anos anteriores, o programa foi aplicado em outros 5 municípios: Conselheiro Lafaiete, Nazareno, Prados, Queluzito e São Braz do Suaçui. Foram formados 1 245 estudantes. O processo de mobilização social que esteve presente durante todo o desenvolvimento da proposta pedagógica, também foi uma das principais ferramentas na execução do programa no período de 2010 a 2012. Portanto, o processo de mobilização social desenvolvido pela Unidade foi ao mesmo tempo um objetivo a ser alcançado e um meio para conseguir o alcance de outros objetivos.

A metodologia utilizada no presente estudo é apresentada na seção 6.

6 METODOLOGIA

A estruturação metodológica e as normas de redação e citação seguiram na elaboração Do presente TCC o que preconiza Gil (2010), Lakatos e Marconi (2010) e França e Vasconcelos (2011).

Considerando os objetivos proposto neste estudo, para o qual se busca uma análise do processo de mobilização social na execução do programa de educação ambiental, PROEMAM, da 13ª Cia PM Ind MAT, foram elaboradas pesquisas bibliográficas e documentais para revisão da base conceitual e pesquisas de campo para analisar se o processo de mobilização social junto às escolas foi fator primordial para a eficácia do programa e verificar se o processo de mobilização social contribuiu para o alcance dos objetivos do programa e sua convergência em relação aos propósitos da Corporação.

Assim, quanto aos objetivos, tratou-se de pesquisa descritiva e analítica, pois, procura descrever o funcionamento do PROEMAM para avaliação de sua eficiência e de sua eficácia; e, quanto ao modelo conceitual operativo, uma pesquisa bibliográfica e documental.

Quanto à natureza da pesquisa, esta se enquadrou nos modelos quantitativos e qualitativos, haja vista que serão ouvidos juízos de valores e buscar-se-á a quantificação de dados empíricos, tudo isso junto às pessoas diretamente envolvidas no PROEMAM.

Para a confecção do estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituindo principalmente de livros e artigos científicos”, e terá como base livros, artigos e monografias existentes que tenham relação com o tema [...]”. Paralelamente será realizada pesquisa documental “[...] vale-se de materiais [...]” “[...] que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objeto da pesquisa [...]” (GIL, 2010).

A metodologia utilizada buscou atingir de forma mais objetiva os propósitos da pesquisa, e para isso foram realizados estudos em diversos livros e documentos que tivessem em seu bojo algo que subsidiasse o desenvolvimento do estudo.

Foi realizada pesquisa bibliográfica, com a qual foram estudados autores contemporâneos que discorrem sobre educação ambiental e o processo de mobilização social, tais como Carvalho (2012), Toro e Werneck (2007).

Foi também documental, uma vez que buscou contextualizar, de forma globalizada, a educação ambiental sob o enfoque das conferências mundiais sobre o meio ambiente, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2009 – 2011, de leis nacionais que dispõem sobre a educação ambiental, conservação, preservação e proteção do meio ambiente e de normas internas que regulamentam as atividades preventivas do policiamento de meio ambiente, enfatizando a filosofia de policiamento comunitário da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

Buscou-se ainda a observação direta extensiva, com pesquisa realizada mediante aplicação de questionários semi-estruturados que contempla questões objetivas e dissertativas, junto as Diretoras, Professoras atuantes nas escolas onde o programa é desenvolvido, aos Policias Militares que atuam como mediadores aos membros da equipe multidisciplinar e aos alunos destes estabelecimentos de ensino, como observado na tabela 8.

TABELA 7

Público alvo dos questionários enviados e recebidos na área da 13ª Cia PM Ind MAT – 2012

| Público Alvo | Enviados | Recebidos | |
|-------------------------|----------|-----------|-------|
| | | Abs | % |
| Diretoras e Professoras | 70 | 63 | 90 |
| Alunos | 240 | 221 | 92,08 |
| Mediadores | 06 | 06 | 100 |
| Equipe Multidisciplinar | 08 | 08 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Em 2012 o PROEMAM formou 980 estudantes de Escolas Municipais da área da 13ª Cia PM Ind MAT. Foram selecionados 240 estudantes para a aplicação do questionário, inicialmente, de escolas sediadas nos 3 municípios maiores da área, sedes do 2º Pel PM MAmb, 3º e 4º Pel PM MAT, pelos seguintes motivos:

- a) 2º Pel PM MAmb (Sede em Barbacena): Estudantes da Escola Municipal Coronel José Máximo escola (zona rural) e Eescola Municipal Sebastião Francisco do Vale(zona urbana). Estas duas escolas foram as primeiras na aplicação do PROEMAM em 2010, ou seja, formaram estudantes no período de 2010 a 2012.
- b) 3º Pel PM MAT (Sede em São João Del Rei): Estudantes da Escola Municipal de Emboabas (zona rural) e Escola Municipal Celso Raimundo da Silva (zona urbana). Nestas duas escolas o PROEMAM foi aplicado em 2011 e 2012.

c) 4º Pel PM MAT (Sede em Conselheiro Lafaiete): Estudantes Escola Municipal Senhor Odorico Martinho da Silva (zona rural do município de Congonhas) e Escola Municipal Meridional (zona urbana do município de Conselheiro Lafaiete). A escola da zona rural de Congonhas foi escolhida em virtude de o PROEMAM ter sido aplicado neste educandário em 2011 e 2012. A escola da zona urbana de Conselheiro Lafaiete foi escolhida em virtude de ser a escola que tem maior número de estudantes do PROEMAM. Neste último município o PROEMAM começou a ser aplicado somente em 2012.

Após a observação de campo e pesquisa em documentação passou-se para a organização dos dados obtidos, visando evidenciar todas as informações, conforme a sua relevância, para os objetivos da pesquisa.

Foram produzidas tabelas, com a finalidade de destacar todas as informações obtidas em uma visualização, que seja a mais transparente possível, destacando o perfil de cada questão obtida e utilizar-se-á da estatística descritiva para que sua análise e interpretação possam atender às questões de interesse da pesquisa.

Para os dados, buscou-se organizá-los de acordo com a importância de cada item, mantendo-se a integridade do sistema de tratamento dentro das variáveis, e observando-se as mensurações de proporções, as percentagens e as medidas, com a finalidade de demonstrá-los de forma que favoreça a apresentação e análise. Os dados qualitativos foram organizados para apresentarem todas as questões que foram consideradas relevantes para atenderem aos objetivos da pesquisa.

Na seção 7 ter-se-á a apresentação e análise desses dados.

7 ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PROGRAMA

É apresentada nesta seção uma comparação dos resultados a que se propôs buscar por meio do presente estudo, contrastando-os com a teoria de base e os objetivos apresentados na introdução.

Ressalta-se que os dados foram coletados em pesquisa de campo, pautada na percepção de quatro públicos distintos diretamente ligados ao programa, ou seja, diretoras/professores e estudantes das escolas onde o programa é desenvolvido, policiais militares que atuam como mediadores no programa e membros da equipe multidisciplinar, sobre o processo de mobilização social realizado na execução do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento e os resultados alcançados à partir da identificação das fases do processo de mobilização.

Foi realizada pesquisa de campo através da distribuição de 324 questionários. Quanto ao público de diretoras/professoras, mediadores e membros da equipe multidisciplinar, a pesquisa foi censitária e, quanto aos estudantes que participam do programa, a pesquisa foi por amostragem aleatória, onde, das 26 escolas onde foi implantado o programa, escolheu-se uma da zona rural e uma da zona urbana de cada município sede dos três Pelotões da 13ª Cia PM Ind MAT, perfazendo-se um total de 240 estudantes dentre os 980 que formaram no PROEMAM no primeiro semestre de 2012.

Embora os questionários tenham perguntas distintas, como observado nos apêndices a este estudo, os dados foram organizados de acordo com a importância de cada item, mantendo-se a integridade do sistema de tratamento dentro das variáveis, e observando-se as mensurações de proporções, as percentagens e as medidas, com a finalidade de demonstrá-los de forma que favoreça a apresentação e análise que se passa a exibir.

7.1 O processo de mobilização social como fator primordial para a eficácia do programa

Um dos objetivos específicos deste estudo é analisar se o processo de mobilização social junto às escolas foi um fator primordial para a eficácia do programa de educação ambiental, ou seja, se o processo de mobilização social foi um meio eficiente e essencial para o alcance dos resultados esperados.

Sobre o processo de mobilização social ser fator de eficiência para a participação escolar no PROEMAM um comparativo das opiniões aponta que 100% dos mediadores, 87% dos membros da equipe multidisciplinar e 94% das diretoras/professoras concordam com a eficiência do processo de mobilização social desenvolvido.

As diretoras e professoras concordaram que houve eficiência da mobilização realizada pelos mediadores junto à comunidade escolar. Esta afirmativa das educadoras assinala que elas assumiram o papel de “Reeditoras” no processo de mobilização ao convidar os pais dos estudantes a participarem da reunião com os mediadores na escola. Esta ação permitiu que os mediadores pudessem continuar com o trabalho de mobilização junto aos pais, demais funcionários e estudantes, cujo resultado se mostra quando os pais sinalizaram positivamente a participação dos filhos no programa.

Tanto os mediadores quanto os membros da Equipe Multidisciplinar demonstraram acreditar que o processo de mobilização social foi um meio eficiente para se chegar à eficácia do PROEMAM, considerando que os métodos e procedimentos planejados conseguiram mobilizá-los à participar e entender a relevância o domínio das técnicas de mobilização para atingir o primeiro pilar da sistematização do programa que é a convergência de vontades, ou seja, harmonizar que um grupo de pessoas decida e aja na busca de resultados de um objetivo comum, conforme enfatizado por Toro e Werneck (2007).

TABELA 8

Análise da eficiência da mobilização social para a participação da comunidade escolar no PROEMAM segundo mediadores, equipe multidisciplinar e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Eficiência da Mobilização Social | Mediadores | | Equipe Multidisciplinar | | Diretoras / Professoras | |
|----------------------------------|------------|-----|-------------------------|-----|-------------------------|-----|
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| Sim | 6 | 100 | 7 | 87 | 59 | 94 |
| Parcialmente | - | - | 1 | 13 | 2 | 3 |
| Não | - | - | - | - | - | - |
| Não sei | - | - | - | - | - | - |
| Sem resposta | - | - | - | - | 2 | 3 |
| Totais | 6 | 100 | 8 | 100 | 63 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento

Nota-se que 28% das diretoras e professoras acreditam que houve pouca divulgação sobre o trabalho. Em contrapartida, 25% afirmaram que ocorreu baixa assimilação da comunidade escolar (TAB. 9). Entretanto, estes resultados contradizem os resultados da (TAB. 8), onde 94% das diretoras e professoras consideraram que a mobilização social foi eficiente para a participação da comunidade escolar.

Esta contradição não se explica pela ineficiência no processo de mobilização, considerando que antes do início das atividades do programa com os estudantes, foram planejadas e realizadas reuniões com diretoras, professoras, pais e funcionários das escolas momento que foram apresentados os princípios, os conceitos, os objetivos e o desenvolvimento do PROEMAM.

Outros obstáculos identificados no processo de mobilização escolar apontados pelas educadoras foram:

- obstáculos financeiros para a solução de muitos problemas identificados na escola;
- dificuldade de eliminar hábitos já arraigados que são contrários à consciência ecológica;
- sobrecarga de obrigações que o currículo impõe exigindo que boa parte do tempo seja gasto com elas;
- acúmulo de conteúdos e ou atividades que precisam ser desenvolvidas durante o ano;
- falta de políticas com relação a reciclagem de lixo;
- falta de parcerias para a ampliação e melhoria do projeto junto a comunidade escolar;
- pequena disponibilidade de tempo da comunidade escolar, até mesmo dos policiais Militares Ambientais.

Nota-se que alguns obstáculos apontados não têm relação direta com o processo de mobilização social, mas sim com a administração do educandário

Os mediadores confirmam as informações colhidas das diretoras e professoras. Apesar das dificuldades apresentadas pelos mediadores, foram eficientes na mobilização da comunidade escolar, considerando que 94% das diretoras e professoras afirmaram que a mobilização realizada por eles (mediadores) foi eficiente (TAB. 8).

Nas transcrições das respostas de três mediadores, estes apontaram outros obstáculos identificados no processo de mobilização escolar:

- funcionários desmotivados por problemas financeiros em virtude de salários atrasados;
- que a falta de contato com o funcionário e com a professora da escola pode interferir e até ser um obstáculo no processo de mobilização;
- falta de orientação técnica sobre metodologia de mobilização social (como fazer uma reunião, como colher um Feedback, como definir prioridades, como combater o individualismo).

Embora um mediador tenha relatado ter encontrado dificuldades por “falta de técnicas sobre metodologia de mobilização social”, verifica-se pelos resultados contidos nas tabelas 25 e 26, quando, na visão dos estudantes, o programa contribui para a mudança de seus comportamentos em relação ao meio ambiente.

Por outro lado, na visão de 49% dos integrantes da equipe multidisciplinar não ocorreu obstáculos que interferissem no processo de mobilização social, contudo, 25% apontaram como obstáculo o desinteresse da comunidade escolar.

Os dados da presente tabela, em âmbito geral, sugere a hipótese de não ter ocorrido o exercício dos distintos papéis do processo de mobilização social em alguns educandários, considerando que, à partir do momento de aceitação da execução do programa na escola, diretoras e professoras deveriam assumir a função de “Reeditoras” no processo.

TABELA 9

Identificação dos obstáculos no processo de mobilização escolar no PROEMAM segundo mediadores, equipe multidisciplinar e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Identificação dos obstáculos no processo de mobilização escolar | Mediadores | | Equipe Multidisciplinar | | Diretoras / Professoras | |
|---|------------|-----|-------------------------|-----|-------------------------|-----|
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| Não houve óbices | - | - | 4 | 49 | - | - |
| Desinteresse da comunidade escolar | 2 | 22 | 2 | 25 | 8 | 11 |
| Pouca divulgação sobre o trabalho | 2 | 22 | - | - | 20 | 28 |
| Baixa assimilação pela comunidade escolar | 2 | 22 | 1 | 13 | 18 | 25 |
| Outras | 3 | 34 | 1 | 13 | 16 | 22 |
| Sem resposta | | | | | 10 | 14 |
| Totais | 9 | 100 | 8 | 100 | 72 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento
Foi aceito mais de uma resposta
Percentuais arredondados

Observa-se que 50% dos mediadores, 62% dos membros da Equipe Multidisciplinar e 50% dos profissionais da educação não perceberam desinteresse da comunidade escolar em participar do PROEMAM (TAB. 10). Estes dados são positivos no que se refere a eficiência do processo de mobilização social junto à comunidade escolar, considerando no planejamento atentou-se para a complexidade do processo de mobilização social atrelado a complexidade inerente à educação ambiental crítica proposta.

Dentre as várias transcrições pertinentes a outras causas de desinteresses apontadas pelos três grupos, cabe ressaltar aquelas comuns, ou seja, a sobrecarga de atividades exercidas pelas escolas e a falta de empenho e dedicação de alguns profissionais.

Algumas causas apontadas pelos grupos não tem relação direta com o processo de mobilização social, mas com políticas internas de alguns educandários, como por exemplo, a falta de funcionários e o atraso de pagamentos destes.

TABELA 10

Causas de desinteresse de participação da comunidade escolar no PROEMAM segundo mediadores, equipe multidisciplinar e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Causas de desinteresse de participação da comunidade escolar | Mediadores | | Equipe Multidisciplinar | | Diretoras / Professoras | |
|--|------------|-----|-------------------------|-----|-------------------------|-----|
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| Tranquilidade vivenciada na escola | - | - | 1 | 13 | 3 | 5 |
| Pouco conhecimento sobre o trabalho | 3 | 50 | - | - | 16 | 25 |
| Não percebeu desinteresse | - | - | 5 | 62 | 31 | 50 |
| Outras | 3 | 50 | 2 | 25 | 9 | 14 |
| Sem resposta | - | - | | | 4 | 6 |
| Totais | 6 | 100 | 8 | 100 | 63 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento

Foi aceito mais de uma resposta

Percentuais arredondados

Verifica-se que 100% dos membros da Equipe Multidisciplinar e 96% das diretoras e professoras afirmaram conhecer o desenvolvimento correto das atividades do PROEMAM (TAB. 11).

Este resultado significa que o processo de mobilização social foi executado com eficiência na etapa em que os mediadores, na condição de “Produtores Sociais”, apresentaram a

proposta pedagógica, o material didático e os objetivos a serem alcançados às diretoras e professoras, pois, cumpriram a orientação de Toro e Werneck (2007), quanto à apresentação de metas e a estrutura do programa, contribuindo para a sua compreensão, difusão, bem como para o alcance do objetivo da mobilização, naquele momento, que era a aceitação da execução do programa dentro do educandário. Para se atingir os objetivos do programa é necessário que os “Reeditores”, identificados e mobilizados, conheçam e queiram participar das atividades desenvolvidas no programa.

Os aspectos positivos verificados nesta tabela permitem entender que ocorreram em virtude do acompanhamento sistemático da equipe multidisciplinar, a qual, além da avaliação, apresentava sugestões visando o aprimoramento constante quanto a execução do programa, caracterizando, desta forma, a sistematização e continuidade do PROEMAM.

O resultado desta tabela revela ainda a abertura de espaço para o início do policiamento ambiental preventivo dentro do ambiente escolar, conforme orientado na Instrução nº 3.03.01/2009-CG, que regula a atuação da Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente.

TABELA 11

Conhecimento do desenvolvimento correto das atividades do PROEMAM segundo equipe multidisciplinar e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Desenvolvimento correto das atividades do PROEMAM | Equipe Multidisciplinar | | Diretoras / Professoras | |
|---|-------------------------|-----|-------------------------|-----|
| | Abs. | % | Abs. | % |
| Sim | 8 | 100 | 61 | 96 |
| Não | - | - | 1 | 2 |
| Parcialmente | - | - | 1 | 2 |
| Totais | 8 | 100 | 63 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Notas: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento

Nota-se 98% dos profissionais da educação afirmaram conhecer os objetivos do programa (TAB. 12). Estes dados são reforçados no momento em que as diretoras e professoras transcrevem o entendimento pessoal em relação aos objetivos do programa. Constata-se a convergência das respostas, bem como o alinhamento no que se refere à competência e habilidade dos estudantes. Estas educadoras perceberam que os objetivos sugerem a necessidade de mudança de comportamento, como meio de desenvolver uma conscientização que, por sua vez, contribuirá na tomada de decisão dos estudantes, visando a sustentabilidade e qualidade de vida.

O entendimento destas profissionais quanto ao objetivo atende ao pressuposto básico do processo de mobilização social em relação à maneira de pensar e agir destes educadores no próprio campo de atuação. Fica evidenciada a predisposição destas educadoras em contribuir e participar da execução do programa, visando a concretização dos objetivos do PROEMAM.

TABELA 12

Conhecimento sobre objetivos do PROEMAM segundo diretoras / professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Conhecimento sobre objetivos do PROEMAM | Valores | |
|---|-----------|------------|
| | Abs. | (%) |
| Sim | 62 | 98 |
| Não | - | - |
| Não sei | - | - |
| Não me recordo | - | - |
| Sem resposta | 1 | 2 |
| Totais | 63 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Notas: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento

Observa-se que o processo de mobilização social desencadeado pelos mediadores junto às escolas, em especial com as diretoras e professoras, foi eficiente e eficaz, considerando que 63% avaliaram esta etapa da mobilização social como excelente e outras 37% avaliaram como boa (TAB. 13).

Este reconhecimento sugere que a mobilização foi executada conforme planejada e atingiu o objetivo na mobilização destes profissionais (diretoras e professoras) que naquele momento legitimaram e deram credibilidade ao PROEMAM como instrumento capaz de identificar e problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas, conforme assevera Carvalho (2012).

TABELA 13

Avaliação do processo de mobilização social desenvolvida pelos mediadores nos educandários segundo diretoras/professoras das escolas atendidas pelo PROEMAM na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Avaliação do processo de mobilização social | Valores | |
|---|---------|-----|
| | Abs. | (%) |
| Excelente | 40 | 63 |
| Bom | 23 | 37 |
| Regular | - | - |
| Ruim | - | - |
| Totais | 63 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Notas: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento

Verifica-se o equilíbrio do número de estudantes da zona rural (46%) e zona urbana (54%) submetidos ao programa (TAB. 14).

Estes dados revelam a coerência com as proposições do PROEMAM, ou seja, o fiel acatamento quanto a trabalhar nas distintas realidades socioambientais, confirmando a importância da fragmentação do espaço, à partir do princípio da vulnerabilidade socioambiental, baseado na realização do diagnóstico prévio.

TABELA 14

Local de moradia dos estudantes das escolas atendidas pelo PROEMAM na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Local de moradia | Valores | |
|------------------|---------|-----|
| | Abs. | (%) |
| Zona Urbana | 120 | 54 |
| Zona Rural | 101 | 46 |
| Totais | 221 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Percentuais arredondados

Nota-se que 99% dos estudantes afirmaram que participaram das atividades do programa (TAB. 15). Os mediadores foram competentes ao conseguir que quase a totalidade dos estudantes participasse do programa.

TABELA 15

Participação nas atividades do PROEMAM segundo estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Participação das atividades do PROEMAM | Valores | |
|--|------------|------------|
| | Abs. | (%) |
| Sim | 218 | 99 |
| Não | 3 | 1 |
| Totais | 221 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Percentuais arredondados

Observa-se que 100% dos estudantes que participaram das atividades do PROEMAM gostaram de tomar parte destas (TAB. 16). Este resultado está relacionado com a aplicação correta da metodologia pedagógica adotada pelo PROEMAM.

Os mediadores fomentaram o processo de mobilização social junto aos estudantes, estabelecendo uma rede social local, mais precisamente, dentro do ambiente escolar, um dos objetivos almejados pelo programa, contribuindo para a eficácia do PROEMAM.

TABELA 16

Satisfação em participar das atividades do PROEMAM segundo estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Satisfação em participar das atividades do PROEMAM | Valores | |
|--|------------|------------|
| | ABS | (%) |
| Sim | 218 | 100 |
| Não | - | - |
| Totais | 218 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento

Com relação ao tipo de atividade mais interessante do programa (TAB. 17), 36% dos estudantes consideraram a realização das visitas às instituições, órgãos públicos ou privados que possuíam relação direta com o problema ambiental escolar por eles eleito; outros 33% apontaram o Clubinho Ambiental e 17% afirmaram ter gostado das estórias do fichário.

Nota-se a eficácia dos resultados em virtude do planejamento eficiente das atividades do PROEMAM em três momentos distintos. As estórias do fichário, base para a realização das proposições contidas no projeto político pedagógico, são trabalhadas em seis encontros entre os mediadores e os estudantes, ou seja, metade das atividades programadas. A

flexibilidade dos temas ambientais nas estórias permite os mediadores, dentro do planejamento para cada encontro, provocar e estimular o interesse dos estudantes em relação ao meio ambiente escolar onde estavam inseridos, resultando na vontade em participar do Clubinho Ambiental, como forma de desafio e, conseqüentemente, da visita que auxiliaria no entendimento mais apurado do problema eleito, bem como, aquisição de conhecimentos voltados para solução ou minimização do problema.

TABELA 17

Atividades do PROEMAM mais interessantes segundo estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Atividades mais interessantes do PROEMAM | Valores | |
|--|------------|------------|
| | Abs. | (%) |
| Estórias do fichário | 38 | 17 |
| Visita | 80 | 36 |
| Clubinho Ambiental | 74 | 33 |
| Desenhos | 19 | 9 |
| Outros | 10 | 5 |
| Totais | 221 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Percentuais arredondados

Verifica-se que 99% dos estudantes acreditam na importância do desenvolvimento do PROEMAM na escola (TAB. 18). Estes resultados reforçam a necessidade da sistematização e da continuidade da educação ambiental. Permitem entender a eficácia do programa, tendo como determinante o processo de mobilização social realizado na concepção e execução, o que leva a crer na constância da mobilização em todas as etapas do programa.

TABELA 18

Importância do PROEMAM na escola segundo estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Importância do PROEMAM na escola | Valores | |
|----------------------------------|------------|------------|
| | Abs. | (%) |
| Sim | 218 | 99 |
| Não | 3 | 1 |
| Totais | 221 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Percentuais arredondados

Os dados contidos na TABELA 19 estão diretamente relacionados com os dados da TABELA 18. Os estudantes continuam mobilizados e, por conseguinte, podem vir a assumir o papel de “Reeditores” dentro do ambiente escolar e na comunidade onde estão inseridos, facilitando a aproximação da polícia com a comunidade, possibilitando, desta forma, o início do policiamento ambiental preventivo.

TABELA 19

Interesse em continuar participando do PROEMAM segundo estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Interesse em continuar participando do PROEMAM | Valores | |
|--|---------|-----|
| | Abs. | (%) |
| Sim | 219 | 99 |
| Não | 2 | 1 |
| Totais | 221 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Percentuais arredondados

7.2 Contribuição do processo de mobilização social para o alcance dos objetivos do programa e sua convergência em relação aos propósitos da Corporação

Outro objetivo deste trabalho é analisar se o processo de mobilização social contribuiu para o alcance dos objetivos propostos pelo PROEMAM e sua convergência em relação aos propósitos da Corporação, considerando o disposto na Instrução nº. 3.03.01/2009 – CG, que regula a Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente (PPMAmb) e o disposto na Diretriz nº. 3.01.06/2011 – CG, que regula a aplicação da filosofia de polícia comunitária pela PMMG.

Nota-se que 50% dos mediadores, 100% dos membros da Equipe Multidisciplinar e 68% das diretoras e professoras concordam que o PROEMAM está contribuindo muito para a melhoria do ambiente escolar (TAB. 20).

Estes resultados apontam que o processo de mobilização social desencadeado pelos mediadores, junto aos estudantes, foi positivo. Conseguiram despertar nos estudantes o desejo de buscar, junto aos “Reeditores” internos da escola, ou seja, diretoras, professoras, funcionários e demais estudantes, a melhoria do ambiente escolar. Transparece, neste momento, a competência e habilidade dos estudantes para propor e adotar comportamentos

socioambientais que contribuem para minimização ou solução dos problemas detectados no ambiente escolar.

TABELA 20

Contribuição para melhoria do ambiente escolar após execução do PROEMAM segundo mediadores, equipe multidisciplinar e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Contribuição para a melhoria do ambiente escolar | Mediadores | | Equipe Multidisciplinar | | Diretoras / Professoras | |
|--|------------|-----|-------------------------|-----|-------------------------|-----|
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| Contribui muito | 3 | 50 | 8 | 100 | 43 | 68 |
| Contribui em parte | 3 | 50 | - | - | 20 | 32 |
| É indiferente | - | - | - | - | - | - |
| Não contribui | - | - | - | - | - | - |
| Totais | 6 | 100 | 8 | 100 | 63 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento

Buscou-se avaliar se a escola, após aplicação do PROEMAM, realizou atividades visando a preservação/proteção ambiental. Verifica-se que 67% dos mediadores e diretoras/professoras afirmaram que foram promovidas atividades ambientais pelas escolas (TAB. 21).

Aflora a eficiência do processo de mobilização realizado pelos mediadores e demais “Reeditores” da escola junto aos estudantes. Houve o compartilhamento do conhecimento, resultando em ações práticas. Isto significa que os mediadores conseguiram atingir a segunda etapa do processo de mobilização dentro do ambiente escolar, ou seja, a transformação do desejo em disposição para a ação, conforme preconizado por Toro e Werneck (2007).

Os mediadores educadoras citaram como eventos promovidos pelas escolas, após a realização do PROEMAM, os seguintes:

- colocação de lixeiras e cartazes instrutivos nos pátios e corredores das escolas;
- realização de palestras;
- passeatas e passeio ciclístico;
- exposição de fotos, onde as crianças retrataram o ambiente em que elas vivem;
- exposição de trabalhos e participação dos estudantes em eventos externos voltados para a conscientização ambiental;

- apresentações musicais e teatrais relacionadas ao tema meio ambiente;
- pintura da escola, trocas de portas e lixeiras quebradas;
- realização de feira e gincana ecológica;
- realização de concurso de produção de textos com o tema voltado para o meio ambiente;
- realização de trabalhos voltados para o conhecimento e reconhecimento da Comunidade, buscando propor ações para a resolução de problemas que afetam o meio ambiente;
- os estudantes do PROEMAM repassaram orientações para os estudantes menores sobre separação correta do lixo;
- realização de passeatas para mobilização a favor da coleta seletiva de lixo e revitalização de praça;
- realização de abaixo-assinado da comunidade e uma carta ao Prefeito Municipal para a construção de uma Unidade de Triagem e Compostagem no município de São João Del Rei,
- distribuição e colocação de lixeiras nas ruas da cidade;
- plantio de mudas de árvores.

Os dados também apontam para a convergência do programa em relação aos propósitos da Corporação, em especial os objetivos da filosofia de Policia Comunitária, bem como aqueles contidos na Instrução que regula a patrulha de prevenção à degradação do meio ambiente.

TABELA 21

Realização de eventos e/ou atividades pelos educandários visando à preservação/proteção ambiental após aplicação do PROEMAM segundo mediadores e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Realização de eventos e/ou atividades pelos educandários visando à preservação/proteção ambiental | Mediadores | | Diretoras / Professoras | |
|---|------------|-----|-------------------------|-----|
| | Abs. | % | Abs. | % |
| Sim | 4 | 67 | 42 | 67 |
| Não | 2 | 33 | 21 | 33 |
| Não sei | - | - | - | - |
| Não me recordo | - | - | - | - |
| Totais | 6 | 100 | 63 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Notas: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento
Percentuais arredondados

Buscou-se avaliar se os estudantes, após aplicação do PROEMAM, realizaram ações ambientais. Nota-se que 50% dos mediadores e 79% das diretoras e professoras confirmaram que foram promovidas ações pelos estudantes (TAB. 22), a saber:

- confecção de cartazes e lixeiras;
- realização de palestras;
- mobilização para realização de reparos em torneiras com vazamentos;
- separação de lixo;
- realização de campanhas para se evitar sujar as paredes da escola e jogar lixo no chão;
- identificação das lixeiras e divulgação de orientações para recolhimento correto do lixo durante o recreio;
- campanhas junto aos demais estudantes objetivando orientar quanto ao uso correto das lixeiras, não desperdício de água mantendo as torneiras devidamente fechadas;
- coletas de lixo nas salas de aulas após término das aulas;
- adoção de práticas que visem conservar a escola limpa;
- plantio de flores e árvores na escola;
- realização de passeata e visita do clubinho ambiental às casas do bairro para repasse de orientações e observação do ambiente da comunidade;
- iniciativa em fazer um ofício ao Prefeito solicitando a criação da Unidade de Triagem e Compostagem (UTC) em São João Del Rei.

A mobilização social junto aos estudantes promoveu resultados positivos em relação à mudança de atitudes e aquisição de habilidades para realização de ações práticas no ambiente escolar e no seu entorno, criando um ambiente favorável para o estabelecimento de uma rede social.

TABELA 22

Realização de ações ambientais pelos estudantes após aplicação do PROEMAM segundo mediadores e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM
Ind MAT - 2012

| Realização de ações ambientais pelos estudantes após aplicação do PROEMAM | Mediadores | | Diretoras / Professoras | |
|---|------------|------------|-------------------------|------------|
| | Abs. | % | Abs. | % |
| Sim | 3 | 50 | 50 | 79 |
| Não | 2 | 33 | 12 | 19 |
| Não sei | - | - | 1 | 2 |
| Não me recordo | - | - | - | - |
| Sem resposta | 1 | 17 | - | - |
| Totais | 6 | 100 | 63 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Notas: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento
Percentuais arredondados

Nota-se que 100% dos mediadores e 77% das diretoras e professoras perceberam mudança de comportamentos dos estudantes quanto a aspectos ambientais após aplicação do PROEMAM (TAB. 23). Entre as mudanças observadas são relatadas:

- limpeza das salas e economia de papel;
- minimização do odor fétido do banheiro dos meninos e diminuição da poluição visual dentro dos banheiros;
- evitam desperdício de alimentos;
- conscientização sobre o destino correto do lixo;
- maior interesse em atividades sobre o tema meio ambiente;
- reaproveitamento de materiais na escola;
- repasse de orientações aos demais alunos dentro e fora da escola;
- dialogo com os pais sobre desmatamento, queimadas e preservação das nascentes;
- maior capricho com os materiais escolares;
- redução do lixo e do consumo e desperdício de água;
- as escolas estão permanecendo sem pichações nas áreas restauradas e reduziram a quantidade de lixo produzida durante o recreio;
- as escolas mais limpas, com alunos mais críticos, preocupados com o ambiente escolar e mais unidos;
- maior preocupação com os animais, com a utilização da água, com o lixo, com o desmatamento, com as queimadas e com a reutilização e reciclagem;
- auto policiamento, censo crítico em relação a atitudes ambientais;
- preocupação com o meio ambiente no sentido de economizar recursos e aplicação prática de valores éticos e morais.

Os mediadores, considerando as distintas realidades socioambientais (zona rural e urbana), conseguiram mobilizar os estudantes quanto à compreensão destes ambientes, bem como, a conscientização da utilização dos recursos naturais e artificiais de forma responsável, alcançando, desta forma, o objetivo específico descrito no projeto político pedagógico.

TABELA 23

Mudança de comportamento dos estudantes em relação aos aspectos ambientais pós PROEMAM, segundo mediadores e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Mudança de comportamento dos estudantes em relação aos aspectos ambientais pós PROEMAM | Mediadores | | Diretoras / Professoras | |
|--|------------|-----|-------------------------|-----|
| | Abs. | % | Abs. | % |
| Sim | 6 | 100 | 49 | 77 |
| Não | - | - | 1 | 2 |
| Parcialmente | - | - | 13 | 21 |
| Não sei | - | - | - | - |
| Sem resposta | - | - | - | - |
| Totais | 6 | 100 | 63 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Notas: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento
Percentuais arredondados

Verifica-se que 50% dos mediadores e 56% das diretoras e professoras foram demandadas pelo “Clubinho Ambiental” quanto à promoção de ações para melhoria do ambiente escolar (TAB. 24).

Observa-se que o objetivo geral do programa foi alcançado, ou seja, se os estudantes, após submetidos ao programa, adquiriram habilidades e competências para proporcionar a qualidade de vida no ambiente escolar, através do processo de mobilização. Entre as solicitações formuladas pelos estudantes, destacam-se:

- aquisição lixeiras e realização de palestras relativas ao problema lixo;
- reparos na instalação hidráulica e aquisição de latas com tampas pra recolher o lixo;
- realização de serviços de revitalização de pintura da escola;
- recolhimento de entulhos dentro do ambiente escolar e construção de cercas de segurança;
- solicitação à prefeitura municipal de barbacena para a realização da coleta de lixo na comunidade;
- autorização para visitarem as demais turmas a fim de orientar sobre a necessidade de preservar o espaço da escola;
- pediram pá e vassoura para a conservação da limpeza nas salas;
- Colocação de mais lixeiras no ambiente escolar;
- colocação de novos coletores de lixo e implementação da compostagem;
- solicitação para não deixar as luzes acesas;

- orientação para evitar desperdício de alimento e campanha para diminuir o lixo na escola.

O objetivo do programa foi alcançado, pois, despertou nos estudantes habilidades e competências no que tange a realização de um processo de mobilização social interna e externa, visando a adoção de medidas exequíveis para a melhoria do ambiente escolar. Os mediadores conseguiram fazer com que os estudantes agissem no seu campo de atuação, através do “Clubinho Ambiental”.

TABELA 24

Recebimento de demandas do “Clubinho Ambiental” para melhoria do ambiente escolar segundo mediadores e diretoras/professoras das escolas atendidas pelo programa na 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Recebimento de demandas do “clubinho ambiental” para melhoria do ambiente escolar | Mediadores | | Diretoras / Professoras | |
|---|------------|-----|-------------------------|-----|
| | ABS. | % | Abs. | % |
| Sim | 3 | 50 | 36 | 56 |
| Não | 3 | 50 | 25 | 40 |
| Não sei | - | - | 1 | 2 |
| Sem resposta | - | - | 1 | 2 |
| Totais | 6 | 100 | 63 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Notas: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento
Percentuais arredondados

Observa-se que 97% dos estudantes alegam ter mudado de atitudes ou maneira de se comportar, em relação ao meio ambiente, na escola, em casa ou na rua, e que esta mudança ocorreu após participação deles no PROEMAM (TAB. 25).

Desta forma, o objetivo geral do programa foi alcançado, no que tange a adoção de comportamentos socioambientais pelos estudantes que visem a contribuir para a sustentabilidade e a qualidade de vida, considerando ainda as mudanças de atitudes ou comportamentos adquiridas após o programa:

- Reciclar, preservar as matas, queimadas;
- Não jogar lixo no chão;
- Não jogar papel na rua, rio e muitas outras coisas;
- De respeito ao Meio Ambiente;
- Não rabiscar as paredes;
- Não desperdiçar água;
- Não arrancar plantas;

- Não colocar os pés na parede;
- Não fazer bagunça e responder;
- Fazer tudo para não poluir o meio ambiente;
- Começou a estudar mais;
- Não deixar luzes acesas;
- Tomar banho mais depressa;
- Não pegar mais passarinhos;
- “Eu não respeitava as pessoas, eu fazia muita bagunça, eu juntava com muitos meninos que me levava em mau caminho”.

Percebe-se a eficácia no alcance não somente do objetivo de mudança de comportamentos socioambientais como também na construção de valores voltados para a cidadania, democracia, respeito e solidariedade. A metodologia pedagógica adotada pelo programa possibilitou aos mediadores trabalhar a construção destes valores abordando a importância do trabalho coletivo, da união de forças, da necessidade de planejamento, à partir de um diagnóstico, para se chegar aos objetivos traçados, principalmente a corresponsabilidade.

TABELA 25

Mudança de comportamento ambiental pós PROEMAM segundo os estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Mudança de comportamento ambiental pós PROEMAM | Valores | |
|--|---------|-----|
| | Abs. | (%) |
| Sim | 214 | 97 |
| Não | 7 | 3 |
| Totais | 221 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Percentuais arredondados

Nota-se que 97% dos estudantes acreditam que a mudança de cada um, quanto ao comportamento ambiental pode contribuir para melhoria da qualidade de vida (TAB. 26). Estes valores apontam a convergência de vontades, significando um passo importante dado pelos estudantes para a continuidade do processo de mobilização social dentro da escola.

O objetivo de promover a compreensão de pensar global e agir local foi alcançado quando os estudantes entenderam ser necessário conhecer o meio ambiente onde estão inseridos e os ambientes existentes nas diversas comunidades e suas inter-relações.

Os estudantes apontaram o que pode influenciar a mudança de seus comportamentos e de suas atitudes, em relação ao meio ambiente:

- porque está preservando o meio ambiente;
- porque vai ajudar o planeta;
- porque quanto menos pessoas jogarem lixo no chão melhor;
- porque após o PROEMAM eu tomei uma consciência de cuidar do meio ambiente;
- porque eu estou mantendo minha vida melhor;
- porque vai diminuir a poluição;
- a minha vida vai ficar muito boa sem lixo, sem desmatar e sem queimadas;
- se cada um fizer a sua parte o planeta vai ficar melhor;
- estou conservando o meio ambiente;
- porque economizando água terá mais água no mundo;
- porque no futuro a vida pode ser melhor;
- porque não brigo mais.

TABELA 26

Influência da mudança de comportamento ambiental na melhoria da qualidade de vida segundo estudantes do PROEMAM das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª
Cia PM Ind MAT – 2012

| Influência da mudança de comportamento ambiental na melhoria da qualidade de vida | Valores | |
|---|---------|-----|
| | Abs. | (%) |
| Sim | 215 | 97 |
| Não | 6 | 3 |
| Totais | 221 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Percentuais arredondados

Observa-se que 92% dos estudantes comentaram com seus familiares a respeito das atividades do PROEMAM (TAB. 27). Assim, no processo de mobilização social desenvolvido pelos mediadores junto aos estudantes, a eficácia ocorreu à partir do momento que estes estudantes comentavam com seus familiares sobre as atividades desenvolvidas, colocando-os na condição de “Reeditores”.

Estes dados possibilitam entender que o objetivo proposto no programa em relação ao fomento do processo de mobilização social, visando estabelecer uma rede social local foi alcançado, uma vez que permitiu que o programa chegasse ao conhecimento das famílias, através das crianças, possibilitando, em tese, a facilitação para a atuação da PPMamb.

TABELA 27

Divulgação do PROEMAM à família segundo estudantes das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Divulgação do PROEMAM a família | Valores | |
|---------------------------------|------------|------------|
| | Abs. | (%) |
| Sim | 204 | 92 |
| Não | 17 | 8 |
| Totais | 221 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: Percentuais arredondados

Verifica-se que 30% dos estudantes, maior índice percentual, reconheceram que o programa foi o instrumento que mais trouxe informações a eles sobre o meio ambiente (TAB. 28).

Outro dado importante depreendido está relacionado ao baixo percentual de estudantes que manifestaram ter tido informações sobre o meio ambiente através da TV (10%) e da Internet (7%). Estes dados podem ser justificados pelo fato do programa ser realizado em áreas consideradas de vulnerabilidade socioambiental, ou seja, muitos não têm acesso a estes meios de comunicação.

Estes dados permitem ainda entender que o PROEMAM foi eficaz, uma vez que, conseguiu satisfazer destes estudantes, parte da sociedade, por meio do suprimento de um serviço, neste caso, através da educação ambiental (Chiavenato, 1998).

TABELA 28

Fontes de informações sobre o meio ambiente segundo estudantes do PROEMAM das escolas atendidas pelo programa na área da 13ª Cia PM Ind MAT - 2012

| Fontes de informações sobre o meio ambiente | Valores | |
|---|------------|------------|
| | Abs. | (%) |
| Amigos | 36 | 13 |
| Família | 45 | 16 |
| Escola | 71 | 24 |
| PROEMAM | 89 | 30 |
| TV | 28 | 10 |
| Internet | 19 | 7 |
| Outros | - | - |
| Totais | 288 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Notas: Sinal convencional: (-) dado numérico igual a zero não resultado de arredondamento

Foi aceito mais de uma resposta

Percentuais arredondados

A última fase do processo da mobilização social do PROEMAM ocorre dentro da sala de aula junto aos estudantes, quando os mediadores procuram despertar neles a percepção da necessidade de mudança de comportamentos socioambientais para uma melhor qualidade de vida.

Esta é a fase que pode ser considerada com uma das mais importantes do processo de mobilização social na execução do programa, considerando que, futuramente, estas crianças, principais clientes desse instrumento de educação, voltado para a construção de valores, habilidades, competência na tomada de decisão frente aos problemas socioambientais, podem vir a assumir a condição de “Produtores Sociais” no ambiente escolar e nas respectivas comunidades.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a compreensão deste objeto de estudo, delimitado pelo tema a importância da mobilização social na execução do programa de educação ambiental na área da 13ª Cia PM Ind MAT, no período de 2010 a 2012, buscou-se, inicialmente, conhecer e compreender a amplitude conceitual da educação ambiental, da mobilização social, da gestão policial baseada nos princípios da administração pública gerencial, tendo como referenciais as obras de Sachs (1993), Choo (2003), Dias (2004), Henriques (2004), Leitão (2004) Castro (2006), porém, como principais referências teóricas foram utilizados os conceitos propostos por Carvalho (2012), Toro e Werneck (2007) e Chiavenato (1998).

A obra de Carvalho (2012) selecionada para a sustentação teórica desta pesquisa oferece subsídios para a compreensão da visão crítica quanto à educação ambiental realizada de forma sistematizada e continuada, bem como a sua complexidade.

Por outro lado, a obra selecionada de Toro e Werneck (2007) proporcionou compreender o papel fundamental da mobilização social, dentro da educação ambiental, como meio prático para o desenvolvimento da concepção e execução do PROEMAM nas escolas.

A obra de Chiavenato (1998) possibilitou conhecer os princípios da eficiência e da eficácia utilizados na administração pública gerencial, permitindo a avaliação do processo de mobilização social quando da concepção e execução do PROEMAM na área da 13ª Cia PM Ind MAT.

A seção 5, destinada a caracterização do objeto de estudo, buscou apresentar a 13ª Cia PM Ind MAT e o Programa Educacional Meio Ambiente e Movimento (PROEMAM). Dentro do contexto da 13ª Cia Ind MAT, procurou caracterizar a área de atuação da Unidade, levando em consideração suas especificidades relacionadas ao patrimônio natural, cultural, econômico, turístico e operacional.

Na caracterização do PROEMAM abordou as justificativas que levaram a criação e o desenvolvimento do programa quanto ao processo de mobilização social, em suas fases, como meio de concepção e execução. Abordou ainda, como ocorreu o estabelecimento do “horizonte imaginário” e do “horizonte ético”, dentro dos conceitos de educação ambiental crítica; a criação do projeto político pedagógico com a definição de suas metodologias pedagógicas e avaliativas; a elaboração do material didático e estruturação do programa e,

por fim, os diversos papéis assumidos pelos atores sociais envolvidos no processo de mobilização social.

A razão primordial para a criação do PROEMAM, na visão do Gestor da 13ª Cia PM Ind MAT, àquela época, se justificava na apresentação de uma sugestão voltada para o desenvolvimento do início do processo do policiamento ambiental preventivo, de forma sistematizada e continuada, considerando o disposto na ação estratégica nº 8.3.3.4 do Plano Estratégico 2009 – 2011 da PMMG, elaborado a partir da reformulação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) para o período de 2007 a 2023, do Governo do Estado de Minas Gerais; da observância do direito difuso previsto no Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como da Lei Federal 9 795 / 99 e ainda, o entendimento dos diversos conceitos complexos e norteadores voltados para o desenvolvimento de ações práticas voltadas para a educação ambiental.

Para analisar o processo de mobilização social desenvolvido pela 13ª Cia PM Ind MAT na execução do Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento (PROEMAM) foi necessário buscar a compreensão do início da sua concepção, considerando a participação dos diversos atores sociais dentro da complexidade do processo de mobilização social. Para tanto, esta análise ocorreu em três momentos distintos, a saber:

- 1ª Fase - O estabelecimento do “horizonte imaginário”;
- 2ª Fase – O estabelecimento do “horizonte ético”, caracterizado pelo Projeto Político Pedagógico;
- 3ª Fase – A execução do processo de mobilização social nas escolas.

A 1ª Fase compreendeu na criação da uma equipe interna da Unidade composta por integrantes com conhecimento na área ambiental, com capacidade de entender a complexidade das questões que envolvem o tema meio ambiente e, capazes de apresentar soluções exeqüíveis na criação do anteprojeto. Esta fase foi composta ainda pela definição do melhor método de mobilização social, o qual fora baseado na obra de Toro e Werneck (2007), “Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação”. Também fizeram parte desta fase a concepção e edição de um anteprojeto com o objetivo de definir o “horizonte imaginário” e a definição dos “Reeditores”, ou seja, pessoas que de uma forma direta ou indiretamente tivesse relação ou interesse com tema meio ambiente e, por ultimo, a realização do III Seminário ambiental com o tema: “Educação Ambiental, um passo além do discurso”, com eixos temáticos ligados com conceitos apresentados no “horizonte imaginário”.

Após alcançar os resultados planejados, com eficácia, em virtude das ações desencadeadas na primeira fase do processo de mobilização social surgiram novas demandas de cunho psicopedagógico, marco inicial da segunda fase do processo que consistiu na formação da equipe multidisciplinar. Esta equipe teve como objetivos a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) que permitisse uma abordagem crítica junto aos estudantes do ensino fundamental, alinhado aos princípios e critérios estabelecidos no anteprojeto; a adoção de procedimentos metodológicos capaz de permitir a avaliação do programa junto aos estudantes e as famílias e a definição do material didático. Coube ainda a esta equipe a realização do diagnóstico socioambiental nas escolas municipais de Barbacena e entorno, objetivando conhecer a realidade onde estavam inseridas, o que viabilizaria a escolha dos educandários para experimentação do projeto piloto.

O processo de mobilização social na segunda fase apresentou como resultado o programa com a designação de Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento (PROEMAM), dando condição para o desenvolvimento prático das ações de educação ambiental de forma sistematizada e continuada e, ainda, o início da terceira fase do processo de mobilização social inerente a execução do programa nas escolas.

O PROEMAM, dentro do processo de mobilização social desenvolvido pela 13ª Cia PM Ind MAT, tornou-se o “horizonte ético”, caracterizado pelo projeto político pedagógico que o concebeu. Na terceira fase a Unidade manteve, em um primeiro momento, o papel de “Produtora social”, através dos mediadores, policiais militares ambientais capacitados e habilitados para dar prosseguimento ao processo de mobilização social junto à comunidade escolar.

A atuação do policial militar ambiental antes de assumir o papel de mediador dentro da sala de aula é o de “Produtor Social”, cuja ação é delimitada pela relação dos “Reeditores” ligados diretamente ao público alvo do programa, portanto, o primeiro passo foi mobilizar a Secretaria Municipal de Educação apresentando o “horizonte imaginário” que deu origem ao programa, deixando claro que todo o processo fora concebido de forma participativa, envolvendo diversos seguimentos sociais no que tange à construção, compartilhamento do conhecimento quanto ao entendimento e as inter-relações conceituais do complexo tema meio ambiente, voltado para as ações práticas.

Após a abordagem do breve histórico referente à concepção do programa, o mediador apresentou os objetivos contidos no projeto político pedagógico, bem como o material didático que seria trabalho junto aos estudantes, o período de duração do programa e seus

desdobramentos. Todo esse processo se repetiu com as diretoras, professoras, funcionários da escola, pais e, finalmente, os estudantes.

Durante esta fase do processo de mobilização social executado pelos mediadores, estes salientaram para a comunidade escolar que para se atingir os objetivos propostos pelo programa era importante que cada um, dentro da suas responsabilidades, cumprisse com suas atribuições. Esclareceram que a proposta era unir forças com o objetivo de compartilhar novas visões e que, não deveriam encarar o programa como uma cobrança ou responsabilização, uma vez que tanto o programa quanto a mobilização social é um processo aberto, buscando sempre a participação.

Contudo, para se atingir os objetivos propostos pelo programa, a comunidade escolar mobilizada, principalmente as diretoras e as professoras, após aceitar a execução do programa, o que caracteriza a convergência de vontades, deve assumir o papel de “Reeditoras”, tendo como responsabilidade a continuidade do processo de mobilização social á partir do correto entendimento dos propósitos do programa, considerando sua capacidade de negar, transformar, introduzir e criar sentidos frente aos demais atores que compõe a comunidade escolar, contribuindo para modificar suas formas de pensar, sentir e atuar. No presente estudo verificou-se falha neste processo de informação, considerando que mais da metade das diretoras/professoras, publico alvo da pesquisa, apontaram que houve pouca divulgação sobre o trabalho ou baixa assimilação da comunidade escolar.

Ainda na terceira fase, após a formatura dos estudantes do PROEMAM e início das atividades práticas do “Clubinho Ambiental”, a comunidade escolar passa a exercer também o papel de “Produtora Social”, configurando a co-responsabilidade na resolução/minimização de problemas socioambientais na escola, valendo-se das experiências e valores adquiridos durante o processo de execução do programa. Esta fase do programa ainda está sendo desenvolvida e avaliada.

Dessa forma, considerando os dados da pesquisa de campo, nota-se que parte da comunidade escolar foi mobilizada na execução do PROEMAM, considerando a apuração na pesquisa de desenvolvimento de ações dentro e fora do ambiente escolar, criando a perspectiva para o início de um trabalho de policiamento comunitário ambiental preventivo, a ser executado pela Patrulha de Prevenção Ambiental, conforme dispõe a Instrução nº 3.03.01/2009-CG.

Assim, a seção 7, análise e interpretação dos dados da pesquisa, mostra outros resultados, de acordo com as fases e etapas do processo de mobilização realizado pela 13ª Cia PM Ind MAT, na visão das diretoras/professoras, mediadores, membros da Equipe Multidisciplinar e estudantes.

A hipótese básica deste estudo, considerando os dados obtidos na pesquisa, foi comprovada, ou seja, a eficiência e a eficácia no processo de mobilização social são essenciais para o alcance dos objetivos propostos pelo programa de educação ambiental da 13ª Cia PM Ind MAT.

Verifica-se que o processo de mobilização social realizado pela 13ª Cia PM Ind MAT foi eficiente para a participação da comunidade escolar no PROEMAM, no que diz respeito a escolha dos métodos e o planejamento da execução, bem como, na escolha das pessoas e os materiais utilizados no processo de mobilização, considerando as respostas obtidas na pesquisa, na visão da maioria de três públicos alvos, mediadores, membros da equipe multidisciplinar diretoras/professoras.

O processo de mobilização social foi executado da mesma forma ocorrida na sua concepção, ou seja, os mediadores, na condição de “Produtores Sociais”, seguiram o planejado na etapa em que apresentaram a proposta pedagógica, o material didático e os objetivos a serem alcançados às diretoras e professoras, considerando a avaliação quase unânime das diretoras e professoras, quando afirmaram conhecer o desenvolvimento correto das atividades do PROEMAM. Este resultado aponta a abertura de espaço para o início do policiamento ambiental preventivo dentro do ambiente escolar, conforme orientado na Instrução nº 3.03.01/2009-CG, que regula a atuação da Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente e ainda, representa o fomento do processo de mobilização social visando o estabelecimento de uma rede local para a minimização ou solução dos problemas ambientais dentro da escola, objetivo proposto pelo PROEMAM.

Os profissionais da educação pesquisados demonstraram conhecer os objetivos do programa. Significa que o processo de mobilização social realizado pelos mediadores junto a estes profissionais foi eficiente e eficaz, pois, como resultado alcançado, conseguiram fazer com que estes profissionais percebessem quais os objetivos do programa e que este pode servir de instrumento para o desenvolvimento de uma conscientização dos estudantes. Percebe-se predisposição destes profissionais em contribuir e participar da execução do programa. Trata-se de um momento importante, pois, legitimaram e creditaram ao

PROEMAM como instrumento capaz de identificar e problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas.

Verificou-se a melhoria do ambiente escolar após realização do PROEMAM, opção unânime dos membros da equipe multidisciplinar. Estes resultados apontam que o processo de mobilização social desencadeado pelos mediadores, junto aos estudantes, foi eficiente e eficaz, considerando o planejamento e o resultado alcançado de despertar nos estudantes o desejo pela busca da melhoria do ambiente escolar.

Os dados da pesquisa revelam ainda que ações ambientais foram promovidas pelos estudantes, bem como, as crianças demandaram às professoras e mediadores ações para melhoria do ambiente escolar. Nota-se que foram estimuladas a adotar comportamentos socioambientais que contribuem para sustentabilidade e qualidade de vida, bem como, competentes e hábeis para reconhecer o meio ambiente onde estão inseridas e fomentar o a mobilização social.

Dentro ainda deste aspecto de prevenção, verificou-se a realização de atividades visando a prevenção/proteção ambiental, pela escola, após a aplicação do PROEMAM. Os dados confirmam que ocorreu o compartilhamento do conhecimento os quais resultaram em ações práticas, apontando para a convergência do programa em relação aos propósitos da Corporação, em especial os objetivos da filosofia de Policia Comunitária, bem como aqueles contidos na Instrução que regula a patrulha de prevenção à degradação do meio ambiente.

O processo de mobilização social junto aos estudantes promoveu resultados positivos, na visão dos mediadores e das diretoras e professoras, em relação à mudança de atitudes e aquisição de habilidades para realização de ações práticas no ambiente escolar e no seu entorno. Dentro deste contexto, os mediadores conseguiram promover a compreensão das distintas realidades socioambientais (zona rural e urbana) despertando nos estudantes a conscientização da utilização dos recursos naturais e artificiais de forma responsável, alcançando, desta forma, mais um dos objetivos específicos descritos no projeto político pedagógico

Verifica-se o alcance do objetivo de proporcionar aos estudantes uma reflexão quanto ao ambiente onde estão inseridos, conduzindo-os a pensar global e agir local, considerando que quase todos os estudantes afirmaram ter mudado de atitudes ou maneira de se comportar, em relação ao meio ambiente, na escola, em casa ou na rua, e que esta mudança ocorreu após participação no PROEMAM.

O objetivo proposto no programa de fomentar o processo de mobilização social, visando estabelecer uma rede social local foi alcançado, considerando que mais de 90% dos estudantes afirmaram que comentavam com os seus familiares sobre as atividades do PROEMAM, possibilitando, em tese, a facilitação para a atuação da PPMamb nas comunidades.

Os dados do presente estudo remetem a reflexão quanto a complexidade do desenvolvimento da educação ambiental crítica, considerando que, ao observar o fiel cumprimento da sistematização do programa, principalmente, a sua aplicação em áreas de vulnerabilidade socioambiental, a maioria das crianças reconheceram o programa como principal instrumento de informação sobre o meio ambiente.

Assim, a pergunta de pesquisa elaborada para este estudo, ou seja, se a mobilização social é essencial para o alcance dos objetivos propostos pelo programa de educação ambiental da 13ª Cia PM Ind MAT foi respondida. Da mesma forma, os objetivos propostos, ou seja, analisar se o processo de mobilização social junto às escolas foi um fator primordial para a eficácia do programa e verificar se o processo de mobilização social contribuiu para o alcance dos objetivos do programa e sua convergência em relação aos propósitos da Corporação foram alcançados.

No entanto, a questão da mobilização social no PROEMAM poderá ser melhor compreendida se outros estudos forem realizados sobre a eficiência, eficácia e efetividade dos planejamentos e ações previstas na segunda fase do programa que está em fase de avaliação. Esta fase tem como base a continuidade das ações práticas voltadas para a resolução ou minimização dos problemas socioambientais, detectados no ambiente escolar e no seu entorno pelo “Clubinho Ambiental”, complementando a visão buscada neste trabalho.

O Programa Educacional Meio Ambiente em Movimento (PROEMAM), desenvolvido pela 13ª Cia PM Ind MAT, se revela não como um simples programa educacional. A expressão “em movimento” sugere uma dinâmica que abrange a complexidade do desenvolvimento de um processo de mobilização social atrelado a educação ambiental. Assim sendo, o programa sugere a união de forças, o trabalho colaborativo por projetos, a convergência de vontades, a fragmentação do espaço, a busca pelo desenvolvimento sustentável e a solução ou minimização de problemas socioambientais locais, de forma multidisciplinar e interdisciplinar, considerando a transversalidade do tema meio ambiente.

O PROEMAM, concebido e executado pela 13ª Cia PM Ind MAT, levou em consideração toda a complexidade do processo de mobilização social e da educação ambiental crítica, o que sugere o estabelecimento de um ambiente favorável para a aplicabilidade dos princípios da eficiência, eficácia e, no segundo momento da efetividade, pelo simples fato de que este produto além de permitir a aproximação da PMMG junto à comunidade, tendo por base o início do processo do policiamento ambiental preventivo, convergindo, ao mesmo tempo, como elemento facilitador para que a Corporação contribua para o alcance da visão de futuro disposta no Plano Mineiro de Gestão Integrada que é “Tornar Minas o Melhor Estado para se Viver”.

Assim, apresentam-se as seguintes sugestões:

1. Expansão do PROEMAM para outros municípios pertencentes à 13ª Cia PM Ind MAT e demais Unidades especializadas no policiamento ambiental, respeitando o princípio da vulnerabilidade socioambiental e o critério da exeqüibilidade, até que a PMMG institucionalize um programa de educação ambiental;
2. Adequação das doutrinas adotadas pelo PROEMAM no emprego da Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente em apoio ao desenvolvimento da educação não-formal nas comunidades;
3. Criação do Núcleo de Prevenção Ativa nas Unidades (NPA) nas sedes das Unidades especializadas em meio ambiente e a inclusão do programa de Educação Ambiental nos respectivos núcleos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº. 99.274, de 6 de junho de 1990 - Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99274.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

_____. Lei Federal nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

_____. Lei nº. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 - Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Brasília, DF, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7735.htm>. Acesso em: 11 fev. 2013.

_____. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 fev. 2013.

_____. Lei nº. 9.605/98, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 01 fev. 2013.

_____. Lei Federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999 – Dispõe sobre a educação ambiental, Institui a Política de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9795.htm>>. Acesso em: 23 out. 2012.

_____. Lei Federal nº. 11.107, de 06 de abril de 2005 – Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm>. Acesso em: 15 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. Brasília, DF, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnologia. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3. Ed. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTRO, Rodrigo Batista de. In: Encontro da ANPAD, 30, Salvador, 2006. Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração: abordagens descritivas e explicativas**. 5. Ed. - São Paulo: Makron Books, 1998. V. 2.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Senac SP, 2003

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2 ed. - Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente. **Declaração sobre o meio ambiente humano**. Estocolmo: ONU, 1972. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>>. Consulta em: 11 fev. 2013.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DRUCKER, Peter F. Foundation; tradução Cynthia Azevedo\.. – São Paulo: Futura, 1996.

DURANTE, Marcelo Ottoni; ZAVATARO, Bruno. Limites e desafios da evolução gestão em segurança pública: a importância do uso de indicadores de avaliação de desempenho. São Paulo em Perspectiva. São Paulo. v. 21, n. 1, p. 76-91, Jan / Jun. 2007.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. rev. - Belo Horizonte: UFMG, 2009.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 3. p. 100-114, Ago / Set. 2009

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.) **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____, Márcio Simeone (Org.) **Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

HOUAISS, Antônio. Mobilização. In: **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** - Rio de Janeiro: Objetiva, 2001 a, p. 1939.

_____. Social. In: **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** - Rio de Janeiro: Objetiva, 2001 b, p. 2595.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS AGUAS. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br/planos-de-recursos-hidricos>>. Acesso em 8 jan. 2013

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? Proposta**, n. 25, n. 71, p. 5 – 10, 1997 Disponível em: <http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_ES_32.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2013.

LEITÃO, Antônio Artur Pinto. **Literacias Ambientais: sua evolução ao longo do ensino básico**. Dissertação (Mestrado) Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto-Portugal, 2004.

MAFRA, Renan – **Entre o espetáculo, a festa e argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MAZZINI, Ana Luíza Dolabela de Amorim. Desenvolvimento sustentável. In: **Dicionário educativo de termos ambientais**. Belo Horizonte, 2003 a, p. 131.

MAZZINI, Ana Luíza Dolabela de Amorim. Ecodesenvolvimento. In: **Dicionário educativo de termos ambientais**. Belo Horizonte, 2003 b, p. 143.

_____. Ecologia. In: **Dicionário educativo de termos ambientais**. Belo Horizonte, 2003 c, p. 144.

_____. Mobilização social. In: **Dicionário educativo de termos ambientais**. Belo Horizonte, 2003 d, p. 233.

MEDEIROS, Monalisa Cristina Silva; RIBEIRO, Maria da Conceição Marcolino; FERREIRA, Catyelle Maria de Arruda. Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. 14, n. 92, set 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10267&revista_caderno=5>. Acesso em: jan 2013.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais de 21 de setembro de 1989**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1989.

MINAS GERAIS. Comando-Geral. 3ª Seção do Estado-Maior. **Diretriz n.º 3.02.01/2009-CG**: Regula procedimentos e orientações para a execução com qualidade das operações na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2009.

_____. Polícia Militar. Diretriz De Planejamento De Operações - DPO N° 3008/93-CG - Polícia Comunitária. Belo Horizonte, 1993.

_____. Polícia Militar. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação. **Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 04/2002** – CG – A Filosofia de Polícia Comunitária na Polícia Militar de Minas Gerais – Belo Horizonte. 2005.

_____. Polícia Militar. Comando Geral, 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG. Instrução nº. 3.03.01/2009-CG: Regula a atuação da Patrulha de Prevenção à Degradação do Meio Ambiente (PPMAmb) da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2009.

_____. Polícia Militar. EMPM/3. Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.06/2011 - CG – Regula a Aplicação da Filosofia de Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerias. Belo Horizonte: Seção de Emprego Operacional. Belo Horizonte. 2011.

_____. Polícia Militar. Estado – Maior/Assessoria de Gestão para Resultados. Sistema de Gestão de Estratégia da Polícia Militar. Diretriz nº 002/2012 – CG. Organiza e disciplina a Metodologia de Gestão para Resultados na PMMG. Belo Horizonte. 2012.

_____. Polícia Militar. Comando-Geral. **Plano estratégico - Planejamento Estratégico da PMMG, para vigência no período de 2004-2007**. Belo Horizonte, 2003. 93p.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando Geral, Assessoria de Gestão para Resultados. **Plano Estratégico - Planejamento Estratégico da PMMG, para vigência no período de 2009-2011**. Belo Horizonte. 2009.

_____. Polícia Militar. Estado-Maior/Assessoria de Gestão para Resultados. Sistema de Gestão Estratégica da Polícia Militar. Diretriz nº 002/2012 – CG. Organiza e disciplina a Metodologia de Gestão para Resultados na PMMG. Belo Horizonte. 2012.

_____. Polícia Militar. 13ª Região da Polícia Militar. 13ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito. Histórico. Barbacena, 2013. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/13ciamat/principal.action>>. Acesso em 7 jan. 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão (Coord). **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.seplag.mg.gov.br/images/documentos/pmdi/pmdi_2007-2023.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2013.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão, coord. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2011-2030**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/1/pmdi_2011_2030.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2013.

MOREIRA Augusto Tarso Pinheiro. Políticas (públicas) **Sociais de educação e a mobilização social: desafios e perspectivas de ampliar a cidadania**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[www.políticas-públicas-sociais-de-educação-e-a-mobilização-social – desafios-e-perspectivas-de-ampliar-a-cidadania-2.pdf](http://www.políticas-públicas-sociais-de-educação-e-a-mobilização-social-desafios-e-perspectivas-de-ampliar-a-cidadania-2.pdf)> Acesso em 20 fev. 2013.

Montibeller Filho. Gilberto. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios**. Florianópolis, SC, 1993. Disponível em: <journal.ufsc.br/index.php/economia/article/download/6645/6263> Acesso em: 19 fev. 2013.

REVISTA CODAP. Conselheiro Lafaiete, Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba, Jan. / Jul. 2012

SCOLFORO, José Roberto; CARVALHO, Luis Marcelo Tavares. **Mapeamento e inventário da flora nativa e dos reflorestamentos de Minas Gerais**. Lavras: UFLA, 2006.

SACHS, Ignac. **Estratégias de transição para o Século XXI - Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel; Fundap, 1993.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2007.

SILVA, A. et al. **Dossiê**: alternativas de modelos de polícia para o Brasil sob uma perspectiva sistêmica de segurança pública - subsídios para definição de políticas públicas. Recife: Polícia Militar de Pernambuco. 1998.

TORO A., José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policamento comunitário**: como começar. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

UNESCO – UNEP (1978). The Tbilisi Declaration. Connect: UNESCO-UNEP environmental education newsletter. Paris. Vol.III, nº1, p. 1-8.

VASCONCELOS, E. R. **Comentários ao código disciplinar dos militares estaduais**. Fortaleza: Realce, 2009.

VILHENA, Renata; ATHAYDE, Luiz Antônio. Choque de Gestão na Administração Pública. In: X Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma del Estado y de La Administración Pública, 10, Chile, 2005. Disponível em: <www.iiij.derecho.ucr.ac.cr>. Acesso em: 10 jan. 2013.

APÊNDICE - Questionários

QUESTIONÁRIO I – Diretoras e Professoras

Estou desenvolvendo o Curso de Especialização em Segurança Pública – (CESP) 2012 da PMMG, cujo objetivo principal é avaliar a importância da mobilização social na execução do programa de educação ambiental na área da 13ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito.

Este questionário é necessário para a elaboração da monografia exigida para conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP 2012.

Solicito a colaboração de V. S^a. no sentido de responder ao questionário que embasará os resultados da pesquisa. Ressalto que, por se tratar de trabalho de natureza acadêmica, suas informações serão utilizadas apenas para tal fim.

O questionário poderá ser devolvido aos Policiais Militares Ambientais que exercem a função de Mediadores, aos cuidados do CAP PM CARLOS HENRIQUE SOUSA DA SILVA, aluno do CESP / 2012.

Certo de contar com sua imprescindível contribuição, antecipo meus agradecimentos.

Carlos Henrique Sousa da Silva, Cap PM
Aluno do CESP 2012

Escola Municipal: _____
Município: _____ / MG

1) O Sr(a) tem conhecimento sobre o desenvolvimento correto das atividades do PROEMAM?

a- () sim b- () parcialmente c- () não

2) O Sr(a) conhece os objetivos do PROEMAM?

a- () sim b- () não c- () não sei d- () não me recordo

3) Caso tenha respondido sim na questão nº 2, quais são os objetivos?

4) O Sr(a) considera que a mobilização social foi e vem sendo eficiente para a participação da comunidade escolar (professores, alunos, demais servidores da escola, pais) no PROEMAM?

a- () sim b- () não c- () não sei

5) Quais os principais obstáculos identificados no processo de mobilização escolar?

a- () desinteresse da comunidade escolar
b- () pouca divulgação sobre o trabalho desenvolvido
c- () baixa assimilação por parte da comunidade escolar sobre o que se pretendia fazer
d- () outras (citar) _____

6) As atividades do PROEMAM estão contribuindo para a melhoria do ambiente na sua escola?

- a- () estão contribuindo muito
- b- () estão contribuindo em parte
- c- () a aplicação ou não do PROEMAM é indiferente para a melhoria do ambiente escolar
- d- () não estão contribuindo

7) Caso o Sr(a) tenha percebido algum desinteresse da comunidade escolar na participação no PROEMAM, que causa apontaria?

- a- () tranquilidade pública vivenciada pela escola
 - b- () pouco conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo PROEMAM
 - c- () Não percebi desinteresse.
 - d- () outras (citar) _____
- _____
- _____

8) Após aplicação do PROEMAM, a escola já realizou algum evento/atividade ambiental no município visando a preservação/conservação ou proteção ambiental?

- a- () sim
- b- () não
- c- () não sei
- d- () não me recordo

9) Caso tenha respondido sim na questão do nº 8, qual(is) foram os eventos/atividades?

10) Após aplicação do PROEMAM a Escola já recebeu alguma doação de recursos (ainda que mínimos) para serem aplicados em prol da melhoria do ambiente escolar, que tenha relação com o PROEMAM?

- a- () sim
- b- () não
- c- () não sei

11) Caso tenha respondido sim na questão nº 10, o que foi doado?

12) O Sr(a) já tomou conhecimento de alguma ação ambiental desenvolvida pelos alunos do PROEMAM na escola, após atividades do programa?

- a- () sim
- b- () não
- c- () não sei
- d- () não me recordo

13) Caso tenha respondido sim na questão nº 12, qual foi a ação?

14) O Sr(a) percebeu mudança de comportamentos em relação aos aspectos ambientais dos estudantes após aplicação do PROEMAM?

- a- () sim
- b- () não
- c- () parcialmente
- d- () não sei

15) Caso tenha respondido sim na questão nº 14, qual(is) mudança(s) de comportamento?

16) O Sr(a) já recebeu alguma solicitação do Clubinho Ambiental visando melhoria do ambiente escolar?

a- () sim b- () não c- () não sei

17) Caso tenha respondido sim na questão nº 16, quais foram os pedidos?

18) Como o Sr(a) avalia o processo de mobilização social desenvolvido pelo Policial Militar Ambiental (Mediador) na escola?

a- () Excelente b- () Bom c- () Regular d- () Ruim

QUESTIONÁRIO II – Mediadores

Estou desenvolvendo o Curso de Especialização em Segurança Pública – (CESP) 2012 da PMMG, cujo objetivo principal é avaliar a importância da mobilização social na execução do programa de educação ambiental na área da 13ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito.

Este questionário é necessário para a elaboração da monografia exigida para conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP 2012, da PMMG.

Solicito a colaboração de V.Sa. no sentido de responder ao questionário que embasará os resultados da pesquisa. Ressalto que, por se tratar de trabalho de natureza acadêmica, suas informações serão utilizadas apenas para tal fim.

O questionário poderá ser devolvido ao Coordenador do PROEMAM da 13ª Cia PM Ind MAT (1º SGT PM Neto), aos cuidados do CAP PM CARLOS HENRIQUE SOUSA DA SILVA, aluno do CESP / 2012.

Certo de contar com sua imprescindível contribuição, antecipo meus agradecimentos.

Carlos Henrique Sousa da Silva, Cap PM
Aluno do CESP 2012

Fração que pertence: () 2º Pel MAmb () 3º Pel MAT () 4º Pel MAT

1) O Senhor considera que a mobilização social foi e vem sendo eficiente para a participação da comunidade escolar (professores, alunos, demais servidores da escola, pais) no PROEMAM

a- () sim b- () não c- () não sei

2) Quais os principais obstáculos identificados no processo de mobilização escolar?

a- () Não houve óbices na mobilização escolar

b- () desinteresse da comunidade escolar

c- () pouca divulgação sobre o trabalho desenvolvido

d- () baixa assimilação por parte da comunidade escolar sobre o que se pretendia fazer

e- () outras (citar) _____

3) As atividades do PROEMAM estão contribuindo para a melhoria do ambiente na sua escola?

a- () estão contribuindo muito

b- () estão contribuindo em parte

c- () a aplicação ou não do PROEMAM é indiferente para a melhoria do ambiente escolar

d- () não estão contribuindo

4) Caso o Senhor tenha percebido algum desinteresse da comunidade escolar na participação no PROEMAM, que causa apontaria?

a- () tranquilidade pública vivenciada pela escola

b- () pouco conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo PROEMAM

c- () Não percebi desinteresse.

d- () outras (citar) _____

5) Nas escolas em que já trabalhou, após aplicação do PROEMAM foi realizado algum evento/atividade ambiental na comunidade visando a preservação/conservação ou proteção ambiental?

a- () sim b- () não c- () não sei d- () não me recordo

6) Caso tenha respondido sim na questão nº 5, qual(is) foram os eventos/atividades?

7) Como tem sido a execução das atividades pelos integrantes da Equipe Multidisciplinar?

a- () tem-se limitado a participarem das reuniões programadas
 b- () participam das reuniões e apresentam sugestões para melhoria do programa
 c- () não estão demonstrando interesse na execução de suas atividades

8) Nas reuniões da Equipe Multidisciplinar apresentam-se sugestões para melhoria do programa?

a- () apresentam-se muitas sugestões
 b- () apresentam-se poucas sugestões
 c- () não se apresentam sugestões

9) Nas reuniões da Equipe Multidisciplinar são passadas informações sobre o desenvolvimento do programa?

a- () sim b- () não c- () não sei

10) O Senhor tem conhecimento de alguma ação ambiental desenvolvida pelos alunos do PROEMAM após aplicação do PROEMAM?

a- () sim b- () não c- () não sei d- () não me recordo

11) Caso tenha respondido sim na questão nº 10, qual foi a ação?

12) O Senhor percebeu mudança de comportamentos dos estudantes em relação aos aspectos ambientais, após aplicação do PROEMAM?

a- () sim b- () não c- () parcialmente d- () não sei

13) Caso tenha respondido sim na questão nº 12, qual(is) mudança(s) de comportamento?

14) O Senhor já recebeu alguma solicitação do Clubinho Ambiental visando melhoria do ambiente escolar?

a- () sim b- () não c- () não sei

15) Caso tenha respondido sim na questão nº 14, quais foram os pedidos?

QUESTIONÁRIO III – Equipe Multidisciplinar

Estou desenvolvendo o Curso de Especialização em Segurança Pública – (CESP) 2012 da PMMG, cujo objetivo principal é avaliar a importância da mobilização social na execução do programa de educação ambiental na área da 13ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito.

Este questionário é necessário para a elaboração da monografia exigida para conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP 2012, da PMMG.

Solicito a colaboração de V.Sa. no sentido de responder ao questionário que embasará os resultados da pesquisa. Ressalto que, por se tratar de trabalho de natureza acadêmica, suas informações serão utilizadas apenas para tal fim.

O questionário poderá ser devolvido ao Coordenador do PROEMAM da 13ª Cia PM Ind MAT (1º SGT PM Neto), aos cuidados do CAP PM CARLOS HENRIQUE SOUSA DA SILVA, aluno do CESP / 2012.

Certo de contar com sua imprescindível contribuição, antecipo meus agradecimentos.

Carlos Henrique Sousa da Silva, Cap PM
Aluno do CESP 2012

Não é necessário identificação.

1) O Sr(a) tem conhecimento sobre o desenvolvimento correto das ações do PROEMAM nas Escolas?

a- () sim b- () parcialmente c- () não

2) O Sr(a) considera que a mobilização social foi e vem sendo eficiente para a participação da comunidade escolar (professores, alunos, demais servidores da escola, pais) no PROEMAM?

a- () sim b- () não c- () parcialmente d- () não sei

3) Quais foram os principais obstáculos identificados no processo de mobilização escolar?

a- () Não houve óbices na mobilização escolar.

b- () desinteresse da comunidade escolar.

c- () pouca divulgação sobre o trabalho desenvolvido.

d- () baixa assimilação por parte da comunidade escolar sobre o que se pretendia fazer.

e- () outras (citar) _____

4) Na sua percepção, as atividades do PROEMAM contribuem para a melhoria do ambiente escolar?

a- () estão contribuindo muito.

b- () estão contribuindo em parte.

c- () a aplicação ou não do PROEMAM é indiferente para a melhoria do ambiente escolar.

d- () não estão contribuindo.

e- () não se aplica, pois não tenho contato direto com a escola, apenas com a equipe multidisciplinar.

5) Caso o Sr(a) tenha percebido algum desinteresse da comunidade escolar na participação no PROEMAM, que causa apontaria?

- a- () tranquilidade pública vivenciada pela escola
 b- () pouco conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo PROEMAM
 c- () Não percebi desinteresse.
 d- () outras (citar) _____
-
-

6) O Sr(a) participa das reuniões da Equipe Multidisciplinar?

- a- () participo de todas as reuniões
 b- () participo da maioria das reuniões
 c- () participo de poucas reuniões
 d- () não participo das reuniões

7) Caso tenha respondido que participa de poucas reuniões ou NÃO participa das reuniões na questão nº 6, qual o motivo?

8) Os membros da Equipe Multidisciplinar tem participado das reuniões programadas?

- a- () todos participam
 b- () a maioria dos membros participam
 c- () a participação tem sido pequena

9) Como tem sido a execução das atividades pelos integrantes da Equipe Multidisciplinar?

- a- () tem-se limitado a participarem das reuniões programadas
 b- () participam das reuniões e apresentam sugestões para melhoria do programa
 c- () não estão demonstrando interesse na execução de suas atividades

10) Nas reuniões da Equipe Multidisciplinar apresentam-se sugestões para melhoria do programa?

- a- () apresentam-se muitas sugestões
 b- () apresentam-se poucas sugestões
 c- () não se apresentam sugestões

11) Nas reuniões da Equipe Multidisciplinar são repassadas informações sobre o desenvolvimento do programa?

- a- () sim b- () não c- () não sei

QUESTIONÁRIO IV – Alunos do PROEMAM

Caro Aluno.

Este questionário servirá para uma pesquisa sobre o PROEMAM.

Você deverá marcar apenas uma opção em cada questão de múltipla escolha.

**Carlos Henrique Sousa da Silva, Cap PM
Aluno do CESP 2012**

1) Qual a sua idade? _____ anos.

2) Qual o seu sexo?

a- () Masculino b- () Feminino

3) Onde você mora?

a- () Zona urbana b- () Zona rural

4) Você participou das atividades do PROEMAM?

a- () sim b- () não

5) Você gostava de participar das atividades do PROEMAM?

a- () sim b- () não

6) Caso tenha respondido NÃO na questão 5, porque você NÃO GOSTAVA de participar das atividades do PROEMAM?

7) Qual atividade do PROEMAM você achou mais interessante?

a- () as histórias do fichário.

b- () a visita.

c- () o Clubinho Ambiental

d- () os desenhos

e- () Outros: _____

8) Qual a parte das histórias que você mais gostou?

9) Qual dos personagens das histórias lhe chamou mais atenção? Por quê?

10) Após participar do PROEMAM, você mudou suas atitudes ou maneira de se comportar na escola, em casa ou na rua em relação ao meio ambiente?

a- () sim b- () não

11) Que atitudes ou comportamentos você mudou depois de participar do PROEMAM?

12) Você acredita que seu comportamento e suas atitudes em relação ao Meio Ambiente podem contribuir para uma melhor qualidade de vida?

a- () sim b- () não

13) Caso tenha respondido SIM na questão 12, por que você acredita que seu comportamento e suas atitudes em relação ao Meio Ambiente podem contribuir para uma melhor qualidade de vida?

14) Você acredita que foi importante a existência do PROEMAM em sua escola?

a- () muito importante.

b- () pouco importante.

15) Gostaria de continuar participando das atividades do PROEMAM?

a- () sim b- () não

16) Em sua casa você comentava sobre as atividades do PROEMAM com sua família?

a- () sim b- () não

17) Quem mais lhe trouxe informações sobre meio ambiente, de cujos ensinamentos você se recorda?

a- () Amigos.

b- () Família.

c- () Escola.

d- () PROEMAM

e- () TV.

f- () Internet.

g- () outros: _____.

18) Que sugestões você daria para melhorar o programa?
